



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL DA AMAZÔNIA

FLÁVIO WILLIAM BRITO MATOS

A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB PARAENSES: cultura política e Ditadura
Militar na Amazônia (1964 – 1970)

BELÉM – PA
2023

FLÁVIO WILLIAM BRITO MATOS

A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB PARAENSES: cultura política e Ditadura
Militar na Amazônia (1964 – 1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História Social da Amazônia, Universidade Federal
do Pará, como requisito para conclusão do curso de
Mestrado em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes.

BELÉM – PA
2023

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**

Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

-
- M425f Matos, Flavio William Brito.
 A formação da ARENA e do MDB paraenses : cultura política
 e Ditadura Militar na Amazônia (1964 – 1970) / Flavio William
 Brito Matos. — 2023.
 151 f. : il. color.
- Orientador(a): Profª. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes
 Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
 Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
 Graduação em História, Belém, 2023.
1. Ditadura Militar. 2. Amazônia. 3. Cultura política. 4.
 Partido político. I. Título.

CDD 981.063

FLÁVIO WILLIAM BRITO MATOS

A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB PARAENSES: cultura política e Ditadura
Militar na Amazônia (1964 – 1970)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação
em História Social da Amazônia, Universidade Federal
do Pará, como requisito para conclusão do curso de
Mestrado em História Social.
Orientadora: Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes.

Data da defesa: 14/12/2023.

Resultado: Aprovado.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Edilza Joana Oliveira Fontes (Orientadora)
Examinadora Interna – PPHIST – UFPA

Prof. Dr. Adalberto Júnior Ferreira Paz
Examinador Interno – UFPA

Prof. Dr. Claudio Henrique de Moraes Batalha
Examinador Externo – UNICAMP

Prof. Dr. Pere Petit
Examinador Interno – PPGHIST – UFPA

Aos meus pais Eliana e Antônio (*in memoriam*)
que acreditaram em mim mesmo diante das
inúmeras incertezas da vida.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi escrito apenas a duas mãos. Como diria um certo professor, com 1% de inspiração e 99% de expiração. Suor, choros, risos de nervoso e prazer. Sendo assim, todo mérito ou demérito se atribuirá exclusivamente a mim. Mas, saibam que, apesar da escrita solitária, o seu início e conclusão só se tornou possível porque não o sonhei sozinho, porque a jornada até aqui foi acompanhada de amor, solidariedade, amizade, carinho e cuidado. Por isso, manifesto o meu agradecimento na esperança de um dia conseguir retribuir minimamente tudo aquilo que me foi dado.

Aos meus pais Eliana Brito e Antônio Matos (*in memoriam*) por terem feito tudo quanto foi possível para me deixar uma herança a que não tiveram acesso: estudo. Desde sempre incentivaram meus estudos e aguçaram minha curiosidade pela leitura e pelo saber. Apesar de não compreenderem todas as minhas escolhas, estiveram o tempo todo ao meu lado, ainda que num outro plano, creio.

À família que tenho e a que construo. Minha irmã Flávia Brito e meu cunhado Dangelo Ferreira. Minha companheira Jhessyk Silva, meus sogros Selma Menezes e Gregorio Freitas e suas respectivas mães, d. Sebastiana (vulgo Ticota) e d. Elizabeth.

À minha orientadora Edilza Fontes, que me acompanha desde o segundo semestre da graduação no nosso antigo e querido Bloco B de história. Graças ao seu “baixinho, vou te dar uma bolsa”, pude realizar minha graduação com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), além de me preparar para realizar o processo seletivo de ingresso no mestrado. Ninguém se engane com a baixa estatura, ela é uma gigante na amizade e inspiração.

Aos meus queridos professores e professoras da Faculdade de História que compartilharam do seu saber e da sua humanidade: Adriane Silva, José Alves, Cristina Cancela, Daniel Barroso, Dionísio Baró, Décio Guzman, Leila Mourão, Karl Heinz, Márcio Couto, Pablo Nunes e Pere Petit. Cito ainda, de maneira especial, Magda Ricci, que ministrou minha primeira aula na Fahis e acompanhou minha turma até o terceiro semestre, e Rafael Chambouleyron, que sempre ofertou ótimos conselhos e deu a honra de ser paraninfo da turma. Por último, e nunca esquecido, prof. Watrin ou – como eu o chamava – Jorge Paulo, que seguiu rumo a um outro plano.

Aos meus amigos e amigas, minha família escolhida, que me fortalecem com sua amizade e companheirismo. Os presenteados pelo glorioso Colégio Estadual Paes de Carvalho e pelo antigo cursinho Ideal, meu bando: Adriano, Ana Paula, Brena, Camila, Carol, Josué, Juno e Thaysson. Aos que se agregaram no bando: Gabriel, Juliana, Marcelly, Maurício e Thaís. Os

presenteados pelo Bloco B: Brenda, Alice, Luís Augusto, Jéssica Maria, Leandro, Alan, Diana, Gabrielle, Luciana, Luís Camilo, Louise, Mateus e Yannick. A quem mal convivi por conta da pandemia, mas que ainda assim tenho grande estima: Hiago, Jhemerson, Kelvyn, Leonardo Augusto, Marcela, Marcos, Maria Rosa, Milena, Natália e Rodrigo.

De modo particular, agradeço à Jamille Flávia, Jhenifer Sandriny, Letícia de Miranda e Weverson do Nascimento que sempre – por sorte ou azar – ouviram meus sonhos, medos, confissões e abobrinhas.

Às minhas comunidades de fé, Paróquia Nossa Senhora da Conceição (Cidade Velha, Belém – PA) e Paróquia Nossa Senhora Aparecida da Foz do Rio Anil (Cohafuma, São Luís – MA).

Aos trabalhadores dos locais de pesquisa por onde passei ou acessei: Assembleia Legislativa do Estado do Pará, Tribunal Regional Eleitoral do Pará, Fundação Cultural do Pará, Instituto Histórico e Geográfico do Pará, Biblioteca Nacional e Arquivo Nacional.

Aos trabalhadores da ciência, em particular da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Graças à bolsa de pesquisa subsidiada pela instituição, consegui me manter financeiramente e sobreviver em meio ao caos e ao medo gerado pela pandemia da Covid-19.

Por fim, agradeço a quem não está mais próximo ou presente, mas que um dia foi importante para mim. A quem não foi citado por limite de espaço ou preguiça, mas que sabe da sua importância. Agradeço ao tempo e à sorte. Agradeço.

“Tal ideia [de incompletude] está baseada em premissas de escassez, de que algo essencial está sempre faltando, mas talvez incompleta seja nossa capacidade de entender a Amazônia, sua história e sua natureza em seus próprios termos”.

(Neves, 2022, p. 189)

RESUMO

O objetivo desta dissertação é compreender – a partir das trajetórias político-partidárias – como se formaram e constituíram os quadros políticos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Pará. Dois eixos norteiam a análise dessa trajetória: o conceito de *cultura política* empregado pelo historiador Rodrigo Motta e o discurso sobre o *lócus* onde ocorre essa atuação política, a Amazônia paraense. O recorte temporal da pesquisa se inicia com a derrocada do governo democrático em 1964, ainda em um ambiente pluripartidário, e se encerra com os efeitos do Ato Institucional nº 5, momento no qual se decretou o fechamento da Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Utilizou-se de uma gama variada de fontes documentais escritas e orais, em especial os Anais da Assembleia Legislativa, os jornais da Biblioteca Pública Arthur Viana e as informações do Serviço Nacional de Informações ora depositados no Arquivo Nacional. Como conclusos desse trabalho, ressalta-se a continuidade nos arranjos políticos antes e após o golpe, mesmo por parte dos militares teoricamente recém-chegados à política. Destaca-se a atuação da classe política na construção do consenso social em torno dos Governos Militares. E, por fim, apresenta-se a hipótese do discurso sobre a Amazônia enquanto meio para compreensão nas negociações e acomodações políticas no âmbito do estado.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Amazônia; Cultura política; Partido político.

ABSTRACT

The objective of this master's thesis is to understand – based on party political trajectories – how the political frameworks of the National Renewal Alliance (ARENA) and the Brazilian Democratic Movement (MDB) were formed and constituted in Pará. Two axes guide the analysis of this trajectory: the concept of *political culture* used by historian Rodrigo Motta and the discourse on the *locus* where this political action takes place, the Amazon. The time frame of the research begins with the collapse of the democratic government in 1964, still in a multi-party environment, and ceases with the effects of Institutional Act Number 5 (AI-5), the moment in which the closure of the Legislative Assembly of the State of Pará (ALEPA) was decreed. A wide range of written and oral documentary sources were used, particularly the Annals of the Legislative Assembly, the Arthur Viana Public Library newspapers, and information from the National Information Service now retained in the National Archives. As conclusions of this work, the continuity in political arrangements before and after the military coup is highlighted, even on the part of militaries who were theoretically newcomers to politics. The role of the political class in building social consensus around Military Governments stands out. And, finally, the hypothesis of the discourse on the Amazon as a mechanism of understanding negotiations and political accommodations within the state is presented.

KEYWORDS: Military Dictatorship; Amazon; Political Culture; Political Party.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC	Ato Complementar
ACP	Associação Comercial do Pará
AI	Ato Institucional
ALEPA	Assembleia Legislativa do Estado do Pará
APL	Academia Paraense de Letras
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BCA	Banco de Crédito da Amazônia
CDP	Coligação Democrática Paraense
CISA	Centro de Informações Superiores da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CSN	Conselho de Segurança Nacional
FIEPA	Federação das Indústrias do Estado do Pará
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IHGP	Instituto Histórico-Geográfico do Pará
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial-Militar
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDC	Partido Democrata Cristão
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTN	Partido Trabalhista Nacional
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPVEA	Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
STM	Superior Tribunal Militar
SUDAM	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUPRA	Superintendência da Reforma Agrária

TCE	Tribunal de Contas do Estado
TECEJUTA	Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
UAP	União Acadêmica Paraense
UDN	União Democrática Nacional
UFPA	Universidade Federal do Pará
ULTAP	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará
UNE	União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. DO GOLPE À DITADURA: cultura política e partidos políticos no Pará	19
1.1 A relação entre PSD-PTB no Pará: acordos, acomodações e rompimentos.....	23
1.2 Cassações: a “revolução” atingiu a todos de modo igual?	35
1.3 Um novo arranjo político visando às eleições de 1965.....	42
2. A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB NO PARÁ: eleições, arranjos e a Amazônia	52
2.1 A formação da ARENA e do MDB no Pará	58
2.2 O discurso sobre Amazônia no meio político paraense	70
2.3 15 de novembro de 1966: primeiro teste eleitoral dos novos partidos	84
3. 1968: limites das acomodações e crises das alianças	101
3.1 O movimento estudantil em Belém: vozes dissonantes no debate parlamentar....	108
3.2 “Então vamos ajudar”: a cassação do prefeito Elias Pinto e a Amazônia.....	118
3.3 Fechamento da ALEPA e novas cassações: nova dinâmica partidária no Pará ...	125
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	134
FONTES	136
REFERÊNCIAS	145

INTRODUÇÃO

Minha caminhada enquanto historiador do tempo presente se iniciou em 2016 quando obtive uma bolsa de iniciação científica por volta do terceiro semestre da graduação em história. Desde então, venho me aproximando e produzindo academicamente acerca do tema da Ditadura Militar no Pará. Apesar de aquele ser o ano do golpe parlamentar contra a presidenta Dilma Roussef “com o supremo, com tudo”¹; o meu objeto de pesquisa dentro do tema – partidos políticos paraenses, bipartidarismo, repressão – ainda me parecia algo distante, no sentido de que a minha aproximação se dava unicamente por questões acadêmicas, haja vista eu não ter vivido o bipartidarismo, afinal nasci durante o primeiro governo FHC. Recordo – no máximo – o meu pai citar ocasionalmente “o tempo dos militares”, mas nada que chegasse a me envolver particularmente. No entanto, isso mudou.

Certa vez, uma amiga próxima me enviou uma mensagem tarde da noite pedindo que explicasse a ela os motivos do golpe civil-militar de 1964, o porquê de o Brasil ter deixado de ser uma democracia e quais eram as comprovações documentais da existência de tortura promovida pelo Estado entre o golpe e a redemocratização do país. A princípio, pode parecer pura curiosidade, haja vista os debates políticos ocorridos posteriormente à realização da Comissão Nacional da Verdade (CNV) ou ao surgimento de um político medíocre e pitoresco oriundo do Rio de Janeiro no cenário nacional, mas – na verdade – ela estava discutindo com o então namorado também via mensagem e gostaria de ter argumentos democráticos e bem fundamentados, pois ele defendia o regime de exceção instaurado pelos militares e a liberação do porte de armas, argumentava o apoio civil e a existência de uma vitimização por parte da esquerda. Naquele momento, pode-se dizer, eu era convocado para o papel de juiz ou árbitro, a fim de definir quem estava certo e quem estava errado, para estabelecer uma dicotomia entre vítima e algoz, dando ganho de causa a alguém.

Esse não foi um evento isolado, nos últimos anos, outras pessoas próximas têm me buscado para conversar sobre Ditadura, por exemplo, em busca de auxílio em trabalhos acadêmicos de outras áreas do conhecimento como jornalismo. A ascensão da extrema-direita com Jair Messias Bolsonaro – em 2018 – parece ter reacendido o interesse tanto acadêmico

¹ G1. Em gravação, Jucá sugere ‘pacto’ para barrar a Lava Jato, diz jornal. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/05/em-gravacao-juca-sugere-pacto-para-deter-lava-jato-diz-jornal.html>. Acesso em: 30 jun. 2022.

quanto, principalmente, do grande público, haja vista os constantes discursos e atos do ex-presidente em defesa da Ditadura e – por sua vez – contra a democracia brasileira².

Após os eventos traumáticos do século XX, como a II Guerra Mundial e a ocupação nazista na França, surgiram novas questões e dilemas aos historiadores e historiadoras no que tange ao passado recente. No decorrer dos anos e em constante crescimento, emergiram demandas sociais por legitimação ou contestação de memórias. Passaram a exigir de nós explicações para os eventos passados, assim como para os contemporâneos, moldando, a partir desses reclames sociais, os rumos do campo historiográfico e da escolha de objetos de estudo. Se isso pode significar uma ameaça por comprometer as pesquisas e limitá-la aos interesses do mercado televisivo ou editorial, a omissão ante essa expectativa social pode – ressaltar Ferreira (2012) – acarretar graves consequências.

Não nos cabe o papel de juízes, mas devemos nos esforçar para restituir a complexidade da história ao grande público também. A academia tem buscado responder às provocações intervindo no debate público de diferentes formas, cita-se, por meio de *live's* como as produzidas pela Associação Nacional de História (ANPUH) durante a pandemia; publicações de livros com linguagem mais acessível – como o livro de Renato Venancio (2021), explicando o que há incorreto em um guia de história popularmente conhecido; no assessoramento de jornalistas fornecendo documentações sobre o período como o fez Carlos Fico³ etc.

Sendo assim, é desejo dessa dissertação corroborar a defesa da democracia brasileira a partir da produção de conhecimento científico sobre como se deu a trajetória dos partidos políticos na relação com os Governos Militares no Pará. Muito se tem produzido acerca das organizações de esquerda, tanto no movimento estudantil quanto na luta pela terra, entretanto, falta-nos conhecer melhor sobre o papel daqueles que construíram o consenso social em prol da Ditadura, afinal, ela se manteve por longuíssimos 21 anos não apenas por meio da violência. Interessar-se pelos apoiadores ou acomodados talvez seja anticlímax em virtude do grande interesse pelas “vítimas emblemáticas” – tópico do relatório final da CNV – ou talvez pareça uma defesa dos algozes. Ao contrário, é essencial compreender os regimes autoritários e as

² Cita-se as comemorações do 31 de março nos quartéis em 2019 e desfile de tanques em 2021. Cf. BRITO, Ricardo. Bolsonaro determina “comemorações devidas” do 31 de março. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/bolsonaro-nao-considera-que-houve-golpe-em-1964-e-determina-comemoracoes-devidas-diz-porta-voz,a833162dc1987b126cd259b9717d944d6sjaukq7.html>. Acesso em: 30 jun. 2022. REUTERS. Bolsonaro assiste desfile militar em dia de PEC do voto impresso. Disponível em: <https://exame.com/brasil/bolsonaro-assiste-desfile-militar-em-dia-de-pec-do-voto-impresso/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

³ Cita-se os áudios do Tribunal Superior Militar fornecidos por Carlos Fico à jornalista Miriam Leitão. Cf. Jornal da CBN. “Resolvi entregar esses áudios para Miriam Leitão depois da ofensa que ela sofreu”. Disponível em: <https://cbn.globoradio.globo.com/media/audio/372949/resolvi-entregar-esses-audios-para-miriam-leitao-d.htm>. Acesso em: 30 jun. 2022.

ditaduras enquanto produto social, pois ela se tornou viável através de homens e mulheres inseridos na sociedade, ao invés de monstros externo à realidade (Quadrat; Rollemberg, 2010). É essencial desvelar os rostos humanos – e, por sua vez, os grupos organizados – atrás das diferentes formas de adesão e acomodação ao projeto desenhado pelos militares no decorrer da Ditadura, assim como a cultura política a fundamentar o voto da população nos partidos existentes durante os anos de autoritarismo.

No período recente, a democracia liberal se tornou, dentro do discurso político, o único horizonte possível à humanidade, porém, nem sempre foi assim. A Ditadura Militar brasileira – a exemplo de outros regimes autoritários – ensejou complexas relações com a sociedade, perpassando, sim, adesões e apoios explícitos. Ao invés de uma nuvem densa a cobrir o céu democrático (Reis, 2014), a Ditadura foi quista por setores da sociedade. Compreender o autoritarismo presente na sociedade brasileira – indicam Quadrat e Rollemberg (2010, p. 14) – é o primeiro passo para transformá-la.

Adotar tal posicionamento em defesa das questões do nosso tempo pode – aos olhos de pessoas não especializadas em história – figurar como uma análise enviesada, no entanto, advirto, toda história – mesmo aquela autoproclamada neutra – é política, sempre feita a partir de um ponto de vista ao descrever e estabelecer relações entre acontecimentos e atribuir significados e valorações (Müller; Iegelski, 2018). O rigor aplicado à análise documental e à fundamentação para outros recortes históricos é semelhante ao da História do Tempo Presente, diferenciando-se essa apenas pela presença dos testemunhos de pessoas que viveram o período e pela sempre aberta possibilidade de mudança nos recortes e pela alta exposição às críticas.

Nesse sentido, propomos analisar a atuação dos políticos e de seus partidos para além da dicotomia adesão-resistência, visando entendê-los e a sua trajetória sob o prisma da cultura política. Como foi a trajetória daqueles que deram sustentação à Ditadura? Quais mediações foram empregadas? Como se construiu socialmente um consenso? Recentemente, o governador paraense Helder Barbalho – neto de um político cassado pela Ditadura – homenageou como nome de uma ponte justamente um político que foi líder do partido de apoio aos militares, a saber, Gerson Peres⁴. Apesar de o governador reconhecer as diferenças políticas entre eles – na inauguração – ele afirmou que, dada a importância do político para o Pará e a região do Baixo Tocantins, a homenagem era merecida. Ora, Gerson Peres ascendeu politicamente justamente por ter sido próximo de Jarbas Passarinho, o articulador do golpe, que foi governador eleito

⁴ CRUZ, Fabyo. Pará inaugura ponte que liga Baixo Tocantins à Grande Belém. Disponível em: <https://www.oliberal.com/para/para-inaugura-ponte-que-liga-baixo-tocantins-a-grande-belem-1.501389>. Acesso em: 30 jun. 2022.

indiretamente, senador e ministro de diferentes presidentes-ditadores. Assim, essa importância está indissociavelmente relacionada aos militares, à repressão, à censura, enfim, à Ditadura Militar. Evidentemente, as mudanças e inovações discursivas, assim como a adoção de novas performances, são próprias da linguagem política, de modo a sempre possibilitar a transformação de algo negativo para uma visão positiva e vice-versa a depender do contexto discursivo (Pocock, 2013). No entanto, deve nos chamar a atenção como a memória evocada pela homenagem é a de um parlamentar defensor da sua região, não a de um sustentáculo da articulação política da Ditadura. Ora, por que se esqueceu essa parte? É notório como a Ditadura impactou o estado quando se recorda a Guerrilha do Araguaia, mas pouco se recorda da participação social na sua existência. Ora, como se deram as relações políticas no Pará durante o regime? O que se costurou em termos de acordos para termos uma memória quase apaziguada sobre os anos de chumbo no que se refere à atuação política?

Conforme nos adverte o poeta espanhol Antônio Machado, não há caminho, o caminho se faz ao caminhar.⁵ Da mesma forma, não existe pesquisa *a priori*, pesquisa se faz ao pesquisar. Em vista disso, o caminho de pesquisa percorrido nos últimos dois anos provocou mudanças de perspectivas, aprofundamento de discussões teóricas e historiográficas e revisão de recortes. Tudo isso a fim de apresentar um trabalho suficientemente sólido e exequível dentro dos prazos exigidos pelo Programa. Do projeto original, conservei o desejo de compreender como se organizaram os grupos políticos no Pará a partir do golpe civil-militar de 1964, assim como mantive a dimensão de que meus sujeitos ocupam um lugar geográfico nessas mudanças: a Amazônia. Aquilo que de início intitulei **A relação entre os deputados estaduais paraenses e os Governos Militares: execução de projetos na Amazônia e a construção da ARENA e do MDB estaduais (1964 – 1979)** ganhou corpo em um título com pretensões mais modestas, sem, contudo, perder sua relevância. Agora intitulada **A formação da ARENA e do MDB paraenses: cultura política e Ditadura Militar na Amazônia (1964-1970)**, a dissertação concentra-se em analisar a trajetória dos grupos políticos e dos partidos do Pará dentro do processo de formação das secções regionais dos partidos instituídos pela Ditadura através do Ato Institucional nº 2. Essa análise se sustenta em dois eixos, o aporte teórico da noção de *cultura política* e o entendimento de que há especificidades no que tange à dinâmica dos Governos Militares na região Norte.

⁵ No verso original, “caminante, no hay camino se hace camino al andar”. MACHADO, Antonio. Caminante no hay camino. Disponível em: <https://dasculturas.com/2018/08/18/caminante-no-hay-camino-antonio-machado-ruiz/>. Acesso em: 25 jun. 2021.

Com o atual recorte temporal, 1964 a 1970, a dissertação se concentra em uma primeira fase da Ditadura Militar, quando – do ponto de vista “legal”⁶ – os Governos não tinham como cassar arbitrariamente mandatos políticos por tempo indeterminado. Segundo Kinzo (1988), durante os primeiros anos da Ditadura, houve a tentativa de se constituir um *sistema híbrido* de modo a conciliar algumas instâncias da democracia com o novo ambiente autoritário. Essa tentativa explicaria a existência de partidos durante uma Ditadura. Por sua vez, o estudo dos partidos nos permite compreender como os grupos políticos do Pará se organizaram e relacionaram com os militares que ascenderam e permaneceram no poder, isso em um período com maiores margens para negociar e mediar interesses, ou seja, antes do Ato Institucional nº 5 em 1968.

A partir do aporte fornecido pela noção de *cultura política* compreendo que há continuidades entre o período pré e pós 1964 no que tange à formação e à organização dos partidos Aliança Renovadora Nacional e Movimento Democrático Brasileiro. Em pesquisas realizadas na Paraíba, Sobreira (2016) assinala que as elites agrárias paraibanas se uniram e apoiaram a derrubada do governo João Goulart, no entanto, consolidado o golpe, passaram a disputar cargos e indicações dentro da ARENA. Diferente da imagem de partido meramente adesista, Sobreira demonstra a ocorrência de conflitos dentro do partido e entre o partido e os militares, por isso o convite do autor para que compreendamos a ARENA “além do sim, senhor”. Segundo Grinberg (2009), a questão da representação política era causa de atritos entre Governo e parlamentares, uma vez que os Atos Institucionais retiravam atribuições dos políticos. Em diálogo com Grinberg e Sobreira, identifico na ARENA e no MDB do Pará conflitos que se explicam por formas organizativas anteriores ao golpe e que não indicam necessariamente uma oposição à Ditadura, mas uma oposição à perda de espaço dentro das instâncias políticas. Os quadros partidários locais, ao invés de demonstrarem quem é contra ou a favor do Governo, demonstram muito mais quem é contra quem dentro do próprio estado do Pará. Há municípios no Pará em que o MDB, por exemplo, apoiou candidatos de uma legenda da ARENA em 1966.

O exemplo anterior e outras considerações minhas são possíveis graças aos acervos que consultei ainda durante a graduação em história e outros acessados – de modo virtual – durante esses meses de pesquisa na pós-graduação. Conforme René Remond (*apud* Ferreira, 2012), ao contrário do que se julgava de início, quando surgiu o termo História do Tempo Presente, a questão do acesso às fontes de pesquisa não seria marcada pela penúria, mas pela

⁶ Usa-se entre aspas porque essa legalidade estabelecida pelos Atos Institucionais foi imposta à sociedade, ou seja, foi o meio pelo qual o governo autoritário se autolegitimou após o Golpe Civil-Militar em 31 de março de 1964.

superabundância. A pandemia provocou a mudança de algumas fontes do projeto original, contudo, não reduziu a quantidade de possibilidades. O primeiro acervo com o qual tive contato foi os Anais da ALEPA, tidos por mim como um fio condutor das atividades políticas do Estado e indicativo de outras fontes a serem consultadas. Essa documentação se encontra digitalizada em meu acervo pessoal, assim como parte dos jornais disponíveis na Hemeroteca da Biblioteca Arthur Vianna, a saber, *A Província do Pará*, *Folha Vespertina* e *O Liberal*.

Ademais, somaram-se a essas fontes documentos encontrados em outros repositórios, a saber, Arquivo Nacional e Projeto *Opening the Archives*, por meio dos quais consultei – respectivamente – os documentos do Sistema Nacional de Informações e do Conselho de Segurança Nacional e os documentos do consulado estadunidense. Consultei, ainda, dois arquivos – um virtual e outro físico – que agregaram novas informações a minha pesquisa. O primeiro consiste nos documentos do Supremo Tribunal Militar disponíveis no site do projeto Brasil Nunca Mais; os tomos publicados nos anos 1980, hoje, encontram-se disponíveis para acesso ao pesquisador por meio da web. Por fim, recorri aos documentos da seção paraense do Partido Republicano (PR) disponíveis na sede do Instituto Histórico-Geográfico do Pará. Apesar de ter sido uma agremiação partidária pequena no Pará, alguns documentos como cartas nos possibilitam saber mais de como os políticos reagiram e atuaram durante a Ditadura antes do Ato Institucional nº 2 em 1965, que extinguiu os partidos criados em 1945, incluso o PR.

Dividida em três capítulos relativamente cronológicos, a dissertação busca apresentar, no primeiro, os partidos políticos existentes no Pará e a sua reação e adaptação ao golpe; assim como a primeira eleição ocorrida sob regime de exceção. O capítulo seguinte trata propriamente da formação da ARENA e do MDB estaduais, assim como o teste eleitoral de 1966 dentro do bipartidarismo, relacionando ao discurso sobre Amazônia propagado e retomado pela Operação Amazônia. Por fim, no último capítulo, a partir da crise política de 1968, busco compreender os limites da *cultura política* enquanto chave para interpretação das organizações partidárias surgidas nesse novo momento da política partidária nacional e apresento a hipótese do discurso sobre a Amazônia ser um caminho para se analisar a formação, relação, negociação e acomodação dos partidos no estado.

1. DO GOLPE À DITADURA: cultura política e partidos políticos no Pará

[...] Senhores Deputados, conforta-nos havermos sido [sic] eleito na continuidade evolutiva de *um movimento revolucionário* com o qual estávamos de há muito integrados, pela afinidade de princípios e de propósitos. [...] Representamos *uma nova ordem* de coisas que está forçando a abertura de seus próprios caminhos, íngremes é verdade, mas em busca de *oxigênio moralizador*.⁷

Em julho de 1964, tomou posse na qualidade de 1º vice-presidente⁸ da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) o deputado estadual José Maria Lins Chaves, integrante da Coligação Democrática Paraense (CDP) via Partido Social Progressista (PSP). O deputado era um dos principais opositores da “antiga ordem” chefiada pelo Partido Social Democrático (PSD), fundado pelos partidários do ex-governador Magalhães Barata. A partir de fins de março daquele ano, quando o presidente da república João Goulart foi deposto por força das armas, o deputado atuou em favor da consolidação do novo regime e buscou se fortalecer politicamente, pois – em suas palavras – o “movimento revolucionário vitorioso de 31 de março último revitalizou as esperanças daqueles que se sentiam sozinhos na luta contra a *corrupção*”⁹.

Com essas palavras, proferidas após a confirmação de sua eleição, José Maria Chaves definia a sua missão de luta pela implementação da “moralidade na política e na administração pública” enquanto vice-presidente em meio à “atmosfera revolucionária”. Ora, com sua estratégia discursiva¹⁰, o deputado atribuíu papéis aos sujeitos do momento político anterior, dando-lhes uma imagem de imorais, corruptos, “aventureiros políticos” e “mercadejadores da dignidade dos representantes do povo”¹¹. Da tribuna do Parlamento, o deputado tecia a sua narrativa sobre os fatos políticos recentes na qual estabelecia quem eram os heróis e quem eram os vilões. Com a palavra, o deputado legitimava as posições adotadas pessoalmente e coletivamente por aqueles que tinham quebrado a ordem democrática, contraditoriamente, em nome dela.

Destarte, podemos compreender a posse de José Maria Chaves como um ponto de inflexão da estruturação do novo arranjo político no Pará. Entre março e julho de 1964,

⁷ (Todos os grifos serão de minha autoria, quando não for o caso, será informado). PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

⁸ No Pará, a legislação estabelecia que a presidência da casa deveria ser ocupada pelo vice-governador do estado, cargo criado em 1959 devido à enfermidade do governador Magalhães Barata. Até 1959, o processo era o inverso, o presidente da casa se tornava – automaticamente – vice-governador na ausência do chefe do executivo estadual. Cf. Roque, C. 2006.

⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *Op. cit.*

¹⁰ Acerca da análise das palavras pela Nova História Política, Prost (2003, p. 321) afirma que “Somos [...] progressivamente levados à noção de estratégias discursivas. A atenção aos personagens dos discursos se completa com o estudo da maneira como o sujeito falante tenta se apoderar do papel que lhe convém e atribuir aos seus interlocutores os papéis que escolheu para eles. O diálogo político é muitas vezes conflito em torno de papéis reivindicados/impostos/recusados”.

¹¹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. *Op. cit.*

servidores públicos foram exonerados, militantes políticos e sindicalistas foram presos, militares pró-Goulart foram enviados para a caserna, jornais foram censurados, dentre outras mudanças arbitrárias. À época do discurso, o Poder Executivo Federal, o Governo Estadual e a Prefeitura da capital Belém tinham novos chefes eleitos em processos indiretos por Legislativos depurados; faltando, então, apenas a chefia do Poder Legislativo estadual, que se encontrava de recesso até a abertura do novo ano legislativo em julho do corrente ano, para consolidar a dita “nova ordem”.

Como se sabe, o golpe de março de 1964 foi fruto de uma aliança entre grupos militares e grupos civis para a derrubada do presidente João Goulart. Após a malsucedida tentativa de coibir a posse de Goulart em 1961, os grupos opositores conseguiram se unificar em 1964 contra o “perigo vermelho”. Nessa aliança, havia diferentes projetos políticos e pessoais de modo que, as semanas posteriores a sua execução, foram de partilha dos quinhões do poder ou, melhor, uma tentativa de divisão, afinal, diferentemente do esperado por alguns, núcleos militares tomaram a dianteira do processo, implantaram oficialmente uma ditadura através do Ato Institucional nº 1 e permaneceram pelos próximos vinte e um anos no poder. Esses grupos partícipes do golpe foram galvanizados por um medo anticomunista que, no entanto, não apresentava uma saída única para o dia seguinte a sua consumação (Motta, 2021).

Neste capítulo, buscaremos compreender como se deu a articulação do golpe no Pará, especialmente a partir da trajetória e cultura política das agremiações partidárias. Isso porque, argumenta-se, nem tudo na Ditadura Militar foi ruptura, ao contrário, muitas das opções políticas implementadas possuíam raízes nas tradições políticas locais. Isso não é algo irrelevante, haja vista que, particularmente entre 1966 e 1978, as eleições realizadas eram unicamente para os quadros legislativos, logo, dando maior importância para as disputas regionais entre os partidos e dentro dos próprios. Sendo assim, é essencial visualizar quem são os interlocutores de discursos como o do deputado José Maria Chaves. Quem são esses sujeitos da “antiga ordem”? Quem são os sujeitos da “nova ordem”? Toda ditadura implica violências e arbitrariedades, assim como mediações e negociações visando ao apoio social. Com quem se mediou, no Pará, para a instauração da ditadura? A quem não se deu essa opção e optou-se por silenciar, prender e/ou torturar? A presença de civis ao longo da Ditadura foi constante, ainda que variasse no grau de influência, portanto, buscar responder a esses questionamentos no que tange aos partidos políticos pode nos fazer compreender melhor a *dimensão civil*¹² tão

¹² Cita-se em particular a produção de Daniel A. Reis que utiliza o termo “dimensão civil”. Cf. Reis, 2014.

reclamada por uma historiografia relativamente recente que – inclusive – defende a alteração conceitual do período ditatorial de Militar para Civil-Militar.

Há muito, pesquisas tanto no campo da história quanto no da ciência política e sociologia têm ressaltado o fato de que o Brasil viveu a peculiaridade de manter algumas instituições da Democracia Liberal (1945-1964) funcionando de maneira regulada durante o Regime Militar. Se por parte do Governo isso visava assegurar uma imagem legítima do golpe e a manutenção do poder para a comunidade nacional e internacional; por parte da classe política e – posteriormente – dos movimentos sociais; os partidos e as eleições foram um canal de manifestação da (in)satisfação social e das dinâmicas intestinas das disputas políticas.

Nos momentos de “bonança”, quando o Regime gozou de prestígio por conta do “milagre econômico” e do discurso moralizador favorecidos pela censura às críticas na imprensa, os parlamentares foram fonte de legitimação. Nos momentos de crise, o Congresso e os parlamentos estaduais foram espaços de vazão das críticas à repressão, censura e demais violações de direitos cometidas pelos militares e civis. Em virtude disso, foram fechados nos momentos críticos da Ditadura, como o recesso compulsório decretado à ALEPA em 1969 pós-AI-5. Rego (2008) atribui a permanência do Congresso, partidos e eleições a uma tradição de *conciliação política* no Brasil desde o período colonial. Para o autor, a existência das casas legislativas tanto legitimou – de início – quanto deslegitimou – já nos anos finais do Regime – as ações e políticas adotadas pelos Governos Militares. Essa pretensa tradição conciliatória tem sido analisada por Motta (2014) enquanto parte de uma *cultura política* brasileira. Tanto Motta quanto Rego destacam que, nas outras ditaduras do Cone Sul, o recurso da negociação, mediação e conciliação não foi tão empregado quanto no Brasil. Apesar de que, no contraponto de Vasconcelos (2004), essas ditaduras também tenham se utilizado de instrumentos das democracias como plebiscitos e eleições no seu derradeiro fim.

Como contaram com a participação de civis no sucesso do golpe e não dispunham de um projeto claro comum a todos, Kinzo (1988) argumenta que os militares tentaram criar um *sistema híbrido* no qual conseguissem coexistir os instrumentos democráticos com o autoritarismo das alas mais radicais das Forças Armadas. Lideranças políticas da União Democrática Brasileira (UDN), principal partido de apoio ao golpe, como Magalhães Pinto (governador de Minas Gerais) e Carlos Lacerda (governador da Guanabara¹³) tinham a expectativa de poder concorrer nas eleições presidenciais previstas para 1965. De acordo com Hippolito (2012), o próprio ex-presidente Juscelino Kubitschek – que votou a favor na eleição

¹³ Com a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, o antigo Distrito Federal se tornou o Estado da Guanabara. Hoje, foi assimilado pelo Estado do Rio de Janeiro.

indireta do gen. Castelo Branco – deixou de apoiar o gen. Henrique Teixeira Lott nas eleições de 1960 a fim de poder retornar ao Palácio da Alvorada após um provável governo desastroso de Jânio Quadros (PTN).

Analisando os editoriais dos jornais da grande imprensa publicada no Sudeste brasileiro, Vasconcelos (2004) advogou a tese de que a democracia não era apenas uma fachada utilizada pelos golpistas, mas também um valor com o qual, contraditoriamente, preocupavam-se a fim de sustentar a legitimidade da “Revolução de 64”. Apesar de sofrer constantes críticas, o Legislativo era tido como um dos elementos legitimadores por parte da referida imprensa (Vasconcelos, 2013). Se a permanência de João Goulart representava – para esses jornais – o risco de uma ditadura sindicalista, a chegada dos militares deveria ter elementos da democracia liberal como o parlamento.

Por outro lado, Grinberg (2009, p. 32) – que se dedicou particularmente a estudar a Arena – arremata: “Se a sigla Arena era recente e podia não ter identificação popular, as lideranças que formavam o partido eram representantes da nata dos políticos da época”. Ou seja, os políticos partícipes ou não do golpe desejavam continuar sua trajetória no cenário público e – quando montaram as suas agremiações políticas no bipartidarismo – não eram meros partidos de “sim” e “sim, senhor”, conforme se consagrou a memória sobre os partidos. Assim, não nos é possível compreender essas instituições em pleno período ditatorial como elementos decorativos. A autora critica o argumento de que os partidos e as eleições eram meros legitimadores e propõe observá-los a partir de um desejo de participação política dos parlamentares, tanto que atribui à questão da representação política o centro das divergências entre as expectativas da Arena e os mandos do Governo.

[...] A manutenção da estrutura para realizar as disputas eleitorais pelo poder local indica, a nosso ver, um dos pilares do respaldo social que possibilitou uma duração tão longa ao regime autoritário. Nesse sentido, a política local era parte fundamental da política nacional, não sendo possível considerá-la como uma questão menor. Uma das considerações decorrentes dessa perspectiva é que a realização de eleições não é acontecimento passível de ser interpretado como mero processo de legitimação do regime autoritário. As eleições são fatos complexos que envolvem a participação de muitos na organização dos partidos, nas candidaturas e no próprio voto. Então, não se trata apenas de legitimar o regime junto à comunidade internacional. Certamente esse é um argumento importante para a manutenção das eleições, mas, através delas, o regime também permitiu a continuidade da participação política de grande parte da sociedade brasileira, independentemente de sua posição pró ou contra o movimento de 1964. (Grinberg, 2009, p. 91-92)

É importante frisar que essa permissão do regime para o funcionamento do Legislativo e partidos foi acompanhada de constantes intervenções seja no estabelecimento de recessos compulsórios, seja por meio da cassação de direitos políticos e prisões arbitrárias.

Por sua vez, Carvalho (2008), ao analisar a trajetória dos senadores brasileiros eleitos durante a ditadura, identificou que grande parte deles possuíam uma carreira política consolidada ainda entre 1945 e 1964. Para o Pará, esse dado poderia ser irrelevante, pois os ocupantes dos cargos majoritários durante o Regime foram pessoas teoricamente externas à política partidária, entretanto, como se demonstrará adiante, isso pode ser relativizado, haja vista os constantes contatos entre políticos, militares e “quadros técnicos” da sociedade civil nos anos pré-64.

Trocando em miúdos, faz-se necessário explicar as dinâmicas políticas no Pará pelo viés do político, sem negligenciar – claro – o que há para além do político (Remond, 2003). Pensar a trajetória das agremiações partidárias e, por conseguinte, a formação dos quadros da Arena e do MDB no período bipartidário pode nos fazer compreender melhor como se estruturou socialmente a ditadura no Pará através de um prisma até então pouco discutido: os partidos. Esse pensar se alicerça principalmente no já referido conceito de *cultura política* segundo a definição proposta por Motta, qual seja:

[um] conjunto de valores, tradições práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, expressando identidade coletiva e fornecendo leituras comuns do passado, assim como inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (Motta, 2013, p. 11-12)

Ademais, como se tem argumentado até aqui, diferentes expectativas favoreceram a união dos golpistas contra o “perigo vermelho” (Motta, 2020). Sendo assim, excepcionalmente da parte dos políticos, o golpe não *necessariamente* pressupunha a ditadura (Fico, 2014), daí o título do capítulo que buscará explicitar as mediações até a consolidação do golpe e da ditadura. Para além da dicotomia adesão-resistência, houve momentos de negociação e acomodação entre os agentes históricos envolvidos na Ditadura Militar. É essencial questionar uma memória apaziguada da saída para a democracia no Pará que muito culpou, com razão, os militares pela repressão, mas se olvidando da atuação de civis do meio político, empresarial e agrário na execução dos planos do Governo na Amazônia.

1.1 A relação entre PSD-PTB no Pará: acordos, acomodações e rompimentos

Na virada dos anos 1950 para os anos 1960, uma sucessão de fatos alterou a conjuntura política paraense, dentre os quais se destaca especialmente o falecimento do gen. Magalhães Barata – ex-interventor do estado nos anos 1930/40 por indicação do presidente Getúlio Vargas – fundador da seção Pará do PSD em 1945 e figura central nas disputas locais. Para Rocque

(2006), a política no Pará entre 1945 e 1965 (quando o autor considera o fim do *baratismo*) se definia entre aqueles que apoiavam ou eram contrários ao “caudilho”, na definição de seus críticos. Formado majoritariamente por advogados em seu núcleo, o PSD contava com uma rede de alianças clientelistas por todo o estado do Pará, formadas ainda durante o período da interventoria de Magalhães Barata (Rocque, 2006.; Veiga, 2018.; Petit, 2003.; Carneiro, 1991). Nesse intervalo de aproximadamente 20 anos, de um total de cinco pleitos, o PSD só perdeu as eleições para o governo do estado em 1950 e 1965, sendo a último dentro da Ditadura e com os quadros dos partidos comprometidos por cassações.

A primeira derrota é geralmente interpretada como fruto da união da oposição *baratista* contra o PSD, afinal, a CDP conseguiu congregiar todos os grandes partidos opositores de então entorno de uma única candidatura (Petit, 2003. Rocque, 2006). Mas, além disso, pode-se destacar também que, naquele pleito, o PTB de Vargas estava unido ao PSP de Adhemar de Barros (governador de São Paulo), que financiou campanhas no Pará (Rocque, p. 19, s/d) e no Maranhão (Costa, 2016), tendo visitado o estado a fim de dar apoio ao candidato gen. Zacarias de Assunção (PSP/CDP). Durante as visitas, Aberlado Conduru, ex-aliado de Barata e integrante do PSP, cedeu-lhes abrigo em sua residência (Rocque, *op. Cit.*). As alianças firmadas por Adhemar e os *pessepistas* iam desde Vargas até o PCB, tanto a nível nacional quanto local (Oliveira, 2010. Delgado, 2011).

Por fim, 1950 é o primeiro ano em que a CDP é formada para concorrer ao pleito estadual conforme se observa nas Tabelas 1 e 2. Em decorrência disso, é o único ano em que a representação fica equilibrada entre PSD e CDP na Câmara Federal, enquanto na ALEPA o PTB consegue eleger dois deputados, contudo, sendo àquela época também parte integrante da oposição ao PSD. Quanto à segunda derrota, essa é interpretada pela ausência de Magalhães Barata e o enfraquecimento do PSD através das cassações de suas principais lideranças após o golpe, o que – para Rocque (2006) – pôs fim a um ciclo histórico. Chama a atenção que o cônsul americano em Belém trata as cassações de junho de 1964 como o obituário do PSD. Para Hyman Bloom, o partido definharia mesmo sem perder o staff político.¹⁴

Possivelmente, quase no final 1960, a fim de assegurar a governabilidade e a vitória do PSD na eleição para o governo do estado, Moura Carvalho firmou um acordo com o PTB de Américo Silva, que vinha em progressivo crescimento tanto no Pará (conferir Tabela 2) quanto no Congresso Nacional (Delgado, 2011. Motta, 2008. Veiga, 2018). Ernesto Cruz, em sua

¹⁴ "Cancellation of Mandates and Political Rights of Pará Politicians; An obituary for the PSD" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:343397/>

História do Poder Legislativo, registrou a votação de um projeto ainda de Magalhães Barata em 1º de agosto de 1960 da seguinte forma: “Contando com os votos de vários elementos do P.S.D., que por sua vez não tinha *a essa altura* o auxílio do P.T.B., a oposição conseguiu rejeitar o processo” (Cruz, s/d, p. 251). Sob esse viés, sem o apoio do PTB, seria difícil para o PSD manter o equilíbrio de forças consolidado por Barata e, atrelado a isso, a conciliação com a oposição na Assembleia Legislativa para aprovação de projetos; podendo se agravar no momento das eleições de 1960, quando o partido perdeu o candidato ao cargo de governador vítima de câncer, assim como Barata, e precisou indicar o advogado Aurélio do Carmo, que era membro do partido e que havia concorrido anteriormente em pleitos eleitorais, porém nunca havia sido eleito (Rocque, 2006. Bahia, 2008).

Conforme se observa na Tabela 2, a aliança PSD-PTB no Pará garantia ao primeiro a maioria absoluta na ALEPA – o que não ocorria desde 1945 – além de uma recuperação de cadeiras para os *pessedistas* e o contínuo crescimento para os *petebistas* no pleito de 1962. Ademais, servia para balancear a perda de assentos do PSD na Câmara Federal para o PTB e a CDP, observáveis na Tabela 1.

Tabela 1 – Número de eleitos por partido no Pará para a Câmara Federal (1945 – 1962)

	1945	1950	1954	1958	1962
PSD	6	5	-	4	4
ASD	-	-	5 ^c	-	-
UDN	2	-	-	3	-
PSP	-	-	3	-	-
CDP	-	4 ^b	-	2 ^e	4 ^f
PPS	1 ^a	-	-	-	-
PTB	-	-	1 ^d	-	2
Total	9	9	9	9	10

Fonte: Pará, 2008. Formatação: Flávio Matos.

a) O Partido Popular Sindicalista concorreu apenas em 1945. No ano seguinte, uniu-se ao Partido Republicano Progressista e ao Partido Agrário Nacional para formar o Partido Social Progressista (PSP).¹⁵

b) Formada por políticos opositores ao PSD, a Coligação Democrática Paraense (CDP) congregava os partidos PSP, PST, PL e UDN em 1950. Foram eleitos dois da UDN e dois do PSP.

c) Em 1954, o PSD se uniu ao Partido de Representação Popular (PRP) para formar a Aliança Social Democrática (ASD). Todos os eleitos foram do PSD.

¹⁵ Verbete Partido Popular Sindicalista. Disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-sindicalista-pps>. Acesso em: 08 jul. 2022.

^{d)} O deputado Gabriel Hermes Filho (PTB) é eleito em um pleito suplementar realizado em 06 de fevereiro de 1955, devido à invalidação do diploma de dois deputados do PSD que perdeu uma cadeira. A fim de manter a coerência da legislatura, alterou-se a tabela.

^{e)} Em 1958, compunham a CDP: PSP, Partido Republicano (PR) e Partido Socialista Brasileiro (PSB). Todos os eleitos eram do PSP.

^{f)} Em 1962, compunham a CDP: PSP, PR, PSB, UDN, Partido Libertador (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Rural Trabalhista (PRT) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Foram eleitos dois da UDN e dois do PSP.

Tabela 2 - Número de eleitos por partido no Pará para a Assembleia Legislativa (1945 – 1962)

	1947	1950	1954	1958	1962
PSD	23	18	-	15	17
ASD	-	-	17 ^c	-	-
CDP	-	16 ^b	-	9 ^d	7 ^e
PSP	9	-	9	-	-
UDN	2	-	5	6	4
PTB	2	3	4	5	6
PR	-	-	2	2	3
PCB ^a	1	-	-	-	-
Total	37	37	37	37	37

Fonte: Pará, 2008. Formatação: Flávio Matos.

^{a)} O Partido Comunista do Brasil (posteriormente denominado Brasileiro) concorreu legalmente apenas nas eleições de 1945 e 1947.

^{b)} Formada por políticos opositores ao PSD, a Coligação Democrática Paraense (CDP) congregava os partidos PSP, PST, PL e UDN em 1950. Foram eleitos 9 da UDN e 7 do PSP.

^{c)} Em 1954, o PSD se uniu ao Partido de Representação Popular (PRP) para formar a Aliança Social Democrática (ASD).

^{d)} Em 1958, compunham a CDP: PSP, Partido Republicano (PR) e Partido Socialista Brasileiro (PSB).

^{e)} Em 1962, compunham a CDP: PSP, PR, PSB, UDN, Partido Libertador (PL), Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Rural Trabalhista (PRT) e Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

A aproximação entre PSD e PTB tanto gerou o fortalecimento das duas legendas, quanto provocou a saída de alguns *petebistas* para a UDN, esse é o caso do advogado e deputado estadual Gerson dos Santos Peres, eleito pela primeira vez como suplente pelo PTB em 1954, reeleito titular em 1958, oriundo de Cametá (PA) e opositor da família Moreira (PSD) no município. A partir de 1960, o referido deputado fica sem legenda e se aproxima do grupo político do empresário castanhalense Gabriel Hermes Filho, que havia sido vice-líder do PTB na Câmara Federal na legislatura de 1954 e em 1958 já se encontrava na UDN.

Ao conceder uma entrevista para o jornal *O Estado do Pará*, o *petebista* José Lopes de Oliveira, provocado pelo repórter, explicou as divergências locais da seguinte forma:

OE – Explique as alas que existiam no partido, situando as divergências entre Américo Silva e Gabriel Hermes.

LO – No PTB, como em qualquer agremiação – as políticas não estariam excluídas – eram notórias as lideranças, que, inclusive e a bem do próprio partido, muitas vezes tinham pontos de vistas diferentes, sem [sic] todavia, chegarem a um antagonismo radical.

No caso Américo e Gabriel representavam lideranças muito atuantes, cada um a buscar, a seu modo, a primazia dentro do partido. Américo, aquele *companheiro de vanguarda e dos primeiros* das do partido, homem que veio da pobreza passou a lutar para defender o trabalhismo, para situá-lo entre as grandes correntes de opinião pública, usava dos meios ao seu alcance para não ser deslocado de sua justa posição; Gabriel, *que aderiu ao PTB no auge da afirmação política do partido*, em 1950, empresário, pelo carisma atraía, naturalmente, adeptos de valor. A opinião dos grupos era defendida ardorosamente e o consenso, nem sempre geral e rápido, acabava por ser lançado, com a esperança de que representasse a melhor solução para o partido.¹⁶

Destarte, não podemos compreender um partido como um bloco monolítico, ao contrário, um partido é dotado de diferentes vertentes, afinal, tem o papel de canalizar em si as aspirações ao poder de diferentes grupos sociais (Berstein, 2003). Assim como as mudanças no PSD paraense permitiram a existência de uma aliança com o PTB em 1960, igualmente, ocorreram mudanças no PTB que viabilizam o acordo. Segundo Delgado (2011), o PTB passou paulatinamente por uma mudança na sua configuração, de modo que – a partir de 1954, com o suicídio de Vargas e o fortalecimento da liderança de Goulart – o viés reformista passa a se sobrepôr ao campo getulista ou mais fisiológico do partido. Jorge Ferreira (2014), biógrafo de Jango, destaca as características de hábil negociador do presidente que conseguiu se aproximar dos grupos de esquerda e fortalecer as relações com os sindicatos via Ministério do Trabalho, quando foi titular da pasta e presidente do PTB.

Ademais, o PCB – ora ilegal no país de 1947 – também se aproximou do PTB a partir de uma reorganização interna do partido na década de 1950 (Delgado, 2011), reverberando nos arranjos políticos no Pará. Antigos aliados e filiados do PCB que concorriam pela legenda do PSP passaram a ser acolhidos também no PTB e puderam disputar as eleições (Oliveira, 2010). Esses acordos são reconhecidos pelo gov. Aurélio do Carmo (Bahia, 2008) e por integrantes do movimento estudantil como Rui Antônio Barata, filho do ex-deputado Ruy Paranatinga Barata (PSP), e André Avelino Nunes, militante do PCB.

No Pará, não se chegou a constituir um movimento como as Ligas Camponesas de Francisco Julião em Pernambuco, contudo, houve um crescimento dos movimentos sindicais com a inserção do PCB em sindicatos como o da Petrobrás, o qual quem presidia era Sá Pereira e com a organização do movimento estudantil sob a liderança da Ação Popular (AP) que

¹⁶ Emancipar o homem: princípio a que a doutrina trabalhista sempre se manteve fiel. *O Estado do Pará*. 1º abr. 1979, Cad. 1, p. 5. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

presidia na pessoa de Pedro Galvão a União Acadêmica Paraense (UAP) em 1964. No campo, os trabalhadores eram organizados através da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará (ULTAP), a qual presidiu Benedito Serra. Desde pelo menos 1956, Benedito Serra participou da direção da ULTAP chegando a participar de conferências em São Paulo ao lado de Fermiano Reis e Raimundo Nonato de Sousa. Naquele ano, buscou apresentar ao presidente Juscelino Kubitschek as conclusões da II Conferência de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Pará.¹⁷

Além deles, um dos principais expoentes dessa política mais relacionada aos movimentos sindicais e de luta pela terra foi o deputado estadual Benedito Monteiro. Natural de Alenquer (PA), o deputado foi vereador da cidade entre 1950 e 1954 pelo PSP, concorreu ao cargo de deputado estadual em 1954 pelo mesmo partido, mas perdeu a vaga após fraudes, ficando como suplente (Monteiro, 1993). Em 1958, migrou para o PTB e, dessa vez, ascendeu à Assembleia Legislativa. Na eleição de 1962, foi reeleito – com a colaboração do governador do Amazonas Gilberto Mestrinho (PTB) – como o deputado estadual mais votado do Pará já no cargo de vice-presidente do diretório regional.

Esse crescimento político se atribui à proximidade de Benedito Monteiro com a questão da luta pela terra no Pará. Após as negociações entre PSD-PTB, Monteiro chegou ao cargo de Secretário de Estado de Obras, Terra e Água, enquanto Américo Silva (presidente regional do partido) ocupava a Secretaria de Estado de Produção. Como secretário, Benedito formulou um decreto destinando às margens das rodovias estaduais no Pará a assentamentos, o que foi negado mesmo sem ferir a propriedade do latifúndio. Já como deputado, propôs, em 1962, a criação do Instituto de Reforma Agrária do Pará, que disciplinaria o aproveitamento das terras públicas do estado (Fontes, 2015). Na região da BR-14 (Belém-Brasília), chegou a organizar a Sociedade de Assalariados Agrícolas e – em janeiro de 1964 – foi nomeado pelo presidente João Goulart, a quem Monteiro (1993) considerava um amigo, para ser o delegado regional da Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA).

Vale ressaltar que a década de 1960 viveu constantes mobilizações sindicais e sociais tanto nos grandes centros urbanos quanto no campo. Com João Goulart na presidência, houve um forte receio dos grupos conservadores de que o presidente pudesse querer organizar uma “república sindicalista”. Juscelino Kubitschek realizou inúmeros empreendimentos, como a construção de Brasília, no entanto, sem tocar na questão agrária brasileira, o que só ganhou maior projeção no governo seguinte.

¹⁷ Levadas ao Rio as conclusões da Conferência do Pará. *Terra Livre* (SP), ed. 0073, p. 4, 1956. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

A capilaridade da base social do PTB a qual dialogava com Benedito Monteiro pode ser conferida no rol de pessoas arroladas ao seu processo no Superior Tribunal Militar (STM). Por exemplo, José Elias Emin, prefeito de Igarapé-Açu (PA), depôs afirmando que o deputado esteve no município “visando [sic] a organização de um Sindicato de Produtores Autônomos” dado que “os trabalhadores [sic] achavam-se abandonados, pois as autoridades não lhes davam assistência e que de qualquer maneira a situação tinha de ser resolvida”¹⁸. Mário de Assis Gonçalves de Souza (presidente do Sindicato dos Marceneiros) afirmou conhecer Benedito Monteiro com quem “teve vários contatos pessoais versando sobre interesses reivindicatórios dos trabalhadores e que [sic] assistiu o mesmo proferir conferências sobre o tema agrário”, assim como recebeu material da campanha eleitoral por meio de um auxiliar do deputado.¹⁹

Sabe-se que, a partir da SUPRA, Benedito Monteiro viabilizou a fundação e se articulou com os seguintes sindicatos: a) Sindicato Rural de Igarapé-Açu (PA), presidido por Martiniano da Rocha Brito; b) Sindicato Rural de Bonito (PA), presidido por um sr. Brino; c) Sindicato Rural de Alenquer (PA), presidido por Benedito Souza.²⁰

Evidentemente, o processo e os depoimentos prestados tanto por Benedito quanto pelos demais são eivados pelo anticomunismo visceral dos agentes da repressão que adaptam o depoimento à sua linguagem, entretanto, também nos fornecem informações sobre as relações políticas entre parlamentares e sindicatos no Pará. Acerca disso, destaca-se a consideração de Mesquita que, corroborando a perspectiva de Carlos Fico, considera ser:

possível afirmar que, em muitos casos, havia por parte dos agentes do SNI cautela e até mesmo bom senso para discernir e lidar com os fatos, reunindo documentos chave, produzindo e difundindo essas informações para os demais órgãos do sistema. (Mesquita, 2018, p. 256)

A consideração é feita ao tratar de casos de conflitos agrários no Sudeste do Pará nos anos 1970, todavia, é válido uma vez que identifique diferentes perspectivas dos agentes na coleta dos documentos. No decorrer do processo, enquanto foi mantido incomunicável após ter sido preso em abril de 1964, Benedito Monteiro foi ouvido diversas vezes e os mesmos fatos foram registrados de diferentes formas. Os depoimentos registrados pelo Centro de Informações Superiores da Aeronáutica (CISA) costumam dar maior destaque às ligações com “esquerdistas”, enquanto os registrados pelo Exército dão um tom de mais objetividade, ainda que também sejam dotados de anticomunismo tal qual o outro.

¹⁸ *Brasil Nunca Mais – Processo 161*, Arquivo 1 de 2, p. 165. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564. Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais.

¹⁹ *Ibidem*, p. 304.

²⁰ *Ibidem*, p. 73-74.

Figuras 1 e 2 – Propaganda eleitoral de Benedito Monteiro em 1962.



Fonte: *Brasil Nunca Mais – Processo 161*, Arquivo 1 de 2, p. 104-105. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564.

As Figuras 1 e 2 são de materiais da campanha de 1962 de Benedito Monteiro apreendidas pelos agentes da repressão e arroladas como provas de atividades subversivas cometidas pelo deputado. Na Figura 1, frente do folheto, destaca-se o tema central da luta política do deputado ao qual se associavam diferentes agentes: Reforma Agrária. A esse tema central vinculava-se as demais propostas de reforma no verso (Figura 2): Reforma Universitária, Pelo Direito de Greve e Controle das remessas de lucros. As mesmas temáticas compunham o panfleto de Raimundo Jinkings, bancário sindicalista candidato a vereador do PCB via PSP, cujos direitos políticos foram cassados pela Ditadura juntamente com o deputado. Nesse mesmo ano – 1962 – os chefes das Forças Armadas no Pará enviaram um ofício ao Procurador Regional da

República requerendo a impugnação da candidatura de “Bené” Monteiro por sua vinculação com o PCB e atividades de “arregimentação subversiva” na Belém-Brasília.

É a esse PTB que o PSD irá se aliar principalmente visando manter a estabilidade dos seus ciclos de governos no estado do Pará. Quando o golpe ocorre, as lideranças que se aliaram a essas propostas reformistas, que são sustentadas pelos diferentes movimentos sociais e sindicatos, serão as primeiras a serem cassadas. Nesse sentido, podemos considerar esses agentes enquanto integrantes daquela “antiga ordem” definida por José Marias Lins Chaves em seu discurso de posse na ALEPA.

Contudo, houve um outro segmento do PTB que não se aproximou do PSD e seguiu como uma acomodação dentro do partido. Após o golpe, esses integrantes irão se aliar à “nova ordem”. Contrariando a leitura que se faz do PTB a nível nacional, os *petebistas* no Pará, ao invés de oposição por sua vinculação a João Goulart, tornam-se situação no governo Jarbas Passarinho, chegando a concorrer para a vice-governança no pleito de 1965 com o candidato dos militares cel. Alacid Nunes (UDN).

Em março de 1964, no interior do estado, PTB e PSD disputavam em lados opostos à prefeitura da cidade de Tucuruí. O pleito foi acompanhado pel’A *Província do Pará*. Em uma das notícias, o jornal contava que, com base solidificada, “elegendo, *sozinho*, o prefeito de Tucuruí; e, com seu apoio, o de Itupiranga, o PTB melhor[ou] a sua base eleitoral na Hinterlândia paraense”.²¹ Sobre as previsões para 1965, publicou-se o seguinte:

A propósito de alguns comentários face [sic] a posição do PTB perante a conjuntura política regional, ouvi do trabalhista Luiz Otávio esclarecimentos. O PTB, segundo ele me disse, está com toda a responsabilidade e sinceridade devidas, participando das *démarches* que objetivam a *reorganização da antiga Coligação Democrática Paraense*. Com o que não deixa a porta fechada inteiramente para os lados do PSD.²²

Alguns dias após o comentário de Luiz Otávio, o jornal noticiou a indicação de um possível nome para concorrer pelo PTB, um nome importante que seria influente na nova conjuntura partidária a partir do golpe de 1964, trata-se do empresário Armando Carneiro, proprietário do *Jornal do Dia* e opositor do governador Aurélio do Carmo (Ferreira, 2015). Eis a nota:

Ouvindo de longe, sem intervir, mas anotando, posso, agora, dizer que o Partido Trabalhista Brasileiro dentro do esquema das oposições coligadas, indicará, para candidato ao Palácio Lauro Sodré [sede do governo estadual], o deputado Armando Carneiro. A indicação de um exaltado trabalhista, para que o Partido também exigisse

²¹ BASE SOLIDIFICADA. *A Província do Pará*, 20 mar. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²² SUCESSÃO ESTADUAL. *A Província do Pará*, 15 mar. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

o cargo de prefeito de Belém, foi derrotado, porque o PTB dará apoio integral a Stélio Maroja, *candidato do PSP*, ou ao candidato que venha ser *indicado pelos coligados*.²³

As notícias publicadas n’*A Província do Pará* são interessantes para avaliar a expectativa dos políticos de oposição ao PSD porque o jornal, na pessoa do seu superintendente Milton Trindade, há muito sedia espaço em suas publicações para que Jarbas Passarinho manifestasse as suas convicções políticas nos editoriais (Passarinho, 1996). Em vista disso, o conteúdo do jornal está indissociavelmente relacionado à posição política dos seus idealizadores (Luca, 2011). Assim como membros de outros organismos da sociedade civil, Milton Trindade viria a compor os quadros da Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

O arranjo político do Pará no contexto do golpe, portanto, retoma à antiga divisão entre PSD e os outros partidos, mesmo da parte do PTB que foi aliado no início da década de 1960. Os trabalhistas entendidos enquanto próximos do comunismo serão cassados e presos acusados de subversão. Os demais políticos – integrantes do PTB ou não – que não coubessem nesse arquétipo, seriam acusados de participarem de esquemas de corrupção e contrabando, daí o “oxigênio moralizador” alegado por José Maria Lins Chaves e tantos outros políticos.

Em suas memórias, Passarinho (1996) reconhece que não havia nenhum grande esquema comunista no Pará como alegavam os combatentes do “perigo vermelho”, então, a justificativa do golpe passa a ser atribuída principalmente ao combate à corrupção, entretanto, contraditoriamente, o militar seria acusado pelos seus congêneres da “comunidade de informações” (Fico, 2019) de incorporar as mesmas práticas políticas condenadas que praticavam os políticos cassados pela ditadura.

Ainda segundo Passarinho (1996), os políticos paraenses não tiveram participação no planejamento do golpe no Pará, apesar de ser possível que alguns já soubessem das articulações ocorridas nos bastidores nos dias que o precederam (Costa, 2014). Relatórios do SNI indicam que – logo após o golpe – foi adquirida uma propriedade intitulada granja Mururé na qual passaram a se reunir jovens empresários aliados de Passarinho. Eram integrantes desse grupo o seu sobrinho e futuro chefe de gabinete Ronaldo Passarinho e os empresários “Newton Vieira (Guara-Suco), Jesus de Medeiros (Poliplast, Rubertex), Nestor Bastos (Enasa, Cotembel, Poliplast), Ricardo Vasques (Cotembel, Tropical), Lamartine Nogueira (Basa), Carlos Guapindaia (Gualo), Carlos Acatauassu (Poliplast, CDP) e outros”²⁴. Dos citados, os agentes do SNI relatam que todos foram favorecidos durante a gestão de Jarbas no governo do estado.

²³ ARMANDO CARNEIRO, CANDIDATO. *A Província do Pará*, 20 mar. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁴ *Informação n° 027/SNI/NABE*. Assunto: Antecedentes de Pessoas. 24 fev. 71. Código de ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_82002334_d0001de0001. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional.

Arregimentados em espaços como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), há muito a classe empresarial brasileira atuava em prol da desestabilização do governo de João Goulart – que tomara posse após a renúncia inesperada de Jânio Quadros em 1961 – inclusive por meio do financiamento de campanhas de políticos opositores nas eleições parlamentares de 1962. De acordo com Dreifuss (2006), no Pará, o elo com o complexo IPÊS-IBAD era o general Cordeiro de Farias.

Além dos empresários, era forte o grupo dos proprietários rurais que procuravam minar as bases políticas de políticos como Benedito Monteiro (PTB). De acordo com o retrospecto feito pelo jornal *O Estado do Pará*²⁵, a principal liderança apontada por “ilustres personalidades” como mentor intelectual do golpe foi o pecuarista Cláudio Dias, que – como se apresentará adiante – foi membro fundador da ARENA no Pará. Costa (2014) considera que Cláudio Dias teria se desencantado com a “revolução” após o golpe devido ao teor de lamúria no seu relato para o jornal, mas penso que isso seja por conta do ano da entrevista (1979, às vésperas da anistia), afinal ele foi candidato pela ARENA até as eleições de 1974. Consonante a isso, Passarinho (1996) o omitiu na sua narrativa sobre o golpe provavelmente por conta desse distanciamento no período da redemocratização.

Dito isso, visando manter-se a par das mudanças fomentadas pelo golpe e próximos das esferas de decisão, os políticos da Região Norte buscaram se aproximar dos militares que agora ocupavam o poder e se distanciar das antigas alianças. As Reformas de Base de Goulart²⁶ – que previam, por exemplo, mudanças no campo com a reforma agrária, nas universidades, na rede bancária e no sistema tributário – se não eram defendidas, também não encontravam forte oposição nas lideranças locais da situação. No Amazonas, o governador Plínio Coelho era do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e defensor de Goulart, chegando a se manifestar contrário ao golpe (Queirós, 2019). No Amapá, os deputados eram todos entusiastas dos planos reformistas (Santos, 2001) e – no Pará - o governador Aurélio do Carmo (PSD), além de ter se aliado a trabalhistas e comunistas, tinha se manifestado favorável até a legalização do PCB, isso após ter visitado a União Soviética acompanhado de um grupo de políticos e empresários.

Nesse sentido, os políticos da “nova ordem” tal como José Maria Lins Chaves irão legitimar as ações adotadas pelos militares a fim de assegurar a ocupação do espaço deixado pelo PSD, que sofreria as cassações do governador e vice-governador do estado, respectivamente,

²⁵ A REVOLUÇÃO NO PARÁ: um conspirador que quer anistia para Brizola. *O Estado do Pará*, 8 abr. 1979, Cad. 2, p. 2. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁶ MENANDRO, Heloísa. Verbete Reformas de Base. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/reformas-de-base>. Acesso em: 06 jul. 2022.

Aurélio do Carmo e Newton Miranda, assim como do prefeito de Belém Moura Carvalho, que liderava o partido.

Passados alguns dias do golpe, o presidente do Partido Republicano – Seção Pará, Orlando Bordallo, médico e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Pará (UFPA), enviou um ofício ao Sr. Comandante Militar da Amazônia com o qual vinha:

expressar a V. Excia, e por seu intermédio aos demais órgãos do Comando Supremo da Revolução, seu testemunho inequívoco de solidariedade e de fervorosas congratulações, pelo histórico e patriótico movimento que, extinguindo de vez as manobras de *bolchevisação do paiz* [sic], veio restabelecer, em bases de inconfundível amor à brasilidade, a sistemática do *processo democrático* nacional pelo prestígio à ordem e preservação da Constituição.²⁷

O ofício do dr. Orlando Bordallo é um exemplo das táticas adotadas pelos grupos políticos para buscar garantir o seu espaço na nova conjuntura uma vez que, antes da dita “Revolução”, muitos políticos tinham se aproximado das ideias ora tidas como subversivas. O próprio PR do Pará lançou um manifesto publicado em jornal em favor da reforma agrária, ainda que o projeto se diferísse em partes do proposto pelas esquerdas.

No caso, o Diretório Regional do PR informava ser “Favorável à reforma agrária que atenda e [sic] melhore as condições de vida do homem do interior”²⁸, mas dentro daquilo que previa o § 16 do Art. 141 da Constituição de 1946, ou seja, desapropriação mediante indenização em dinheiro. Dessa forma, nada que contrariasse as propriedades garantidas na lei.

De acordo com Costa (2014), desde a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart em 1961, os grupos empresariais, aliados a militares como Jarbas, teriam começado a se articular visando promover aquilo que Passarinho definia como “contrarrevolução”, uma vez que se compreendiam diante de um “perigo vermelho” representado pela proximidade de Goulart com os movimentos sociais e os partidos de esquerda. A esse tal perigo é que Bordallo faz menção ao vibrar pela extinção das manobras pró “bolchevisação do paiz”. Cabe, ainda, destacar que o ofício de Bordallo apresenta uma das expectativas dos políticos: a continuidade do *processo democrático*, ou seja, a realização de eleições. Conforme sintetiza Fontes (2014, p. 345):

O golpe de Estado veio, com o apoio da imprensa, dos políticos ligados ao [sic] PDS do Pará, com o apoio da igreja, da maçonaria, da intelectualidade, dos produtores rurais (fazendeiros), dos comerciantes. Contra a quebra da democracia representativa, implantada no Brasil em 1946, só ficaram os estudantes universitários, os sindicalistas ligados ao PCB, os militantes da A.P e do PCB e alguns políticos ligados ao PTB.

²⁷ Ofício 17/64 do Sr. Presidente do Partido Republicano – Seção do Pará ao Sr. Comandante Militar da Amazônia de 13 de abril de 1964. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02. Fonte: IHGP.

²⁸ Nota oficial do Partido Republicano Seção do Pará de 20 de maio de 1963. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02. Fonte: IHGP.

1.2 Cassações: a “revolução” atingiu a todos de modo igual?

Assim, seguindo esta orientação, julgamos, nós, os Deputados do Partido Trabalhista Brasileiro do Pará, que a revolução de abril, não foi um movimento contra os princípios doutrinários de um P.T.B. autêntico e patriota, e sim, *uma revolução contra os corruptos, os levianos e os malvados*. E a prova incontestada desta nossa conclusão, encontramos no resultado positivo da revolução, quando vemos *indistintamente atingidos*, políticos, civis e militares vinculados às *diversas forças político-partidárias*.²⁹

Um argumento muito comum entre os deputados nas primeiras sessões da ALEPA após a abertura do ano legislativo em 1964 era de que a “revolução” atingira a todos os partidos de maneira equânime, sem paixões ou particularismos. Conforme o discurso acima, extraído da Sessão Solene de Instalação do novo ano legislativo; o deputado estadual Brabo de Carvalho – líder do PTB e escolhido por Jarbas Passarinho para vice-líder do governo na Assembleia Legislativa – foi um desses que fizeram uso estratégico do argumento buscando justificar as ações adotadas pelos *petebistas*, agora integrantes da base política do governo Passarinho.

Além disso, Petit e Velarde (2013) estimam que cerca de 300 pessoas teriam sido detidas entre os meses de abril e maio de 1964 no Pará, sendo a maioria composta por lideranças sindicais, militantes da AP, estudantes universitários e membros do PCB.

Dentre os políticos que tiveram os mandatos cassados por força do Ato Institucional nº 1 (AI-1) em junho de 1964 se encontram: o vereador de Belém Alberto Nunes (PTB), o prefeito de Cametá Agenor Moreira (PSD); o irmão de Agenor, deputado estadual Amílcar Moreira (PSD) e os deputados estaduais José Reis (PSD) e Nagib Mutran (UDN)³⁰. Há registro também da cassação de um vereador de Marabá, Raimundo Olívio Cardoso Rosa, do deputado federal Américo Silva (PTB), os suplentes Océlio Medeiros (PSD) e Henry Kayath (PSD). Além desses, tiveram os direitos políticos cassados Cleo Bernardo (líder do PSB) e Waldir Bouhid (PSD, ex-prefeito).³¹

Apesar da reportagem do *Província do Pará* indicar Nagib Mutran – oriundo de uma família oligárquica de migrantes libaneses proprietários de castanhais em Marabá (Emmi, 1999) – como membro da UDN; o libelo elaborado contra ele pelo gen. Ernesto Bandeira Coelho indica que o deputado teria migrado para o PSD “para manter seu domínio em seu feudo

²⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

³⁰ Dez paraenses na lista de ontem de cassação de mandatos e direitos. *A Província do Pará*, 10 jun. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

³¹ *Relação completa de civis e militares cassados em 1964*. Cod. Ref.: br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0053_d001. Fundo: Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça. Fonte: Arquivo Nacional.

eleitoral” que “domina a maior parte do vale TOCANTINS, especialmente MARABÁ e CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA”.³²

Então, é provável que, por conta do crescimento da bancada do PSD na ALEPA com a filiação de Nagib e outro deputado não identificado, parte do PTB tenha revisto a continuidade da aliança com o partido. O relatório da Comissão Sumária de Investigação dispõe a divisão de cadeiras da seguinte forma: 19 deputados do PSD, 7 deputados da CDP, 5 deputados do PTB, 3 deputados da UDN, 2 deputados do PR e 1 deputado sem legenda.³³ Ao comparar esses dados com os dispostos na Tabela 02, que foram indicados pelo Tribunal Regional Eleitoral após a eleição de 1962, pode-se deduzir que esse deputado não identificado tenha vindo ou do PTB ou do PR, que perderam uma cadeira cada.

Além de parlamentares e prefeitos no interior, também foram cassados – como dito anteriormente – o governador Aurélio do Carmo (PSD), o vice-governador Newton Miranda (PSD), o prefeito de Belém Moura Carvalho (PSD) e seu vice Isaac Soares (PSD). Sendo assim, uma primeira consideração sobre as características ou os perfis dos cassados é a sua vinculação com a rede de sustentação do PSD no Pará. A oposição, organizada por José Maria Lins Chaves já havia tentado realizar o impedimento do governador na Assembleia Legislativa, contudo, não conseguiram assinaturas o suficiente para realizar a convocação, afinal, o maior quantitativo era de deputados *pessedistas*. As tentativas de “Zemaroca ou Zé da Sopa” de levar denúncias contra o governo ao Marechal Taurino Rezende foram tratadas de maneira jocosa no jornal *O Liberal*, pertencente aos partidários do PSD.³⁴

De acordo com Passarinho (1996. 1991), a decisão de cassar o mandato do governador veio do “Governo Revolucionário”, de modo que as tentativas de negociação de Aurélio do Carmo, tais como mudar todo o seu secretariado e se afastar do PTB, não lograram sucesso. No entanto, penso ser possível inferir que a ampla cassação dos quadros partidários menores – como deputados estaduais e vereadores – tenha sido em resposta aos anseios dos políticos aliados dos militares na consolidação do golpe. Na avaliação do vice-cônsul estadunidense Adolph H. Eisner em Belém, a força *pessedista* na Assembleia Legislativa continuava forte em

³² *Investigação sumária, libelo e conclusões finais do relatório sobre corrupção no estado do Pará*. Cod. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002171_d0001de0001. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional.

³³ *Idem*.

³⁴ *O Liberal*. A Certidão do Zé. 21 maio 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

maio de 1964 de modo que a oposição, mesmo com apoio militar, não conseguia quebrar a sua hegemonia. Se alguma mudança fosse ocorrer, ela deveria vir de fora.³⁵

Ademais, ao invés de uma perseguição indistinta, quando observamos a trajetória dos políticos cassados, uma parte significativa tinha se vinculado ou aproximado das lutas nacionalistas dos anos 1950 e 1960, cita-se, em prol da monopolização do petróleo por meio da realização de eventos no interior do estado; sendo essa uma segunda indicação dos perfis dos políticos cassados. É o caso dos deputados federais paraenses cassados logo após o golpe Clóvis Ferro Costa (UDN) e Sílvio Braga (PSP) que compuseram – por exemplo – a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), organizada em 1956 por Juscelino Kubitschek para aprovar projetos de caráter desenvolvimentista e nacional. Como não havia definições ideológicas fortes na Frente de modo a separar os partidos, a FPN abrangia pessoas de diferentes espectros e era composta majoritariamente por políticos oriundos do PTB (Delgado, 2011).

Sobre Ferro Costa, Benevides (1981, p. 115) o destaca como um importante membro do grupo “Bossa-Nova”, ao lado de José Sarney, José Aparecido e João Seixas Dória. Gerado no interior da UDN ainda em 1959, o grupo visava defender uma nova linha para o partido em contraposição aos alinhados a Carlos Lacerda e à “Banda de Música”, ávidos oradores do partido. Objetivamente, esse grupo se propunha a apoiar os projetos reformistas do governo considerados “nacionalistas” ou de “interesse popular”.

Ao tratar das cassações, o jornal *A Província do Pará* destacou a atuação dos deputados da seguinte forma:

PARÁ: Ferro Costa (UDN) – ‘atuação subversiva em todas as áreas do esquema Brizola-Jango, notadamente em acontecimentos estudantis e ligados a nacionalismo, petróleo etc. Posição de destaque na Frente Parlamentar Nacionalista, Frente de Libertação Nacional e fatos ligados à luta em defesa de Cuba’; Sílvio Braga (PSP) – ‘Nacionalista-carreirista, linha auxiliar de movimentos nacionalistas comandados por Brizola e seu grupo.’³⁶

De acordo com o engenheiro Honório Francisco da Silva e Souza – funcionário do Ministério da Agricultura transferido para a Região Amazônica a fim de atuar na Petrobrás em 1963 e presidente do comando estadual da Campanha Pró-Monopólio Integral do Petróleo no Pará – o deputado Ferro Costa havia feito parte da campanha chegando a discursar nas cidades de Maracanã (PA) e Marapanim (PA). Entre dezembro de 1963 e janeiro de 1964, outros

³⁵ "Monthly Summary -May 1964" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345491/>

³⁶ *A Província do Pará*. “Lista vermelha” pronta para ser enviada ao Congresso. 10 abr. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

municípios do estado também teriam sido visitados pela referida campanha, a saber: Bragança, Capanema, Castanhal e Tomé-Açu. Ainda segundo o depoimento de Honório, a campanha recebeu o apoio das autoridades municipais por onde passou.³⁷

Muitos desses e outros municípios do interior não foram atingidos diretamente pelo AI-1 (os únicos atingidos que se tem conhecimento são o prefeito de Cametá/PA e o vereador de Marabá/PA), então, a quebra da ordem democrática liberal foi feita pelos próprios políticos seguindo a opinião manifestada em jornais como o *Província do Pará* que advertia em seu editorial ser “indispensável cassar o mandato e os direitos políticos de todos os parlamentares que se colocaram *a serviço do comunismo*”.³⁸

Os meses posteriores ao golpe foram de perseguição em diversas instituições como as universidades (Motta, 2014. Fontes; Hugo, 2013). Em alguns lugares do estado, os conflitos chegaram às vias de fato, algo que não é estranho na história política do Pará cercada de disputas, inclusive à bala, como a que culminou na morte do estudante Osvaldo de Caldas Brito em um comício (Rocque, 2006), no entanto, a novidade se encontra nas justificativas atribuídas aos conflitos como o combate ao comunismo. O golpe abriu a possibilidade de acesso aos poderes da república por vias, claro, não democráticas. Observe-se o caso de Alenquer (PA):

A situação política em Alenquer, que há muito andava tensa, agravou-se, agora, com o assassinio do vereador pessepista Joaquim Valente, praticado em a noite de anteontem, naquela cidade, pelo atual prefeito do Município, sr. Halim Michel, da UDN, com certo tiro de revólver que atingiu a região torácica da vítima pelas costas.

[...]

Tropas da PME para lá seguiram, efetuando prisões várias, *somente de elementos opositores* acusados de subversão da ordem, *mancomunados com o ex-deputado Benedito Monteiro e o então prefeito Aldo Arrais* [que fora deposto].³⁹

Dois meses após a publicação da notícia, o clima de conflito parece não ter arrefecido, pois foi denunciado pelo deputado Henrique Corrêa, membro do PSD, na Assembleia Legislativa.

O Sr. HENRIQUE CORRÊA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, desde o evento da revolução de 31 de março, todos os jornais de Belém vêm noticiando os constantes desentendimentos entre Vice-Prefeito, Vereador e Prefeito de diversos municípios do interior do Estado.

Muitas vezes, não passam de *manobras políticas* de aspirantes a cargos de mando e que agora, invocando o ato inconstitucional, desejam galgar pela força, o que não

³⁷ *Brasil Nunca Mais – Processo 161*, Arquivo 1 de 2, p. 188. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564. Fonte: Projeto Brasil Nunca Mais.

³⁸ *A Província do Pará*. Completar a revolução. 05 abr. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

³⁹ *A Província do Pará*. Política agitada de Alenquer causa a morte de um vereador. 14 maio 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

conseguiram pelo voto direto e que jamais conseguiriam. Assim é que, têm surgido crises em Alenquer, Óbidos, Ponta de Pedras, Primavera, Castanhal, São Miguel do Guamá e outros municípios.

O Sr. Laércio Barbalho [PSD] – V. Exa. Permite um aparte? (Assentimento do orador) – Peço a V. Exa. Que faça constar o Município de Magalhães Barata.⁴⁰

Nos casos supracitados, de acordo com o deputado, as manobras foram tentadas pelas vias instituições, porém, também teriam sido buscadas por outras vias tal qual o caso violento de Alenquer:

O SR. HENRIQUE CORRÊA – Mas, agora, Sr. Presidente, nos chegam notícias de caráter mais grave do Município de Capitão Poço, onde *revolucionários novinhos*, já não conseguiram apoio dos Srs. Vereadores para cassarem o mandato do Prefeito Raimundo Siqueira, apelaram para a perseguição. Para levar avante esta jornada, o Sr. Delegado de Polícia de Capitão Poço, nomeou algumas dezenas de agentes policiais para investigarem os atos do Prefeito Raimundo Siqueira e de todos que se manifestaram em oposição ao nobre Deputado Dário Dias [PR], como ex-candidato a Prefeito, e ao Sr. Oscar Ramos que é o futuro candidato.⁴¹

Destarte, além dos políticos que foram atingidos diretamente pelo AI-1, é necessário pontuar que muitos foram cassados pelas próprias casas legislativas ou então optaram por renunciar ao mandato a fim de não terem os seus direitos políticos suspensos. Esse fenômeno foi registrado em diferentes estados do país. No Amazonas, a Assembleia Legislativa cassou um deputado do PTB, mesmo partido do governador e do ex-governador, ambos cassados, enquanto a Câmara Municipal de Manaus cassou um vereador sindicalista, o seu suplente e outro vereador do PTB, assim como os dois anteriores (Queirós, 2021).

Neves (2008) identificou um caráter elitista nas cassações promovidas pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais, que pôs fim ao mandato de lideranças operárias, semelhante ao caso do Amazonas. O mesmo não se aplicaria ao Pará, dado que o único cassado pela ALEPA era advogado e filho de proprietários de terra da mesorregião Baixo Amazonas. Mas, compreendendo o círculo social em volta do deputado, pode-se inferir a existência de interesses de classe também.

Benedito Monteiro foi cassado de maneira unânime⁴² em sessão convocada de maneira extraordinária e presidida por Dionísio Bentes de Carvalho (PSD), secretariado por Álvaro Kzan (PSD) e Flávio Franco (PTB)⁴³ na Assembleia Legislativa, dias após já ter sido cassado

⁴⁰ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

⁴¹ *Idem*.

⁴² *A Província do Pará*. Unanimidade de trinta e quatro votos decretou a cassação do mandato de Benedito Monteiro. 15 abril 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁴³ Votaram a favor da cassação: Acindino Campos, Altino Costa, Amílcar Moreira, Arnaldo Moraes, Fernando Gurjão Sampaio, Hélio Gueiros, Henrique Corrêa, Ney Brasil, Ney Peixoto, Pércles Guedes, Raimundo Noleto,

pelo AI-1 juntamente com os deputados federais Ferro Costa e Silvio Braga, além de ter sido preso e se encontrar incomunicável.

Além de desafeto dos políticos ligados aos latifundiários do estado, a cassação de Benedito Monteiro foi utilizada como uma declaração de que os parlamentares estavam colaborando com a eliminação da “subversão” no Poder Legislativo. Essa foi a leitura difundida pelo colunista Adolpho Oliveira Filho n’*A Província do Pará*:

A reunião especial que a Assembleia Legislativa realizou ontem com a finalidade de cassar o mandato do deputado Benedito Monteiro deixou-nos a conclusão de que, pelo menos uma boa parcela dos representantes do povo paraense, tem ponto de vista identificado com o movimento revolucionário de 31 de março.⁴⁴

Sendo assim, no que tange às cassações executadas por civis através do Poder Legislativo no Pará, podemos indicar que essas foram feitas – para além da sobrevivência política – como uma forma de afastar adversários políticos e minar as suas bases de apoio, utilizando-se da linguagem anticomunista que galvanizou os diferentes grupos partícipes do golpe de 1964. Tendo por base o instrumento dos golpistas, o Ato Institucional, diferentes políticos buscaram se aproveitar para reajustar os arranjos políticos das disputas entre PSD, PTB, PSP, UDN, PSB, PR e demais agremiações. Dada a constatação de inexistência de “inimigos vermelhos” (Passarinho, 1996), recorrentemente se utilizou do argumento de combate à corrupção do “mar de lama”, outrora atribuía ao período Vargas e – por se considerá-lo um herdeiro político – ao presidente Goulart, para perseguir adversários.

Dessa forma, compreendemos tanto o golpe quanto a sustentação da Ditadura Militar através dos próprios conflitos políticos no Pará, que não estão distantes de uma perspectiva social, dado que esses políticos são proprietários de terra, empresários, jornalistas, militares. Tupiassu (1964), ao analisar os dados das eleições de 1962, identificou a existência de três grupos ocupacionais que não se alteraram em relação à eleição anterior na Assembleia Legislativa: os engenheiros, os fazendeiros e os jornalistas. Somados a eles, havia crescido o grupo de advogados, que também eram fazendeiros, e comerciantes, a maioria ex-prefeitos do interior.

Rodolpho Chermont Junior, Sandoval Bordalo, Santino Corrêa, Célio Lobato, Alfredo Gantuss, Geraldo Palmeira, José Maria Chaves, Simpliciano Medeiros, Victor Paz, Dulcídio Costa, João Reis, Osvaldo Carvalho, Romeu Santos, José Macedo, Eládio Lobato, Gerson Peres, Lourenço Lemos, Antonio Rocha e Dário Dias, Dionísio Bentes de Carvalho, Álvaro Kzan e Flávio Franco. Cf. *Brasil Nunca Mais – Processo 161*, Arquivo 1 de 2, p. 96. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564.

⁴⁴ *A Província do Pará*. No momento: Assembleia mostra-se firme ao lado da Revolução para a moralização da Democracia. 15 abr. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

O golpe reverberou por todo o interior do estado conforme indicam as notícias de jornal, as manifestações em discursos feitos na Assembleia Legislativa, os relatórios do SNI e demais vestígios utilizados nesse capítulo. Em Ananindeua, Região Metropolitana de Belém, o presidente da Câmara Municipal Diomério Coelho Serra, os 1º e 2º secretários Deodoro Lourenço Carrelha e Suely da Cruz e Silva – respectivamente – comunicaram o Secretário de Estado de Interior e Justiça Flávio Guy da Silva Moreira, pecuarista e presidente da Associação Rural do Pará, que foram cassados os mandatos de dois vereadores daquele município.⁴⁵

Via ofício, a Câmara Municipal de Ponta de Pedras prestou esclarecimentos à ALEPA de que não eram verdadeiras as notícias de que a Câmara tivesse “se reunido para cassar o mandato do [prefeito] Sr. Francisco Tavares Noronha”.⁴⁶ No entanto, meses depois, a Câmara resolve suspendê-lo do cargo a fim de apurar crimes de responsabilidade.⁴⁷ Em setembro de 1965, valendo-se do AI-2, as lideranças da Câmara conseguiram concretizar a sua cassação.⁴⁸

Em Óbidos, a Câmara comunicou à Assembleia Legislativa que o prefeito Syrio Carvalho Santos havia renunciado de modo irrevogável àquela prefeitura.

De Maracanã, o novo prefeito municipal comunicou, via telegrama, ter tomado posse do cargo em “consequência do *impedimento do titular que se encontra preso* [sic] a disposição das autoridades federais”.⁴⁹ Enquanto em Marapanim, a Câmara negou a aprovação das contas do prefeito e – com base no art. 99 da Lei Orgânica dos Municípios – afastou-o das suas funções.⁵⁰ Os dois municípios haviam sido visitados pelos defensores do monopólio do petróleo.

Já em Santo Antonio do Tauá, o prefeito conseguiu reassumir o cargo após ter sido afastado por determinação da Câmara Municipal.⁵¹

No caso do município de Magalhães Barata, o ofício do prefeito apenas comunica que ele assumiu as funções, “tendo recebido a transmissão do referido cargo pelo Sr. Vereador Heitor Borges que se encontrava no exercício”⁵². Não fica claro se foi em decorrência de alguma cassação, mas dado que quem exercia o cargo era o presidente da Câmara Municipal e o deputado Laércio Barbalho (PSD) em aparte denunciou conflitos políticos no município, é

⁴⁵ *A Província do Pará*. Cassações de mandatos em Ananindeua. 06 maio 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁴⁶ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

⁴⁷ *O Jornal* (RJ). PANORAMA POLÍTICO: Estaduanas. 22 ago. 1964, Cad. 1, p. 6. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

⁴⁸ *O Jornal* (RJ). PANORAMA POLÍTICO: Cassações – II. 18 nov. 1965, Cad. 1, p. 6. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

⁴⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 7ª a 12ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

⁵⁰ *Idem*.

⁵¹ *Idem*.

⁵² PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

possível que Magalhães Barata esteja entre o grupo de cidades onde o AI-1 foi utilizado como pretexto para cassar adversários.

Por fim, em Prainha, é possível que tenham ocorrido mobilizações para averiguar a atuação dos ex-prefeitos, pois a Câmara Municipal solicitou à Assembleia Legislativa uma comissão técnica “para apreciar e apurar responsabilidades às prestações de conta dos ex-prefeitos daquele município, Srs. Dib. Elias Demétrio e João Alvarenga”.⁵³

Passado o período de maior alvoroço causado pelo golpe, os acordos e diálogos entre os partidos se voltaram para as eleições 1965, de modo que a normalidade democrática para os políticos golpistas parecia estar sendo retomada, a despeito das inúmeras prisões de estudantes e sindicalistas e assassinatos como o de Benedito Serra (Fontes, 2019).

1.3 Um novo arranjo político visando às eleições de 1965

A expectativa de vitória por parte da antiga oposição nas eleições de 1965 para o governo do estado era um dos principais motivos de aliança da classe política paraense com os militares. Após terem perdido as eleições de 1954 e 1960, os opositores do *baratismo* apostavam que – com o golpe e a cassação dos direitos políticos dos seus adversários – a vitória seria certa, o que de fato viria a ocorrer. Alacid Nunes, concorrendo pela UDN e tendo como vice Renato Franco do PTB, venceu o pleito com mais que o dobro de votos em comparação ao adversário.

No Brasil, já havia uma tradição de intervenções militares com devolução do comando aos civis, a exemplo do ocorrido diante da vitória de Juscelino Kubistchek em 1955. Para Aurélio do Carmo, a expectativa da oposição de voltar ao executivo estadual foi o motivo da sua deposição (Bahia, 2008). Os membros do PSD, que também desejavam reocupar o governo do estado, ainda viriam a tentar lançar um candidato militar a fim de simpatizar com o novo momento político, porém não lograram sucesso.

Constantemente, os deputados se referiam ao golpe como uma medida em prol da democracia e demonstravam as suas expectativas de que eleições fossem realizadas. A eleição de Jarbas Passarinho realizada em junho de 1964 contou com o apoio do partido mais atingido pela ditadura no Pará, o PSD. Isso se entende a partir das negociações e mediações tecidas entre políticos e militares, como a libertação de Hélio Gueiros (PSD), que fora preso após criticar, em publicação no jornal *O Liberal*, as investigações mobilizadas contra os membros do seu

⁵³ *Idem.*

partido, a negociação contou com a colaboração de Gerson Peres (UDN) (Fontes, 2014); conforme se registrou na ata da sessão extraordinária presidida por Ney Peixoto (PSD):

[...] Procedida a votação de acordo com o requerimento aprovado [de voto nominal e a descoberta] do deputado Geraldo Palmeira [CDP] foi apurada a eleição unânime do Excelentíssimo Senhor Tenente-Coronel Jarbas Gonçalves Passarinho pra Governador do Estado e Doutor [e pecuarista] Agostinho Monteiro da Silva [UDN] para Vice-Governador do Estado. Diante desse resultado o senhor Presidente proclamou-os eleitos, sobre a manifestação calorosa dos senhores deputados presentes e de todos que das galerias assistiam a presente sessão. O deputado Lourenço Lemos [UDN] justificando o seu atraso, por motivos alheios a sua vontade, declarou que se presente estivesse, votaria, também, nos nomes escolhidos pela unanimidade dos seus colegas.⁵⁴

Mas, acerca da vitória de Alacid Nunes em 1965, deve-se questionar: essa vitória dos golpistas por vias eleitorais seria uma demonstração de aprovação pública dos militares no poder por parte da população paraense? Motta (2021) recentemente questionou essa concepção sobre os dados eleitorais do período da Ditadura Militar indicando que nem sempre há uma correlação direta entre o resultado dos pleitos e o apoio de setores da sociedade aos governos, afinal, as eleições se voltaram muito mais para questões internas dos estados, uma vez que não se votava para presidente. No entanto, o pleito de 1965 geralmente só é indicado pela historiografia para evidenciar que os golpistas venceram com o maj. Alacid Nunes (UDN), enquanto a oposição obteve vitória na Guanabara e Minas Gerais, principais colégios eleitorais do país (Petit, 2003. 2014).

Ademais, costuma-se enfatizar como um erro a opção do PSD em indicar o gen. Zacarias de Assunção como representante do partido na eleição, porém, há de se considerar como o partido buscava se utilizar da simbologia de um militar na cabeça de chapa. Apesar de opositor do *baratismo*, Assunção havia se manifestado contrário à cassação do presidente Juscelino Kubistchek e, às vésperas da publicação de novas cassações, tinha defendido a existência de um Poder Civil.⁵⁵ Da mesma forma, é necessário – minimamente – buscar entender como Jarbas Passarinho também dialogava com essa cultura política do carisma *baratista*, afinal, logo após a sua indicação para o governo, suspendeu o aumento dos alugueis a exemplo do que havia feito o gen. Magalhães Barata em 1930. Os signos e discursos construídos ao longo da República Liberal ainda eram utilizados naquele momento. Durante a campanha, até a companheira de

⁵⁴ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Ata Sessões extraordinárias 1963 –1967. 1ª sessão extraordinária. 11 jun. 1964.

⁵⁵ *A Província do Pará*. Assunção discorda da Revolução no Pará e defende o Poder Civil. 10 jun. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Barata foi trazida do Rio de Janeiro para se manifestar contrária à indicação de Assunção (Rocque, 1986).

Dito isso, faz-se necessário explicar melhor as alianças políticas firmadas para o pleito de 1965, de modo a demonstrar que a vitória não é mero fruto de apoio à ditadura, mas sim resultado dos acordos firmados entre as lideranças políticas do interior com os novos chefes da política estadual. Nesse sentido, ressalta-se a *cultura política* do Pará de alianças entre prefeituras e governo do estado a fim de assegurar verbas públicas em detrimento de um real apoio às arbitrariedades do regime.

Ainda em março de 1964, às vésperas do golpe, os jornais locais noticiavam as reuniões e convenções dos partidos para firmar os acordos, no âmbito regional, visando ao governo e, no campo nacional, visando à Presidência da República.⁵⁶ Com a prorrogação do mandato do presidente-ditador gen. Castelo Branco, uma vitória da chamada linha dura (Reis, 2014), a ambição de alguns presidenciáveis como Carlos Lacerda (UDN), ex-governador da Guanabara, precisou esperar, entretanto, as eleições seguiam como um campo aberto para a disputa entre os políticos.

Na Assembleia Legislativa, o líder do governo Gerson Peres buscou agendar uma visita oficial de Carlos Lacerda, o que não viria a ocorrer. Membro da UDN, pode-se dizer que Peres era um dos *lacerdistas* convictos do partido. Ao defender o seu convite, Peres afirmava da tribuna do parlamento que “Um homem desses é que o Pará precisa conhecer, é uma oportunidade que nós damos a um futuro Presidente da República, com grandes possibilidades de vir a governar o Brasil”.⁵⁷ Ou seja, a expectativa da realização de eleições era algo presente nos discursos dos parlamentares.

Em seu livro de memórias, o senador Cattete Pinheiro (CDP/ARENA) elegeu como um dos seus discursos dignos de registro justamente o feito quando da “decisão do presidente Castello Branco de realizar eleições”. Em 6 de julho de 1965, o senador ocupava a tribuna para dizer que:

Volta o povo brasileiro a ouvir algumas vozes, as mesmas que costumam anunciar ao País a destruição, o que caracteriza a sua ação política.

⁵⁶ *A Província do Pará*. PRT vai dar apoio total ao PSD em 65. 1º mar. 1964; *A Província do Pará*. Notícias & opinião por Rubens Silva: [...] na CDP [Coligação Democrática Paraense] gira em torno de nomes para vice e senador. 1º mar. 1964; *A Província do Pará*. ADESÃO AO PSD. 10 mar. 1964; *A Província do Pará*. A CONVENÇÃO DO PSD RIO. 17 mar. 1964. *A Província do Pará*. UDN regional enviará grande comitiva a São Paulo para a convenção que indicará CL [Carlos Lacerda]. 29 mar. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁵⁷ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 13ª a 20ª sessões ordinárias. Agosto de 1964.

Essas vozes que estamos agora a escutar precisam ser analisadas no sentido mais profundo para que possa o povo brasileiro também levantar a sua voz e a sua ação, a fim de impedir a desordem e a destruição que se procura.

Voltando do Estado do Pará, de entendimentos políticos que lá se processam, posso afirmar: *o povo brasileiro deseja, e realmente quer, é que se cumpra a promessa do Presidente da República, de realização das eleições marcadas para o dia 3 de outubro próximo.* (Pinheiro, 1978, p. 52)

O senador, que tinha sido Ministro da Saúde de Jânio Quadros, era parte integrante do grupo político do governador Jarbas Passarinho e possivelmente tinha diálogo com ele bem antes da execução do golpe, haja vista o seu pedido – quando ainda era deputado estadual – de congratulações em prol de Passarinho pela sua atuação na Petrobrás (Cruz, s/d). Além de Cattete Pinheiro, outro político que tinha contato com Jarbas era Gerson Peres, conforme descreveu o governador no prefácio do livro escrito pelo deputado: “Eu [Jarbas] era superintende da Petrobrás na Amazônia e ele me procurava para discutir assuntos relacionados com o SENAIS, ao qual já servia, desde então, com inextinguível zelo” (Peres, 1977).

Continuando o discurso de Cattete Pinheiro:

E é justamente neste momento em que o povo brasileiro acorda para a realidade da *vida democrática*, que alguns daqueles que se julgam talvez donatários deste País, e gostariam de transformá-lo numa capitania, para uso e gozo de suas vantagens pessoais, procuram levantar a mesma onda, que tanto tem destruído e que por sua vez precisa ser destruída nesta Nação, para que possam sobreviver, talvez, em sua ambiciosa trajetória política.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, assumi o compromisso de, em chegando aqui, definir a posição das forças políticas a que me honro de pertencer no Pará. Apoiamos e apoiaremos, em qualquer sentido, todas aquelas medidas que o Senhor Presidente da República venha a tomar, ou deseja tomar, para que sejam realizadas *eleições democráticas* neste País.

Quero afirmar que não nos enfileiramos entre aqueles revolucionários – mesmo porque não somos, não fomos revolucionários – que querem, esses sim, destruir a maior obra da Revolução de 31 de Março, impedindo, pela ação do Presidente Castello Branco, a realização de *eleições livres*, para que o povo brasileiro possa *soberanamente escolher* os onze governadores dos onze Estados que os deverão eleger no mês de outubro.

[...]

Penso que já é tempo, Sr. Presidente, mesmo, de aqueles Congressistas que, como eu, marcam nesta Casa a sua presença somente pela sua humildade, que não pretendem declarar-se como líderes nacionais, mas que têm a obrigação – obrigação que procurarei cumprir, e nesta hora, como hora de definição, a tomo – afirmarem que não temem, porque não podem temer, a luta contra aqueles que pretendem ser os donos da dignidade, os donos da política, os donos desta Nação.

Este compromisso assumi com o povo do Pará, e na tribuna estou para afirmar que reagiremos também contra aqueles que pretendem confundir o povo, impedindo, assim, que, mais uma vez, se pretenda derrubar o Poder instituído desta Nação, para que ele seja substituído pelo único Poder que os satisfaz, que é o Poder que lhes possa saciar todas as ambições.

[...]

Aqui, Sr. Presidente, quero tirar todas as palavras que signifiquem Revolução ou Revolucionário, porque, repito, *não fui revolucionário, não sou, portanto, revolucionário*. Mas quero afirmar desta tribuna que estou com o Presidente e com o povo do Pará, que represento, na firme disposição de *lutar para ganhar as eleições*

no meio do povo, falando ao povo, pedindo ao povo renovação e *lutando para que as urnas se abram*, para que nelas o povo deposite o seu voto livremente e, da sua *decisão livre e soberana*, saiam os 11 governadores dos 11 Estados da Federação que os deverão eleger.

Estou também contra todas as ameaças de insurreição; e estou, principalmente, contra as ‘injustiças dos desatinados’, porque já chegou a hora de que esses mesmos deixem esta Nação caminhar para os seus grandes destinos, tranquilamente, sob a égide de um Governo cuja formação poderia ter sido contestada na época em que se constituiu, jamais agora, quando afirma que vai dar ao povo a *decisão soberana* no dia 3 de outubro de 1965.

Nestas palavras procurei traduzir a definição a que me obriguei nesta Casa, em nome dos meus companheiros do Pará.

Está aqui a nossa afirmação, e está aqui a nossa decisão, afirmação e decisão pelo Brasil e pelo bem-estar ao povo brasileiro.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Pinheiro, 1978, p. 52-54)

O livro do senador é publicado na proximidade do fim do seu segundo mandato como senador e, tal qual qualquer outro documento, procura estabelecer uma memória de si (Le Goff, 1990). Os debates sobre a anistia já avançavam, então a seleção do discurso em específico pode ser uma tentativa de se afastar das críticas à Ditadura, assim com o fez o latifundiário Cláudio Dias. Mas, feita essa ponderação, o discurso é interessante pelas estratégias empregadas pelo senador para pleitear a realização das eleições de 1965, opondo-se diretamente “contra todas as ameaças de insurreição”. O senador seria diversas vezes indicado como um elemento esquerdista pelos relatórios do SNI e o próprio não reivindica a “identidade revolucionária” que seria tão utilizada pelos membros da ARENA (Grinberg, 2009). Apesar de se dizer alguém que fora forçado a entrar na política, Passarinho esteve constantemente em diálogo com a política local por meio de agentes como Cattete Pinheiro e se manteve próximo desses “sujeitos duvidosos” aos olhos da repressão.

Acerca dos acordos firmados por Jarbas Passarinho para as eleições de 1965 na qual concorreu Alacid Nunes, prefeito indicado para Belém após o golpe, o CISA realizou pelo menos dois relatórios nos quais relata a vinculação de Passarinho com políticos considerados “esquerdistas”, dessa forma, vinculados à “antiga ordem”. Cabe frisar que a futura cisão entre Passarinho e Alacid é atribuída justamente a uma dessas alianças. Em suas memórias, Passarinho (1996) o acusa de receber um cheque de Gilberto Mestrinho, ex-governador do Amazonas pelo PTB cujos direitos políticos foram cassados. Inclusive, atribui-se o financiamento da campanha de 1965 ao empresário Ocyr Proença, amigo de Mestrinho.⁵⁸ Ademais, é importante destacar que Jarbas teria indicado o nome de Alacid ao governo dentro de uma lista com outros quatro nomes, não sendo o de Alacid a encabeçar a lista apresentada

⁵⁸ PINTO, Lúcio Flávio. Memória - A embrulhada política pós-64. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2022/05/12/memoria-a-embrulhada-politica-pos-64/>. Acesso em: 05 jul. 2022.

ao pres. Castelo Branco. Por fim, é essencial relatar que – antes de ser alcaide – Alacid Nunes foi Secretário de Segurança do Território Federal do Amapá entre abril e agosto de 1961,⁵⁹ exercendo interinamente o governo do território, e esteve próximo do gen. Cordeiro de Farias. Em entrevista, Alacid Nunes afirma ter sido exortado para a municipalidade de Belém pelo gen. Bizarria Mamede (Petit, 2018).

O Informe Nº 18/A2 de 27 de outubro de 1965, que é complementar a outros dois informes datados de 13 do corrente mês, inicia-se da seguinte forma:

Este Serviço, efetuando pesquisas e investigações “in loco”, com a finalidade de apurar a extensão dos compromissos assumidos, na recente campanha eleitoral para o governo do Estado do Pará, pelo governador JARBAS PASSARINHO, com grupos reconhecidamente esquerdistas, inclusive elementos marginalizados da vida pública por força do Ato Institucional (corrupção ou subversão), tem a informar o seguinte, em complemento à INFORMACÃO Nº 18/A2, de 13 OUT 65 e ao INFORME Nº 16/A2, de 13 OUT 65.⁶⁰

Dividido em itens de a) a f), o informe trata de acordos firmados nos municípios de Belém (Capital); Marabá (Sudeste); Santarém, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre (Baixo Amazonas); Capanema (Nordeste) e Cametá (Baixo Tocantins). Ou seja, os acordos perpassavam os principais colégios eleitorais do estado do Pará nos anos 1960.

Por se tratar de um documento do CISA, ente da comunidade de informações (Fico, 2019), o documento está eivado de anticomunismo como se denota pelo emprego do termo “esquerdistas” e a acusação de que Passarinho seria um “discípulo do Socialismo Italiano”. Os documentos oriundos da repressão são moldados pelo discurso dos repressores que insere os depoimentos e registros dentro da sua ótica, demandando de nós um exercício reflexivo a fim de encontrar as possíveis falas e atos fora dessa lógica (Joffily, 2013). Logo, assim como os inquisidores buscavam o sabá e – hoje – permitem-nos conhecer sobre a cultura popular do período moderno (Guinzburg, 2007), ao analisar de modo criterioso os relatórios das agências de informação, ao invés do suposto “perigo vermelho”, podemos averiguar as alianças políticas e – por sua vez – a permanência ou não dos modos de se fazer política a nível local. Ao invés de uma cultura popular, é possível conhecermos sobre uma cultura política.

Sobre as articulações em Belém, o informe indica que Jarbas tinha o desejo de ingressar nos quadros do Partido Democrata Cristão (PDC), assim como Stélio Maroja e Ajax Oliveira, respectivamente, prefeito e vice-prefeito de Belém, ambos do PSP. A informação parece correta

⁵⁹ Pedido de busca nº 160703/ABE/74. Assunto: Alacid da Silva Nunes, 18 Jul. 74. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_83003608_d0001de0001.

⁶⁰ Informação nº 18/A2. Assunto: Ligação com esquerdistas. 27 out. 65. Código de ref.: br_dfanbsb_vaz_0_0_15460_d0001de0001. Fundo: CISA. Fonte: Arquivo Nacional.

pois Tupiassu (1968, p. 32) também indica o interesse do PDC em Jarbas concorrer à prefeitura de Belém em 1961 e à Câmara em 1962. Continuando, em Marabá, o governador estaria se articulando com o vereador cassado Raimundo Olívio Cardoso Rosa em prol da candidatura de Alacid Nunes, assim como com o ex-deputado Nagib Mutran que teria fretado um avião da VARIG para a comitiva do governador. De acordo com o agente, teriam sido firmados os seguintes acordos:

- a) Compromisso de PASSARINHO, de pugnar pela reintegração política do Sr. NAGIB MUTRAN, numa espécie de “promoção em ressarcimento de preterição” ou seja, obtenção de anistia e “indenização por danos morais e materiais”;
- b) Cobertura e apoio do atual governo do Estado e do então candidato ALACID, com empréstimos, influência do prestígio e persuasão junto ao eleitorado, para que parentes (ao que parece um filho do Sr. NABIG MUTRAN, de nome OSWALDO MUTRAN – Prefeito em São João do Araguaia e um seu sobrinho ou irmão) sejam eleitos Prefeito em MARABÁ e deputado estadual respectivamente;⁶¹

É muito provável que as negociações tenham sido profícuas dado que, no Encaminhamento N° 024 do SNI elaborado em 24 fev. 1969, a agência indica um “Nada consta” ao lado do nome de Nagib Mutran que figura entre os acusados de atividades subversivas pelo relatório da Comissão Sumária de Investigações feito em 1964.⁶² Enquanto o informe aponta a aproximação entre Passarinho e a família Mutran, é dito também que:

O Sr. ALACID NUNES, em Marabá procurou ligar-se também à ala udenista, chefiada pelo atual Prefeito PEDRO MARINHO, para neutralizá-lo, pois a atual administração municipal de MARABÁ sempre foi violentamente atacada pelos MUTRAN, e havia o receio de que o Prefeito denunciasse ao público os acordos firmados com grupos tradicionalmente hostis.⁶³

É interessante observar como há um movimento nas bases políticas que paulatinamente passam a configurar uma divisão entre os grupos políticos próximos a Alacid e os grupos próximos a Passarinho. Cada um procurou uma ala diferente da UDN. Ou seja, aquela dicotomia *alacidistas* e *jarbistas* deve ser interpretada não de cima para baixo, pondo em demasiada evidência as duas lideranças políticas, mas como uma estrutura pautada nos conflitos políticos precedentes ao golpe de 1964. Sobre essa dicotomia, tratar-se-á dela de modo mais aprofundado no próximo capítulo quando será debatida a formação das seções paraenses da ARENA e do MDB.

⁶¹ *Idem.*

⁶² *Investigação sumária, libelo e conclusões finais do relatório sobre corrupção no estado do Pará.* Cod. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002171_d0001de0001. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional.

⁶³ *Informação n° 18/A2.* Assunto: Ligação com esquerdistas. 27 out. 65. Código de ref.: br_dfanbsb_vaz_0_0_15460_d0001de0001. Fundo: CISA. Fonte: Arquivo Nacional.

Evidentemente, os acordos e acomodações não se deram de modo unilateral da parte de Passarinho, os grupos políticos da mesma forma buscaram assegurar a vitória de Alacid visando os próprios interesses. Em 31 de julho de 1965, meses antes do pleito, um aliado enviou uma carta ao Dr. Bordallo, presidente regional do PR, relatando a situação política em Alenquer (PA).

Macapá, 31 de julho de 1965

Prezado Dr. Bordalo

Faço votos que este vá lhe encontrar juntamente com os que lhe são caros, no melhor estado de saúde.

Encontro-me em viagem de [ofícios] e devo demorar-me ainda alguns dias, porém não esqueço os *interesses de nosso querido PR*. Desta forma aproveitando a gentileza do portador, Sr. Pedro Amador Louro, que é tio do Lauro Vieira, venho tratar com o preclaro amigo o seguinte:

Comenta-se que em Alenquer o Mal. Assunção está com sua candidatura muito forte e que não temos a menor possibilidade de vencermos lá. No entanto, dispomos aqui em Macapá de um cabo eleitoral de grande prestígio em Alenquer, eleito vereador por duas legislaturas consecutivas, sempre com a maior votação, e que está não só disposto porém muito desejoso de trabalhar em prol de *nossa causa* – candidatura Alacid –, trata-se do senhor Luiz Waldomiro Bentes Monteiro.

Esclareço que este senhor Luiz *já escreveu ao Cel. Jarbas Passarinho* se colocando a disposição de nossa causa tendo (recebido resposta) o Cel. lhe respondido que ele seria requisitado em tempo oportuno. Porém acreditamos que a oportunidade é agora. Por isso peço-lhe procurar o Governador ou o Major Alacid e pedir-lhe que requisitem o Sr. Luiz Monteiro, pois com este elemento mudaremos a sorte das eleições em Alenquer.

Certo de boa acolhida que o amigo desposará à presente antecipo os meus agradecimentos colocando a disposição meus francos préstimos.

Um abraço do amigo
Raymundo [...]

P.S Dados do Sr. Luiz Waldomiro Monteiro

Almoxarife nível 14A. Atualmente servindo como presidente da comissão de levantamento do material [percuciente] do G.T.F.A.⁶⁴

No mesmo mês ainda, um aliado – dessa vez de Óbidos - informou o presidente regional do PR acerca dos trâmites desenvolvidos em Juruti (PA), onde o partido detinha a prefeitura municipal. Diz a missiva:

Óbidos, 19 de julho de 1965

Prezado Dr. Bordalo

Estou lhe remetendo com esta a cópia autêntica da ata de reestruturação do Diretório Municipal de Juruti para que o amigo faça o obsequio de mandar dar [...] no TRE. O portador é nosso amigo Paschoal [Sorino], agente da Cruzeiro aqui. Há grande animação em Juruti pelo nosso candidato Major Alacid, posso lhe garantir que praticamente o PSD desapareceu, pois *consegui a adesão de importantes* [...] *pessedistas* com a instalação do Diretório da UDN, missão para a qual fui credenciado pelo nosso amigo Deputado Gabriel Hermes. Como o amigo vê, fiquei como presidente de honra do PR em Juruti. Achei melhor essa fórmula, pois talvez tenha

⁶⁴ Carta enviada por Raymundo [...] ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 31 jul. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01. Fonte: IHGP.

que me decidir por um partido para poder sair do âmbito municipal em matéria de política e nesse caso, embora tenha na mais alta conta o nosso PR e o prezado amigo, gostaria de optar pela UDN, partido cuja trajetória acompanho desde a mocidade e do qual sempre dei meu voto. Como o Sr. Sabe, não assumi compromisso partidário ao aceitar minha indicação para a Prefeitura, pelo PR. Foi a minha única condição que impus. Assim espero que compreenda minha atitude ao aceitar a incumbência que me deu nosso amigo comum o Dr. Gabriel. *O PR e UDN tem marchado sempre em campos paralelos em todas as nossas campanhas.* Espero que essa tradição não seja rompida, para que eu possa contar em todas as ocasiões precisas, com os conselhos e a experiência do prezado Clube.

Um grande abraço do amigo ao inteiro dispor. [Gu. Alves]⁶⁵

As duas cartas endereçadas ao presidente do PR indicam como os grupos políticos alocados em diferentes pontos do estado se organizaram em prol da candidatura de Alacid Nunes. Destaco o trecho da segunda na qual o correspondente afirma ter conseguido “a adesão de importantes pessedistas com a instalação do Diretório da UDN”. Ora, muito se comentou sobre as cassações dos mandatos e direitos políticos dos líderes do PSD, restando uma lacuna sobre o comportamento das suas bases no interior. A presente carta ilumina uma possibilidade, a migração e reorganização em torno dos novos nomes da política, sem, contudo, apagar-se as antigas divisões. O que motiva a aliança desse grupo de pessedistas? A fundação de um diretório da UDN, coordenada por Gabriel Hermes Filho, ex-PTB, agora udenista que era deputado federal e presidente da Federação das Indústrias do Pará.

Ressalta-se que a existência de eleições não significava a ausência de repressão, diferentes lideranças estudantis e sindicais continuaram presas por meses após o golpe e eram mantidas presas durante as visitas do gen. Costa e Silva quando de sua “indicação” para concorrer ao cargo de presidente em 1967. As negociações entre políticos e militares foram possíveis devido aos interesses comuns e ao pertencimento a um grupo socialmente privilegiado. Como se buscou destacar ao longo do capítulo, muitos eram empresários, fazendeiros, advogados, jornalistas, presidentes de associações civis, familiares de pessoas detentoras de capital político-econômico.

Em síntese, a consolidação do golpe no Pará – em consonância com o ocorrido no restante do país – foi negociada com diferentes grupos sociais, dentre os quais os políticos e os seus respectivos partidos, objetos de análise desse trabalho. Após 1964, a balança política no Pará parece ter mudado os nomes dos pesos principais, sem, contudo, mudar as estruturas físicas do modo de se avaliar a força política de cada grupo. Quer dizer, houve uma adaptação à nova conjuntura de modo que em torno de Alacid Nunes, Jarbas Passarinho e brevemente da ARENA e do MDB – tema do próximo capítulo – as antigas disputas entre o PSD e os membros da CDP

⁶⁵ Carta enviada ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 19 jul. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01. Fonte: IHGP.

continuaram. Eram disputas partidárias que manifestavam os conflitos pela terra, pelos financiamentos governamentais às empresas, pelo exercício do poder nas associações, pelo domínio da palavra na Assembleia Legislativa ou nos jornais.

No plano dos debates, discutia-se as condições democráticas do país, a necessidade das eleições e a soberania do voto popular. Nos bastidores, mediava-se os interesses dos diferentes grupos que deram sustentação à Ditadura Militar e asseguraram a sua continuidade por aproximadamente 21 anos.

Espera-se que, neste ponto, o leitor ou leitora tenha compreendido as linhas gerais da cultura política paraense construída durante a Democracia Liberal (1945-1964) que continuou a influenciar os modos de se fazer política no pós-1964. No próximo capítulo, será possível aprofundar os vínculos sociais desses sujeitos que compuseram as agremiações partidárias a partir do estudo do modo de organização das seções paraenses dos partidos criados arbitrariamente por força do Ato Institucional nº 2, a saber, Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

2. A FORMAÇÃO DA ARENA E DO MDB NO PARÁ: eleições, arranjos e a Amazônia

A decretação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), em outubro de 1965, pôs fim a um dos maiores instrumentos de participação e experiência democrática criados no Brasil até então. Formulados em 1945, no negociado processo de fim do Estado Novo; a UDN, o PSD e o PTB (cada um com vinte anos de história e os primeiros partidos de caráter nacional na República, novidade inaugurada pela Lei Agamenon

¹), foram sumariamente extintos – assim como as demais legendas menores com força em alguns estados – sob o pretexto de coibir a subversão após a vitória eleitoral de candidatos de oposição ao Governo Militar nos estados de Minas Gerais, Guanabara, Santa Catarina e Mato Grosso que, diga-se de passagem, não estavam muito distantes dos militares, haja vista a cassação das lideranças, de fato opositoras de imediato, em 1964.

No texto introdutório do AI-2, os militares advertiam a nação de que a dita revolução “não foi, mas que é e continuará” (Brasil, 1965a). Ou seja, a Ditadura não terminaria enquanto não cumprisse a sua missão autoconferida pelos próprios golpistas que a impuseram. De acordo com o discurso militar, era seu dever “colocar o povo na prática e na disciplina do exercício democrático”, contraditoriamente, limitando as ações políticas. Para Napolitano (2021, p. 79), se o golpe foi um batismo de fogo, o Ato representou a certidão de nascimento definitiva da Ditadura. O AI-2 não apenas acabou com os partidos como também aumentou o número de integrantes do Supremo Tribunal Federal; atribuiu ao Superior Tribunal Militar a incumbência de julgar os civis acusados de atuar “contra a segurança nacional ou as instituições militares” e estabeleceu a eleição indireta para presidente²; assim como vetou a remuneração de vereadores e impediu a substituição de mandatos cassados em quaisquer instâncias do Poder Legislativo.

Fico (2020) argumenta que os militares tinham uma concepção legalista e, por isso, agiam por meio de Atos, assessorados por juristas. Sendo assim, como ainda contavam com políticos civis em suas bases de apoio e pressionados por eles, os militares – quase um mês após a decretação do AI-2 – publicaram um Ato Complementar (Brasil, 1965b) a fim de criar legendas provisórias para as eleições de 1966, que, contudo, de provisórias se tornaram definitivas e foram o primeiro contato de muitas pessoas com o processo eleitoral (Kinzo, 1988). Como previsto nos seus Art. 15 e 16, finda as eleições, poder-se-ia realizar a organização do partido nos termos da Lei 4.740/1965 e – caso aprovado – poderiam se tornar oficialmente partidos a

¹ Decreto-Lei nº 7.586/1945. O nome se refere ao então Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães.

² Com o AI-3, de fevereiro de 1966, a eleição indireta se estendeu aos cargos de Governador e Vice-Governador que deveriam ser eleitos pelas Assembleias Legislativas.

partir de 1967. Porém, sem poder empregar o termo “Partido” ou utilizar qualquer símbolo referente às antigas agremiações partidárias extintas.

Como demonstrado no capítulo anterior, a existência desses partidos não era mera fachada institucional. Antes do golpe, o país vivenciava um momento de intensa participação política social através dos sindicatos, grupos estudantis universitários e secundaristas e movimento de trabalhadores rurais que dialogavam com os partidos políticos e, claro, os políticos. De acordo com Ângela de Castro Gomes (2019), a República Liberal-Democrática (1945 – 1964) teve duas grandes marcas, quais sejam, a elaboração e implementação de projetos desenvolvimentistas para o país e a expansão de formas de participação e representação política. Para Gomes, essa experiência estava conduzindo o país ao fortalecimento da democracia representativa. Argumento condizente com as observações de Veiga (2018) para o Pará, estado no qual o sistema partidário caminhava para um aumento de outras legendas em detrimento do decréscimo do PSD. Ao consultar o arquivo do Partido Republicano – seção Pará – verifica-se que, durante a década de 1960, o partido conseguiu reestruturar e estruturar novos diretórios no interior do estado, especialmente após vencer a eleição para uma prefeitura.

Apesar dos analistas críticos do período oporem a instabilidade política e as constantes intervenções à possibilidade de fortalecimento democrático e insistirem no uso do conceito de populismo para a política da época, Gomes destaca que “Ao contrário de ser um período de estabilidade, o fortalecimento da democracia representativa se fez em meio e a despeito de sérios confrontos, envolvendo a aliança entre parcelas de políticos e de setores militares” (Gomes, 2019, p. 470). O crescimento de partidos como o PTB evidencia a atuação vigorosa dos partidos pela disputa do voto dos eleitores e a incorporação das demandas sociais à agenda política justamente em meio às crises. De acordo com Delgado (2020), corroborando o argumento de Gomes, o Brasil não apenas ensaiou uma experiência de democracia política e eleitoral entre 1945 e 1964, mas – de fato – praticou-a por meio dos partidos e das frentes parlamentares organizadas em consonância com as movimentações da sociedade.

Carvalho (2008) ainda ressalta que as experiências partidárias enfrentaram dificuldades não por causa dos partidos *per si*, ou seja, por fragilidades naturais, mas pelas constantes crises políticas e interrupções dos processos democráticos. As saídas autoritárias para os conflitos dificultaram o pleno desenvolvimento desses partidos (Motta, 2008), mas não eram um mal inerente a eles. A crise que culmina no golpe é resultado não de falhas no governo de Jango, ao menos não apenas por isso, mas de um longo processo de disputa entre a noção de democracia e participação social de modo que se enfrentavam – de acordo com Napolitano (2021) – dois projetos inconciliáveis de país.

A questão da vontade de participação social nas decisões políticas atrelada às necessidades de legitimação do Regime e interesse dos políticos podem nos auxiliar a compreender a permanência de agremiações partidárias durante a Ditadura. De acordo com as pesquisas de opinião realizadas na Guanabara e São Paulo entre maio e junho de 1964, apesar de apoiarem as cassações de mandatos, muitos participantes responderam ser as eleições a melhor forma de escolher o seu presidente (Motta, 2021, p. 137). A violência de Estado convivia com essas instituições. Mesmo com críticas ao sistema partidário, partidos e políticos, tidos como corrompidos, suscetíveis a personalismos; a particularidade da Ditadura brasileira reside no fato de que, apesar de extinguir o sistema partidário, os militares decidiram pôr um novo em seu lugar. Conforme destaca Kinzo (1988, p. 225):

A característica principal do regime militar brasileiro, que o tornou um caso único, não é tanto o seu caráter híbrido, mas principalmente a forma pela qual ele lidou com a questão dos partidos políticos. Em outras experiências latino-americanas de governo militar, os antigos partidos ou eram mantidos sob o estrito controle, ou tinham sua atividade política proibida ou suspensa. A característica contrastante do caso brasileiro é o fato de que os militares *dissolveram* o antigo sistema partidário e *criaram* um novo em seu lugar.³

Por isso, visto a posteriori, a autora interpreta que os partidos surgidos no processo de redemocratização irão ter muito daquilo que foi construído no período pré-1964 e durante o bipartidarismo no que tange às configurações dos novos partidos.

Neste capítulo, observaremos como o AI-2 impactou os partidos a nível local e como se deu a formação das novas legendas partidárias no Pará a partir das negociações e das inscrições em cada grupo. Para além das questões relacionais à vida partidária *stricto sensu*, buscar-se-á compreender como a realidade local, ou seja, o fato de se estar na Amazônia influenciou as escolhas, afinal, o período de constituição do bipartidarismo coincide com a apresentação de propostas do Governo Militar para a Amazônia.

Após o período de declínio da economia gomífera, a região já havia recebido alguns investimentos federais como a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953 (presidida inicialmente pelo intelectual amazonense Arthur César Ferreira Reis), vinculada a isso, a criação da Amazônia Legal⁴ e a abertura da Estrada Belém-Brasília, com trechos inaugurados em 1959. Entretanto, é com o Governo Militar que surgem novas propostas vultuosas, retomando velhas ideias em diálogo com o grande capital

³ *Grifo do original.*

⁴ Lei nº 1.806/1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a superintendência da sua execução e dá outras providências. A partir dela, passa-se a compreender as áreas dos atuais Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão enquanto “Amazônia Legal”.

estrangeiro e nacional, para a região. O ano de 1966 foi dedicado aos preparativos e à realização da Operação Amazônia, evento de iniciativa do Governo Federal em colaboração e disputa com os governadores locais, cujo objetivo era atrair investidores privados da região Sudeste e Sul para a Amazônia. Sendo assim, não se pode negligenciar o *locus* dos acontecimentos na análise da construção das secções regionais dos partidos políticos.

Sem dúvida, a extinção dos partidos políticos brasileiros se deu de maneira absolutamente autoritária e interrompeu um longo processo de fortalecimento dos seus quadros, algo não estranho haja vista a Ditadura vigente. Ainda assim, entre o meio político, desde a consumação do golpe, já havia expectativas da realização de reformas dentro do sistema, mas a eliminação, de fato, era apenas ventilada por alguns poucos membros da classe política, particularmente ligados à UDN, juízes eleitorais e pelo presidente-ditador Castelo Branco (Benevides, 1981. Grinberg, 2009).

Tradicionalmente, o AI-2 e – em decorrência dele – o fim do sistema multipartidário são interpretados enquanto uma vitória da “linha dura” dos militares ante a vitória eleitoral do MDB (Reis, 2014), todavia, Grinberg (2009, p. 58-59) indica o interesse de membros da UDN no fim dos partidos por conta da ainda profícua união eleitoral entre o PSD e o PTB, de modo que o partido e os *udenistas* tenderiam a continuar aliados dos espaços de poder do Planalto. Concorrendo em onze estados nas eleições de 1965, a UDN se viu derrotada em nove deles. Ora, apesar da prorrogação do mandato de Castelo Branco, alguns membros do partido alimentavam o desejo de ocupar a presidência na próxima eleição, mesmo porque, no breve governo Jânio Quadros, o partido só havia vivenciado a presidência da república de modo indireto através do apoio parlamentar e já pretendia abandoná-la, não se concretizando devido à renúncia inesperada do presidente. Logo, os demais partidos se apresentavam como um empecilho aos *udenistas*. No Pará, onde a UDN era vinculada aos oligarcas tradicionais perseguidos no primeiro momento da “Revolução de 30”, a possibilidade de uma retomada da força do PSD era uma ameaça também às “classes produtoras”.

Naturalmente, a conjuntura dos diretórios nacionais reverberava nos locais e dialogavam com as expectativas dos seus membros. Desde o início da Ditadura, a possibilidade de mudanças no sistema eleitoral era noticiada n’*A Província do Pará*, na qual se informava como “Essa ideia ganhou corpo nas últimas horas [em maio de 1964], depois de longas conferências mantidas pelos Governadores Magalhães Pinto e Aluísio Alves com os Ministros militares e da

Justiça”.⁵ Quando da prorrogação do mandato presidencial, outra nota publicada – além de comentar a reforma – mantinha em aberto a expectativa de eleições.

Aprovada pelo Congresso a prorrogação do mandato do presidente da República por um ano, os partidos políticos do Brasil têm diante de si um espaço de tempo considerável para se reorganizarem até que sejam *convocadas as próximas eleições presidenciais*.⁶

Graças ao acervo da correspondência da secção Pará do Partido Republicano, podemos vislumbrar um pouco dos meios utilizados pelos partidos a fim de garantir ou obter hegemonia eleitoral após o golpe e as mudanças eleitorais ocorridas. Em novembro de 1964, o presidente regional do PR, o médico e professor Orlando Bordalo, recebeu a carta de um correligionário do partido vinda do Rio de Janeiro, em papel timbrado pela Petrobrás, solicitando maiores informações sobre a situação do partido no estado, isso porque estava na pauta da 10ª Convenção Nacional do Partido Republicano, a ser realizada em 14 de novembro de 1964, o “‘affaire’ [da] extinção dos pequenos partidos”⁷. O correligionário havia arriscado dar algumas informações sobre o número de mandatos no estado ao Diretório Nacional, mas reclamava maiores detalhes a fim de garantir a continuidade do partido, demonstrando a sua vitalidade no Pará. Da mesma forma, solicitava que o presidente regional confirmasse se o dono da Importadora Braga, o sr. Carlos Braga, vinha cumprindo o acordo feito com o presidente nacional do partido Arthur Bernardes Filho de ajudar o PR do Pará. Carlos Braga era do Amazonas, estado com o qual os membros do PR paraense parecem ter mantido constante contato, chegando a convidar o ex-governador amazonense e então deputado federal por Roraima Gilberto Mestrinho (PTB) a concorrer ao governo do estado do Pará nas eleições de 1965, pedido declinado por ele.⁸

Já em junho de 1965, o advogado Alcy Demillecamps informava ao “amigo e companheiro Professor Orlando” sobre o panorama das movimentações dos *republicanos* nos diferentes estados do país. Entre as boas notícias, a última era de que “em geral, nossa sobrevivência [partidária] está garantida com a alternativa de contarmos com muito mais do

⁵ Reforma eleitoral prevê extinção dos partidos. *A Província do Pará*. 1º maio 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁶ REFORMA DOS PARTIDOS. *A Província do Pará*. 28 jul. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁷ Carta enviada ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 2 nov. 1964. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01. Fonte: IHGP.

⁸ Carta enviada pelo Sr. Presidente do Diretório Regional do Partido Republicano – Secção Pará ao Sr. Professor Gilberto Mestrinho em 25 jun. 1963. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02. Fonte: IHGP.

que 3% do eleitorado”.⁹ Esse percentual passaria a ser exigido pela Lei Orgânica dos Partidos Políticos promulgada em 15 de julho de 1965 visando às eleições de 3 de outubro.¹⁰ Segundo D’Araujo e Joffily (2019, p. 23), essa reforma visava aplacar a pressão da “linha dura” no governo Castelo Branco que exigia a prorrogação das medidas punitivas contidas no AI-1. Por meio da reforma e da Lei da Inelegibilidade, o governo buscava impedir o retorno de políticos outrora ligados ao governo João Goulart.

Por fim, em 7 de outubro de 1965, ante às projeções negativas para o partido, novamente o correligionário Alcy escreveu ao presidente regional informando que:

Tendo os Diretórios Nacionais do Partido Republicano, Partido Trabalhista Nacional e Movimento Trabalhista Renovador, chegado [sic] a conclusão de que não será possível a qualquer desses partidos sobreviver isoladamente, em face da exiguidade dos [sic] prazos fixados pela nova Lei Orgânica dos Partidos, para preenchimento das drásticas condições indispensáveis a esse objetivo, deliberaram convocar as suas Convenções Nacionais para tomarem conhecimento dos assuntos.

[...]

Neste ensejo, se assim o deliberar a nossa Convenção, realizar-se-á a Convenção conjunta dos pequenos partidos para examinarem a eventualidade de sua fusão numa só agremiação partidária, e votar os projetos de estatutos e programa, bem como eleger o Diretório Nacional que promoverá o registro do novo partido.

As avaliações pessimistas parecem ter sido compartilhadas por outras lideranças políticas. Quando o líder do governo estadual Gerson Peres foi questionado pelo vice-cônsul Adolph H. Eisner¹¹ sobre as reformas propostas pelo governo, ainda em fevereiro de 1965, o deputado se declarou 100% contrário ao programa proposto e – conforme destacou o vice-cônsul – chegou a ir além nas suas palavras, “vendo a reforma eleitoral como o ‘fim da democracia’ no Brasil”.¹² Democracia, na perspectiva do deputado, tratava-se de participação eleitoral, afinal, para o consenso criado entre os políticos, a sua manutenção era essencial. A outros segmentos, estava claro que o fim da democracia já havia ocorrido.

Ora, mudança nas conformações partidárias não eram estranhas ao cotidiano dos partidos, no entanto, a AI-2 atropelava todas as negociações. O resultado das eleições desfavoráveis ao Regime acabou precipitando uma reforma profunda no sistema (Grinberg, 2009, p. 58). Apesar de autores reconhecidos como Villa (2014) tentarem anormalmente argumentar que, por haver

⁹ Carta enviada por Alcy Demillecamps ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 14 jun. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01. Fonte: IHGP.

¹⁰ Lei 4.740/1965.

¹¹ "Agreement and Discord within the Pará Government" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363597/>.

¹² Tradução livre. No original: *Peres goes so far as to view the electoral reform as the “end of democracy” in Brasil.*

eleições e voto, o Estado brasileiro não se configurava como uma ditadura antes de 1968 ou, como Elio Gaspari (*apud* Napolitano, 2021), tentarem argumentar a existência de uma Ditadura envergonhada; as fontes documentais não sustentam tal análise. Mesmo os políticos que optaram por se adaptar à batuta militar tiveram dificuldades em conciliar esses interesses. Não havia como negar que a intervenção militar não seria breve como outrora, era irrefutavelmente uma Ditadura comandada pelos generais.

2.1 A formação da ARENA e do MDB no Pará

Nada mais fácil do que organizar um partido governista, pois a tendência geral é de aconchegar-se nas vantagens do poder. E quando isso pode ser feito, sem o mínimo de sacrifício, apenas por um ato de vontade de grande rendimento, tudo se passa de maneira mais fácil ainda.¹³

A legislação elaborada para a criação das legendas partidárias possibilitava a formação de até três agremiações partidárias, isso porque só eram necessários 20 senadores e 120 deputados federais para submeter a proposta (Brasil, 1965b). Porém, como evidencia o comentarista Austregésilo de Athayde na citação acima, pertencer ao partido de situação era mais vantajoso de modo que a sua composição era de simples trato. Estar próximo ao governo pode, muitas vezes, significar estar próximo aos recursos financeiros de origem federal e até mesmo de grupos empresariais de apoio. Nesse sentido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) se configurou como um grande guarda-chuva sob o qual muita gente buscou abrigo. A formação de um partido de oposição passou pelos constrangimentos de ser necessário um pedido pessoal e direto do ditador-presidente a um senador paraibano para que ele optasse pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) a fim de atingir o quórum mínimo para criação da legenda (Kinzo, 1988, p. 29).

Mas, essa mesma facilidade de atrair políticos gerou problemas quando se voltava para as dinâmicas estaduais e municipais, pois os grupos políticos locais apoiadores do Governo, por vezes, eram opositores entre si. Não à toa, a viabilização do requerimento de criação dos Diretórios Regionais ao Tribunal Superior Eleitoral só foi concretizada no ano seguinte ao AI-2. Por meio do Ato Complementar nº 6, o prazo para a formação das agremiações foi adiado até 15 de março de 1966.¹⁴ As notícias do Planalto Central reproduzidas na imprensa do Pará deram destaque as dificuldades:

¹³ Partido da Oposição, por Austregésilo de Athayde. *A Província do Pará*. 1º dez. 1965. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁴ AC-6 prorroga prazo para os partidos. *A Província do Pará*. 04 jan. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

BRASÍLIA, 7 (M) – Os entendimentos para a constituição da comissão Executiva da Aliança Renovadora Nacional prosseguiram hoje, com os líderes do governo, mas nada ficou assentado. Com o regresso do Marechal-Presidente, esperam os próceres da ARENA ultimar esses entendimentos, inclusive escolhendo os membros da Comissão Executiva.¹⁵

Essas dificuldades que protelaram a construção dos partidos indicam particularidades regionais que costumam destoar do quadro formulado nas análises dos partidos a nível nacional. Conforme se pode observar no Quadro 1, a ARENA, no momento de sua formulação no Congresso, foi constituída majoritariamente por ex-membros da UDN, partido opositor ao trabalhismo e ao getulismo. Enquanto o MDB, cuja principal bandeira era a volta à democracia, foi constituído sobretudo pelos políticos oriundos do PTB. Todavia, como apresentado no capítulo anterior, o PTB do Pará optou por aderir ao Governo Militar, só não sendo maior que a UDN em termo de representação no governo, provavelmente, em decorrência das negociações nacionais que favoreciam os *udenistas* em detrimento dos antigos correligionários da política janguista. O Quadro 2 destaca como a maioria dos parlamentares federais do Pará optaram pela Arena no momento de sua conformação na Câmara Federal, incluso aqueles eleitos pelo antigo Partido Trabalhista.

Quadro 1 – Vinculação partidária anterior dos deputados federais do MDB e ARENA.

MDB		ARENA	
PTB –	45	UDN –	86
PSD –	44	PSD –	78
UDN –	10	PTB –	38
PSP –	4	PSP –	18
PDC –	5	PDC –	13
PTN –	5	PTN –	8
PSB –	2	PRP –	5
PRT –	2	PR –	4
PST –	1	Outros –	7
Total –	148	Total –	257

Fonte: Motta, 2008, p. 98.

¹⁵ ARENA: conflitos regionais são o principal problema. *A Província do Pará*. 8 dez. 1965. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Quadro 2 – Filiação à Arena e ao MDB da bancada paraense, Câmara Federal, 1966.

	MDB	ARENA
PSD	2	2
UDN	—	3
PTB	—	2
PSP	—	1
Total	2	8

Fonte: Kinzo, 1988, p. 32-33 (adaptado).

A responsabilidade pela estruturação dos partidos nos estados foi delegada pelo presidente aos governadores escolhidos ou mantidos em 1964 após o golpe. Para o Pará, o ex-governador Jarbas Passarinho (1996, p. 226) recorda esse momento como de pacífica escolha entre os companheiros de partido para presidir o Diretório Regional da ARENA. Corroborar a essa memória o depoimento prestado pelo líder governista Gerson Peres ao vice-cônsul Adolph H. Eisner no escritório do SENAI, em 1965, sobre a percepção dos políticos acerca do governador.¹⁶ Segundo o relato, para a oposição anti-PSD, Passarinho era visto como a melhor escolha para as eleições do Senado, mesmo entre os políticos do interior – outrora acomodados ao PSD – pois reconheciam que, sem Passarinho, era difícil vencer, e, opondo-se a ele, obteriam ainda menos recursos financeiros do que recebiam a época. Ora, muito da força do PSD paraense havia sido construída justamente a partir das alianças clientelistas feitas nos interiores durante a intervenção de Magalhães Barata. Carvalho (2010) indica a permanência dessas práticas durante a Ditadura como um dos meios para forjar socialmente o consenso em prol do governo. Apesar do novo contexto inaugurado pelo golpe ter ensejado mudanças nas práticas políticas, para alguns sujeitos, essas mudanças não se configuraram como barreiras intransponíveis, de modo que os políticos deram continuidade as suas trajetórias formadas antes de 1964. A manutenção das redes individuais dos políticos – argumenta a autora – deu continuidade as identidades partidárias transferidas aos novos partidos.

A despeito de – no caso do Pará – os primeiros governadores na Ditadura terem sido militares, cabe ressaltar que Passarinho não recusou a memória de Magalhães Barata, ao

¹⁶ "Agreement and Discord within the Pará Government" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363597/>

contrário, fez distinção entre a pessoa e o mundo político, considerando-o *probo*¹⁷. De acordo com ele, o seu pai havia sido *baratista* até o fim de seus dias. Quando ascendeu ao governo do Pará, Passarinho ficou “com um grupo de baratistas históricos ao [seu] lado, a chamada Brigada Baratista Livre, que era o Armando Corrêa, o Miguel, que foi secretário particular do Barata, todos eles ficaram [ao seu lado]”. Na sua avaliação: “Eu [Passarinho] acho que fiz justiça ao Barata, tanto que eu sempre separei as duas coisas. Sempre coloquei o Barata como um líder indiscutível na política paraense, ele reformulou muito o Estado do Pará, especialmente quando ele governou ditatorialmente”.

Neste trabalho, muito se destacou os conflitos entre partidos para entender as opções ante a nova conjuntura, mas há de se notar a personalidade de Passarinho que dialogou com a cultura política de então muito solidificada no entorno não de um PSD qualquer, mas o PSD de Magalhães Barata. As memórias de Passarinho demonstram relativa admiração pelo velho general destacando essa relação com o interior do estado. Em entrevista a José Carneiro destacou como:

o Barata desceu ao recôndito do interior. [...]. Então pela primeira vez o governador chegou nas áreas onde o caboclo jamais [o] tinha visto. Quando eu cheguei em Vigia, encontrei uma faixa de saudação: *JP – o novo Barata. O Pessoal da Vigia era completamente obcecado pelo Barata*.¹⁸

Sendo assim, essa aproximação com uma ala do PTB e antigos *pessedistas* (além dos *udenistas*, *pessepistas* e outras legendas), que pacificam na memória de Jarbas Passarinho a sua escolha para a presidência do Diretório, deve-se às negociações e acomodações propiciadas pela continuidade nos caminhos já traçados pelas antigas alianças entre capital e interior. Tupiassu (1968, p. 58) chega a considerar aquele momento político como o da criação de um *jarbismo*, pois – argui o autor – “havia lugar para um líder reencarnar, em novos tempos, figura semelhante ao carismático Barata”. Apesar de não se desconsiderar a visão do autor, pondera-se que essa criação se dá sob um regime de exceção no qual o Estado intervém nas estruturas políticas e viola direitos, sendo assim, o momento político influenciou essa tal criação. Gomes (2005, p. 232), formuladora do conceito de trabalhismo, fundamenta-o naquilo que denomina como ideologia da outorga, ou seja, numa relação dar-receber-retribuir entre um líder carismático e um grupo apoiador. Ora, Jarbas não tinha tanto tempo de vida política partidária nem usou de uma estrutura midiática própria – a exemplo dos programas voltados para a classe

¹⁷ Entrevista de Jarbas Passarinho concedida a José Carneiro, década 1980. Disponível em: <https://memoriasdopara.com.br/a-entrevista-do-meu-mestrado-com-jarbas-passarinho/>. Acesso em: abr. 2023.

¹⁸ *Idem*.

trabalhadora feitos por Vargas ou das atividades de Barata com os trabalhadores paraenses – para solidificar essa imagem, isso foi feito por seus aliados que tinham interesse na sua perpetuação. Nesse sentido, a meu juízo, há – na verdade – uma continuidade da cultura política pregressa que encontra, dentro do arcabouço de representações políticas construídas, um outro militar com meios para continuar as disputas políticas formuladas durante o período democrático entre os grupos locais, mobilizando as populações do interior do estado através da realização de obras públicas e do carisma político.

Durante os meses preparatórios tanto para a construção dos diretórios da ARENA quanto para as eleições de novembro de 1966, Passarinho realizou constantes viagens pelo interior do estado, momento no qual os grupos políticos buscaram demonstrar o seu apoio ao nome dele para o Senado. Em Castanhal, onde o prefeito pertencia à UDN, o PTB municipal preparou uma recepção para ele, fato destacado pela *Província*:

Assinado por sessenta e cinco adeptos do ex-Partido Trabalhista Brasileiro, residentes no município de Castanhal, o tenente-coronel Jarbas Passarinho, governador do Estado, recebeu um abaixo-assinado no qual lhe hipotecam integral solidariedade.

[...]

Encabeçando as sessenta e cinco assinaturas apostas no documento está o nome do sr. Maximino de Melo Ferreira.¹⁹

Castanhal se encontrava entre os dez maiores colégios eleitorais do estado (Tupiassu, 1968) de modo que possuía vital importância no conjunto de alianças. Em suas visitas, Passarinho dava destaque às obras realizadas pelo governo do estado como em Curuçá (PA) onde as inspecionava e recebia aplausos dos políticos²⁰. Em Maracanã (PA), na Zona do Salgado, o deputado Geraldo Palmeira (UDN/ARENA) – vinculado à Cooperativa dos Pescadores – articulou com os edis municipais a concessão do título de Cidadão de Maracanã em sessão solene na Câmara, aproveitando a oportunidade da inauguração da nova usina de luz.²¹ A prática repercutiu em outros municípios como Bragança (PA), terceiro maior colégio eleitoral.²² Esses encontros eram informados por meio da coluna Olhando de Longe d'A *Província do Pará* em local de destaque na quinta página do primeiro caderno. Assim, o jornal chefiado pelo superintendente Milton Trindade dava visibilidade às ações adotadas por Jarbas

¹⁹ Olhando de longe: 65 de Castanhal aplaudem JP no Senador. *A Província do Pará*, 04 jan. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁰ Olhando de longe: JP vai a Curuçá. *A Província do Pará*, 13 jan. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²¹ Olhando de longe: JP: cidadão de Maracanã. *A Província do Pará*, 27 de jan. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²² Informe Especial: JP adiou viagem a Bragança. *A Província do Pará*, 1º abr. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Passarinho junto aos políticos de diferentes regiões do estado do Pará. Contudo, nem tudo parece ter sido flores, o ex-secretário de educação Edson Franco, em depoimento ao projeto A UFPA e os Anos de Chumbo, apresenta um quadro de dificuldades na gestão da educação no Pará, quando relata ter proposto a demissão das professoras de contrato verbal, desconsiderando a realidade de que muitas escolas funcionavam em seus domicílios.²³

Essa tática de aproximação com os interiores levou à reconsideração das posições por parte dos políticos locais. Em São Caetano de Odivelas (PA), o prefeito Jayme Farache (PSD) havia sido deposto acusado de corrupção e lutou contra a candidatura de Alacid Nunes em 1965. Mas, com a promessa de renunciar imediatamente, buscava retornar ao mandato judicialmente sob justificativa de limpar a sua folha e ingressar na Arena. A atitude de filiação ao novo partido foi seguida por todo o Diretório Municipal do PSD em São Caetano, deixando na oposição apenas o vice-prefeito, igualmente *ex-pessedista*.²⁴

No seu processo de formação, um ponto de tensão sobre quem seriam os partícipes da ARENA ocorreu no entorno dos nomes do senador gen. Assunção e os suplentes de deputados Epílogo Campos e Lopo de Castro. Isso porque eles haviam se oposto aos políticos locais da UDN, especialmente Assunção que fora candidato pelo PSD no pleito de 1965, mas – por terem mandatos no Congresso Nacional – era do interesse do Governo Militar tê-los como integrantes do partido governista. Em fevereiro de 1966, a Câmara e o Senado se preparavam para eleger as suas mesas diretoras e não covinha aos militares perder votos no momento de estruturação da sua agremiação partidária de apoio. Ademais, a eleição para presidente seria feita pelo Congresso Nacional. Tendo em vista as vitórias eleitorais não planejadas de 1965, o Governo assegurava a execução dos seus planos para o pleito seguinte.²⁵ Após negociações, os três acabaram ingressando na ARENA, somado a eles, ingressou também o senador *pessedista* Lobão da Silveira, garantindo ao partido governista a integralidade da bancada no Senado.²⁶ Porém, no que tange ao Diretório, o ingresso de Assunção foi decidido pessoalmente pelo gen.

²³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (54min e 79seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1308>>. Acesso em: 03 fev. 2023.

²⁴ Prefeito adere. *A Província do Pará*, 17 mar. 1966.; Informe Especial: diretoria do ex-PSD na Arena. *A Província do Pará*, 30 mar. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁵ Olhando de longe: ARENA pode ser reaberta para Assunção. *A Província do Pará*, 06 fev. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁶ Informe especial: Lobão está na Arena. *A Província do Pará*, 11 fev. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Castelo Branco em conversa com o secretário-geral da Arena no Pará Gerson Peres, enquanto o nome de Lopo de Castro foi vetado.²⁷

Dessa forma, findo o período de rearranjo político, a Arena constituiu o seu Diretório Regional da seguinte forma: Jarbas Passarinho, presidente; deputado federal Gabriel Hermes Filho, deputado estadual Geraldo Palmeira e Abel Figueiredo – respectivamente – 1º, 2º e 3º vice-presidente; deputado estadual Gerson Peres, secretário geral; pecuarista Claudio Dias, tesoureiro. Como representantes da secção regional no Diretório Nacional, foram indicados o senador Cattete Pinheiro e Jarbas Passarinho. Na avaliação do cônsul John R. Bartelt, a escolha era uma tentativa de balancear os interesses nacionais, estaduais, locais *e privados*. Além disso, era um indicativo de que os membros do PSD ingressantes na Arena não teriam espaço e seriam mantidos fora da cúpula da organização.²⁸ Dos 31 componentes do Diretório Regional, não se identificou passado político na trajetória de apenas 8 membros.²⁹ Os demais eram oriundos da UDN (5), PTB (4), PSP (9), PR (1), PSD (3), PTN (1). Ou seja, os antigos membros da Coligação Democrática Paraense deram corpo e volume à nascente Arena, destacando-se entre os membros o antigo presidente do PR Orlando Bordalo e o senador e ex-ministro da saúde Cattete Pinheiro. Apesar de se declarar fora da política partidária antes de 1964, Passarinho havia tido contato com esses políticos na conjuntura anterior.

A informação emitida pelo consulado, além de tratar do Diretório, indica possíveis divergências entre Alacid e Jarbas devido à formação do novo gabinete de governo estadual cujo chefe era Oswaldo Melo, político membro do PSP. A inserção de Abel Figueiredo – sogro de Alacid – na diretoria é indicativo de que essas divergências se manifestam também na cúpula do partido. Agora, não se avalie essas divergências sob um prisma personalista, tendo como foco o conflito entre as duas lideranças, pois – destaca-se – o seu próprio estabelecimento e manifestação na organização de gabinetes e diretórios deve nos encaminhar à compreensão de que as bases políticas tinham trajetórias diferentes e – principalmente – força política para disputar o partido internamente por meio desses nomes. Nesse sentido, essa gênese entre uma dicotomia em *jarbistas* e *alacidistas*, na verdade, possui uma origem ainda anterior nas disputas políticas do Pará.

²⁷ Informe especial: o lápis vermelho do presidente. *A Província do Pará*, 17 fev. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

²⁸ "Monthly Political Summary, January, 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:327193/>

²⁹ Devido à dificuldade em se obter dados biográficos de alguns sujeitos, deixa-se em aberto a possibilidade desses oito terem tido experiências políticas a nível municipal, assim, não constando na publicação realizada pelo TRE do Pará (2008).

A decisão de se centrar no entorno de Passarinho como primeiro presidente levou as disputas da ARENA para o âmbito municipal. Enquanto isso, o MDB do Pará enfrentou problemas desde a formação do Diretório Regional, pois ficaram no partido a maioria das lideranças do PSD sobreviventes às cassações, enquanto muitos aliados municipais firmaram acordos com os políticos da nova situação. Além dos membros da direção do PSD, ainda se juntaram às lideranças de outros partidos que não couberam na ARENA, foi o caso de José Maria Lins Chaves. Ao não ser indicado pelo Governo Militar para os cargos de destaque nem ter o seu nome indicado para o governo, o deputado decidiu se aliar aos antigos adversários do PSD. Em nota, *A Província* observava “olhando de longe: [a] disputa pela chefia do partido de oposição”:

Muita embora a formação da ARENA pareça estar fadada a uma solução tranquila, sob a liderança do tenente-coronel Jarbas Passarinho, sobretudo com as reiteradas manifestações do Presidente da República, que o saudou como ‘o mais novo homem público brasileiro’, o problema da estrutura do partido de oposição – MDB – não está sendo muito pacífico.

Essa dificuldade decorre, sobretudo, da posição que vem mantendo os deputados federais Armando Correa e João Menezes, que não aceitaram o esquema proposto pela maioria dos remanescentes do PSD, para a formação do diretório regional em nosso Estado.

Segundo esse esquema todos os deputados federais e estaduais do extinto PSD seriam membros do diretório a ser formado, os quais, somados, dariam quinze elementos. As demais vagas restantes seriam divididas igualmente entre os deputados dissidentes, João Menezes e Armando Correa.

Essa fórmula, todavia, não foi aceita pelos citados parlamentares, que queriam, segundo os dizeres de um dos líderes do ex-PSD, ‘formar um diretório doméstico’, que lhes daria liderança tácita da oposição em nosso Estado.

Entre os dois citados na reportagem, um seguiria rumo à Arena, Armando Corrêa. Mas, outro “ficaria em seu lugar” para disputar a liderança com João Menezes. Acerca de João de Paiva Menezes, ele era advogado e um tradicional *pessedista*, tendo sido eleito pela primeira vez ao cargo de deputado estadual em 1947, chegando à Câmara Federal em 1954 e permanecendo nela até 1982. Na Câmara, ocupou a vice-liderança do PSD na legislatura de 1958.³⁰ Após as cassações de 1964, o deputado passava a ser uma das lideranças de destaque no partido, sendo parte da cúpula de bacharéis que o formava (Carneiro, 1991). Quando começaram as negociações para formação do diretório do MDB do Pará pelos antigos *pessedistas*, o deputado buscou se cacifar, porém, esbarrou em outros líderes como José Burlamaqui de Miranda.³¹

³⁰ Verbete MENESES, João. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-de-paiva-menezes>. Acesso em: 03 nov. 2022.

³¹ Em confiança. *O Cruzeiro* (RJ), ed. 0019, p. 40, 12 fev. 1966.; MDB no Pará é problema. *A Província do Pará*, 02 fev. 1966.

José Burlamaqui era membro de uma tradicional família política oriunda de Altamira (PA). O pai, José Porfírio de Miranda Neto, juiz piauiense, foi escolhido como intendente de Altamira enquanto exercia o primeiro mandato de deputado estadual na década de 1920. Posteriormente, ocupou o cargo via eleições entre 1935 e 1943 e entre 1945 e 1947, deixando-o para ser deputado constituinte pelo PSD. Como deputado, ainda, foi presidente da Assembleia Legislativa em 1950 (Cruz, s/d, p. 85). Seguindo esses passos, José Burlamaqui foi alcaide do município de Altamira, sendo eleito em 1958. Naquele mesmo ano, o seu irmão Newton Burlamaqui foi eleito deputado estadual e – em 1960 – esteve na vice-governança da chapa vitoriosa que levou Aurélio do Carmo ao Palácio Lauro Sodré, sede do governo. Assim, a família Burlamaqui de Miranda ocupava lugar cativo entre os *pessedistas*.

Sob esse viés, o primeiro núcleo do MDB no Pará será composto majoritariamente por *pessedistas* mais orgânicos, cuja trajetória política cresceu sempre dentro do partido e em consonância com as decisões do Diretório, ao passo que a Arena ficará sob controle dos militares como forma de aglutinar as antigas forças opositoras do PSD que careciam de uma liderança agregadora após a experiência frustrada do governo Assumpção. Os conflitos entre as lideranças paraenses *emedebistas* chegaram ao ponto de o Diretório Nacional ameaçar de intervenção o Regional com o objetivo de dar fim às disputas e obter a fundação da secção local dado o prazo limite para tal, crise mediada por Hélio Gueiros.³² Quando chegou o momento de votar, os membros do Diretório Regional no auditório da Sociedade Artística Internacional, em abril de 1966, os dois nomes a disputar foram os de João Menezes e Álvaro Kzan, esse último aliado de José Burlamaqui e deputado estadual desde 1962 pelo PSD, tendo – anteriormente – sido eleito pelo PR em 1958. Dessa disputa, Kzan saiu vencedor com apenas um voto de vantagem.³³ Ao conferirmos o diretório formado em março de 1966, entre os 34 nomes que o compõe, identificou-se histórico político na trajetória de 26 membros, todos pelo PSD, a exceção de dois ex-*petebistas*. De acordo com as informações do consulado americano em Belém, na lista negociada pelo partido, 32 eram membros do PSD.³⁴ Assim, divergindo um pouco do plano nacional (Quadro 1), o MDB do Pará é essencialmente um PSD adaptado.

As reportagens d'A *Província* indicam como fiéis da balança das eleições do diretório dois deputados *petebistas* que optaram pelo MDB, tratam-se do trabalhista Luiz Otávio de Carvalho e do advogado Raimundo Cavaleiro de Macêdo. O primeiro havia sido consultado

³² MDB regional ameaçado de intervenção. *A Província do Pará*, 16 fev. 1966.

³³ Kzan eleito no MODEBRA por um voto e com um ausente. *A Província do Pará*, 05 abr. 1966.

³⁴ "Monthly Political Summary - April 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326037/>

pelos jornais sobre o rumo das alianças com o PSD ainda em 1964, momento no qual declarara estar o PTB de portas abertas.³⁵ Quanto a Raimundo, ele foi arrolado ao processo de Benedito Monteiro no STM; isso porque – em depoimento – declarou-se conivente com a resistência ao golpe ocorrida na sede do PTB em Belém por meio da fixação de cartazes com os dizeres “PTB ao lado dos líderes violentados, de pé em defesa das liberdades públicas” e “Abaixo o golpe, viva o Rio Grande com Jango pelo Brasil”³⁶. Dois casos, portanto, de políticos que não encontrariam abrigo na Arena, pelo menos não sem grandes dificuldades. Sobre os seus posicionamentos dentro da legenda, o cônsul Bartelt os indica como diametralmente opostos³⁷, talvez, por um ser mais fisiológico (getulista) e o outro próximo das pautas sociais (petebismo) (Delgado, 2011). No livro de filiações ao MDB, disponível no Tribunal Regional Eleitoral do Pará, no qual se tem os registros de filiação ocorridos entre 1969 e 1971, identificou-se a presença de outras pessoas igualmente fichadas pela “comunidade de informações”.³⁸ Nesse sentido, além de *pessedistas*, o MDB pode ter sido um caminho para quem desejava continuar atuante na política, mas estava sob os olhos verde-oliva dos agentes da comunidade de informações.

As iniciativas de tentar atrair alguns membros do PTB vinham sendo implementadas desde fevereiro de 1966 por José Burlamaqui, logrando sucesso com a vitória do seu candidato para a presidência do MDB do Pará.³⁹ De acordo com o colunista d’*A Província*, a divergência entre Menezes e Burlamaqui se centrava na questão de qual tipo de relação seria estabelecida com o governo. Segundo Burlamaqui, o governo vinha tentando intervir na eleição visando obter um Gabinete Executivo menos hostil no partido de oposição. Ainda segundo o deputado, Menezes recebia apoio externo de amigos governistas.⁴⁰ Porém, na avaliação do cônsul John R. Bartelt, que consultava informantes dentro do cenário político e do meio militar, Menezes era considerado radical enquanto Burlamaqui tendia mais à conciliação.⁴¹

³⁵ *A Província do Pará*. SUCESSÃO ESTADUAL, 15 mar. 1964.

³⁶ *Brasil Nunca Mais – Processo 161*, Arquivo 1 de 2, p. 317. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564.

³⁷ "Monthly Political Summary - April 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326037/>

³⁸ PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Movimento Democrático Brasileiro. Livro de Inscrição de Filiação Partidária. 1º jul. 1969.

³⁹ Uma ala do ex-PTB no Modebrás. *A Província do Pará*, 16 fev. 1966.

⁴⁰ A interferência estranha. *A Província do Pará*, 05 abr. 1966.

⁴¹ "Monthly Political Summary - April 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326037/>

Para a infelicidade de alguns membros do MDB do Pará, a vitória de Álvaro Kzan e a paz dentro do partido se tratou de uma vitória de Pirro. Isso porque, por iniciativa do Governo Militar, foram cassados os mandatos e direitos políticos de Álvaro Kzan em julho de 1966, com base no art. 15 do AI-2 no qual se lê: “No interesse de preservar e consolidar a Revolução, o Presidente [...] poderá suspender os direitos políticos de qualquer cidadão” (Brasil, 1965a). Conjuntamente, foram cassados os mandatos de Dionísio Bentes de Carvalho (PSD, ex-governador interino em 1964) e Ney Carneiro Brasil, *pessedista* que optara pela Arena a pedido do seu irmão Américo Brasil, também deputado.

Tanto Dionísio quanto Kzan haviam sido incluídos no rol de acusados do IPM elaborado pelo Gen. Bandeira Coelho para a Comissão Geral de Investigações em junho de 1964. Porém, provavelmente em decorrência das negociações com o PSD para a eleição de Jarbas Passarinho ao governo, foram poupados da lista de cassados. Passados dois anos, com a demonstração de que o antigo grupo do PSD conseguia se rearticular para comandar o MDB do Pará, a avaliação dos militares ante a manutenção dos seus direitos políticos parece ter mudado. À época da primeira devassa nos Poderes, Dionísio foi acusado de obter recursos “oriundo de fontes escusas”. O mesmo se declara sobre Kzan, somando-se a isso a acusação de ter tentado subornar um oficial para adulterar uma urna eleitoral.⁴²

De acordo com o vice-cônsul Melvyn Levitsky, corriam rumores de novas cassações no estado anteriores ao fato, pois militares do Primeiro Comando Aéreo haviam recolhido documentos da Assembleia Legislativa para acareação. Apesar de os militares alegaram o combate à corrupção, o vice-cônsul indica a existência de implicações políticas nas cassações registradas no Pará, Amazonas, Maranhão e Acre. Dos oito políticos cassados na Amazônia, cinco tinham relações com o MDB e – com relação ao Pará – todos com o PSD. Para Levitsky, as cassações de Kzan e Dionísio eram mais uma bomba na precária situação política do partido no estado.⁴³ E, pode-se dizer, que atingia outros estados da região. No Amapá e Roraima, territórios federais cuja política era facilmente impactada pelos desejos do Executivo Federal, não havia sequer interessados em organizar os Diretórios Regionais do MDB.⁴⁴ Resultado disso, o MDB paraense optou por apoiar o novo governador a fim de tentar esvaziar a figura de Passarinho. Vivendo no fio da navalha, o discurso dos parlamentares buscava conciliar a

⁴² Encaminhamento Nº 024/SNI/NABE. Investigação Sumária, Libelo e Conclusões Finais do Relatório (Remete Cópia). 24 fev. 1969. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002171_d0001de0001.

⁴³ Levitsky, M., and United States. Consulate (Belém, Brazil), "Cassation of Mandates in Amazônia" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679641/>

⁴⁴ Amapá sem oposição. *A Província do Pará*, 09 mar. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

bandeira nacional do partido de volta da democracia com os valores do governo local. Pouco antes das cassações, na abertura do ano legislativo, o deputado Raimundo Noleto (MDB) representou o partido na tribuna e apresentou-o da seguinte forma:

O Sr. Raimundo Noleto – [...] E, nesta hora, desejo assegurar, alto e bom som, em nome dos meus colegas de bancada, de que a linha de conduta dos deputados do Movimento Democrático Brasileiro nesta casa, não será outra senão a de pugnar, como sempre pugnaram, pelas ideias sublimes de *um Brasil cristão e democrático*, de um Pará engrandecido e feliz. De um Brasil cristão, porque não podemos compreender um país ou um povo que não vivam à sombra dos ensinamentos do Evangelho do Cristo. E o Brasil, que nasceu sob o signo de Cristo, tendo nos seus céus o Cruzeiro do Sul, haverá de ser sempre um país onde Cristo haverá de viver, reinar e imperar. De um Brasil democrático, *porque o regime democrático sob o qual nascemos e no qual vivemos*, é essencial para a afirmação cada vez maior do nosso país no conceito das grandes nações do universo. Daí poder eu afirmar neste instante, reafirmando o que já foi dito logo após a posse do Exmo. Sr. Ten. Cel. Alacid Nunes no Governo do estado, pelo nosso ilustre líder, deputado Hélio Gueiros, que a linha de conduta do MDB nesta Casa, *será de estreita, leal e desinteressada colaboração à obra administrativa do honrado Chefe do Executivo*.⁴⁵

Estranho o partido em seu manifesto de fundação pugnar pelo retorno da democracia e os seus membros afirmarem: “o regime democrático sob o qual nascemos e *no qual vivemos*”. Os políticos realizavam diferentes performances discursivas (Pocock, 2013) visando adaptar a suposta “democracia” praticada pelos militares à sua democracia eleitoral. Essa deslocada equação entre democracia e ditadura era presente também no discurso dos membros da Arena que surgiam como partido identificado com a dita revolução. Na mesma sessão, o líder governista declarou:

O Sr. Gerson Peres – [...] Volto a falar-lhes na abertura de um novo e último período desta legislatura. Devo interpretar o pensamento da bancada da maioria que se constitui pela Aliança Renovadora Nacional. Acreditamos que assim existimos, como força representativa, mantida pela revolução de março de 64, *sendo marco inicial do ideal sincero das Forças Armadas Brasileiras* representadas pelo Mal. Castelo Branco, *da redemocratização do nosso País*.⁴⁶

A gênese do MDB e da ARENA paraenses, portanto, reside nas antigas lendas partidárias e – mais que isso – nas antigas bases políticas dos partidos. O crescimento vertiginoso da Arena se dá por meio da continuidade das formas de negociação política com os edis e prefeitos dos interiores do estado. Os militares por muito tempo sustentaram a imagem de estarem afastados da política (Martins Filho, 2020), no entanto, observa-se, particularmente em Jarbas, um passado de contatos iniciados à época da presidência-adjunta da Petrobrás e de técnico da SPVEA que balizam as escolhas no momento de estruturação da base social da

⁴⁵ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 1ª a 10ª Sessão, jul. 1966.

⁴⁶ *Idem*.

Ditadura no estado. Assim, a longa duração da Ditadura Militar no Brasil se dá, sim, por meio da violência e também por meio da negociação e da acomodação com uma parcela da sociedade. Reitero, os regimes autoritários e as ditaduras devem ser compreendidos como produto social, conforme defendem Quadrat e Rollemberg (2010, p. 11), produto esse formulado por diferentes agentes. Tratando-se de um estado ao Norte do país, Tupiassu (1968) ressalta como o fato de se estar numa região afastada do centro político pode ter propiciado uma maior margem de negociação para os políticos, perspectiva com a qual concordo. As cassações – como indicam as fontes consulares – sempre foram abaixo das expectativas dos golpistas. Ora, essas aparentes contrariedades da Ditadura brasileira demandam um olhar acurado para as realidades locais a fim de compreendê-las.

2.2 O discurso sobre Amazônia no meio político paraense

Os sujeitos, ao atuarem, não o fazem num vazio, mas ocupam espaços que são também – por sua vez – sujeitos das dinâmicas históricas. Negligenciar esse aspecto poderia empobrecer nossa compreensão acerca das secções partidárias formadas no Pará, especialmente porque há mudanças do discurso para a região amazônica concomitantes a sua criação. As políticas econômicas implementadas pelos Governos Militares demarcaram a concepção de um território no qual o Poder Público passou a agir (Petit, 2008). Por isso, abre-se um tópico sobre qual discurso a respeito da Amazônia é mobilizado pelos políticos paraenses, isso porque – penso – as estratégias utilizadas por cada grupo são meio para compreender a opção partidária entre a situação e a oposição ao Governo Militar.

A análise desse discurso se fará especialmente a partir do aporte teórico ofertado por Pocock (2013), mas também com ferramentas da Análise do Discurso de Orlandi (2009. 2015). Frisa-se que este não é um trabalho de análise do discurso, o diálogo é feito unicamente como forma de aprimorar o entendimento sobre os partidos. O uso do aporte ofertado por Pocock é interessante, pois, de acordo com o autor, por meio da análise dos jogos de linguagem na política:

Pode-se apreender muito sobre a cultura política de uma determinada sociedade nos diversos momentos de sua história, observando-se que linguagens assim originadas foram sancionadas como legítimas integrantes dos universos do discurso público, e que tipos de *intelligentsia* ou profissões adquiriram autoridade no controle desse discurso. (Grifo do original. Pocock, 2013, p. 31.)

De acordo com Pocock (2013), o discurso político dialoga com diferentes idiomas, ou seja, com um vocabulário ou jargão presente em outros nichos sociais – externos ao meio político – igualmente influentes na construção de um discurso, sejam eles acadêmicos sejam empresariais, como forma de se dotar de sentido e intervir por meio daquilo que o autor denomina *lances*. Como denota, *lances* possui o sentido de um jogo propriamente, no qual cada participante realiza uma aposta buscando vencer.

Apesar desse aporte possibilitar análises de longa duração, aqui se utilizará para compreender o momento político de 1966 em diálogo com a cultura política da época, construída ao longo da experiência anterior à Ditadura. Os atos de fala e as performances discursivas dos políticos paraenses serão o fio condutor para observar quais perspectivas passaram a ser tidas como legítimas dentro do discurso público/político. Cada vez mais, “razões técnicas” e econômicas serão utilizadas para levar adiante uma proposta de desenvolvimento regional pautado na eliminação da floresta e promoção do investimento privado.

Uma “linguagem” no nosso sentido específico é, então, não apenas uma maneira de falar prescrita, mas também um tema de discussão prescrito para o discurso político. Neste ponto, podemos ver que cada contexto linguístico indica um contexto político, social ou histórico, no interior do qual a própria linguagem se situa. (Pocock, 2013, p. 36-37)

Cada ato de fala, inserido dentro de um discurso, é composto por diferentes camadas (con)textuais que cabe ao historiador compreender. Nesse sentido, os políticos paraenses realizaram diferentes falas na imprensa e na tribuna do parlamento a fim de garantir que os planos para a Amazônia propostos pelo Governo Federal fossem no sentido dos seus interesses. Desde o início, os empresários urbanos e rurais locais, por meio das suas respectivas instituições e associações, buscaram participar dos rumos políticos adotados a partir do golpe. E, frisa-se, participação é algo além do apoio moral (Fico, 2014). Empresários participaram das discussões junto aos membros da “nova ordem”. Entidades como a Associação Comercial do Pará, Federação das Indústrias do Estado do Pará, Associação dos Proprietários Rurais do Pará, Lojas Maçônicas, Academia Paraense de Letras, dentre outras, foram de algum modo representadas por seus membros nas novas dinâmicas que se configuravam, deram espaço e a sua chancela ao discurso sobre Amazônia mobilizado pelo Governo.

Dito isso, comecemos pela Associação Comercial do Pará (ACP) representada pelo sr. Antonio Pedro Martins Júnior, mais conhecido apenas por Martins Jr., comerciante nascido em Belém no final do XIX. Martins fundou uma sociedade com Antônio Borges Pires Leal dedicada ao aviamento na região dos rios Tocantins e Araguaia. Com o crescimento dos

negócios, estabeleceu relações comerciais com as Guianas Francesa, Inglesa e Holandesa durante II Guerra. Além disso, tinha propriedades em Salvaterra (PA), onde se dedicava à pecuária de gado zebu e búfalos, e montou escritório em Belém dedicado à representação, seguros e navegação. Eleito pela primeira vez para a presidência da ACP em 1958, Martins Jr. a ocupou brevemente, tendo renunciado no mesmo ano porque concorreu à suplência do senado pela chapa do gen. Zacarias de Assunção (PSP/CDP), que foi eleito e por algumas ocasiões se licenciou, dando vez a Martins Jr. No entanto, em 1962, retornou à presidência da Associação, sendo responsável pelas comemorações dos seus 100 anos. Anteriormente, Martins Jr. já havia composto a diretoria da Associação na chapa eleita em 1955 (Cruz, 1996). Dito isso, pode-se considerá-lo um membro ativo e influente dentro da Associação. Além de membro da ACP, Martins Jr. também foi membro do conselho executivo do Banco da Amazônia, diretor da Cooperativa da Indústria Pecuária do Pará e presidente da Associação Rural de Pecuária do Pará.⁴⁷

Pouco antes da eleição indireta de Jarbas Passarinho ao governo, a ACP lançou uma nota oficial assinada, claro, pelo seu presidente n’*A Província do Pará*; pois “sent[ia]-se no dever de *congratular-se com o Povo paraense* pelas articulações que se estão desenvolvendo em torno do nome do Tenente-Coronel JARBAS GONÇALVES PASSARINHO para ocupar a suprema magistratura do Estado”.⁴⁸ Enquanto proprietário de terras e pecuarista, a nota pode ser considerada como uma fala pessoal também, de felicidade pela posse do interventor. Era de interesse do seu grupo, as denominadas “classes produtoras”, barrar as propostas de Reforma Agrária e de reconhecimento das entidades representativas dos trabalhadores rurais, como os sindicatos e a ULTAP, encampadas pelos aliados do governo Jango e de parte das secções paraenses do PTB e PSD, próximas a essas pautas.

Esse apoio e legitimação do governo não se restringiu ao momento de fervor golpista, mas se fez constante durante toda a gestão de Passarinho, especialmente porque – do ponto de vista federal – a gestão do gen. Castelo Branco representou um momento de abertura ao capital e investimento privado, em contraposição à cultura nacional-estadista presente nas gestões passadas (Reis, 2014). Em 1966, na eminência de duas eleições, uma para o senado na qual o candidato seria Jarbas e outra para a presidência da ACP; Martins Jr. demonstrava (Figura 3) o

⁴⁷ Verbete MARTINS JÚNIOR, Antônio Pedro. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/martins-junior-antonio-pedro>. Acesso em: 03 nov. 2022.

⁴⁸ *A Província do Pará*. Associação Comercial do Pará: NOTA OFICIAL. 10 jun. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

seu bom trânsito com o governo do momento. Dessa forma, a sua recondução ao cargo era tida como certa.⁴⁹

Figura 3 – Passarinho recebe o abraço de confiança das “classes produtoras”.



Fonte: *A Província do Pará*. CONFIANÇA, 30 jan. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Em março de 1966, a ACP realizou uma “homenagem das classes produtoras a Jarbas” por meio de um banquete de 200 talheres no Grande Hotel, região central de Belém.⁵⁰ Na ocasião, ao discursar, Martins Jr. fez uma interessante comparação entre o governo anterior e a gestão de Passarinho. Para além das denúncias de corrupção, ameaça comunista internacional e exaltação dos valores cristãos, o empresário centraliza o discurso no que tange ao seu grupo dizendo:

Inúteis foram todas as tentativas feitas pelas Classes Produtoras Nacionais, na mais alta escala, para levar aos governos sugestões para os problemas, para chamar à realidade os homens que, demagogicamente, arrastavam o país para a ruína. *Nenhuma colaboração era aceita, nenhuma sugestão era estudada, nenhum debate era franqueado.*

⁴⁹ *A Província do Pará*. Informe Especial: As eleições na Associação Comercial. 10 fev. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁵⁰ *A Província do Pará*. Homenagem das classes produtoras a Jarbas. 17 mar. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

E nós, os comerciantes e industriais de todo o Brasil, nesses dias, nesses meses e anos de amargura, vivemos entre dois fogos: os governos corruptos e comunizantes, e o povo sofredor iludido, espoliado.

[...]

Nesses 18 meses [de governo Passarinho] não só se repararam os males de sucessivos anos anteriores, não só se recuperou muito que parecia definitivamente perdido, como também se *reconstruiu o futuro* do nosso Estado.

E para nós, os homens das Classes Produtoras, foi particularmente grato verificar-se que se voltava à prática daquele *preceito democrático*, do debate franco e leal entre governantes e governados. *Por mais de uma vez os homens do comércio e das indústrias foram chamados a colaborar com a administração pública; em conjunto, foram equacionados problemas de interesse geral; as classes produtoras levaram ao Poder Público sugestões visando solucionar problemas que a todos interessavam.*

O Tenente-Coronel Jarbas Passarinho nada mais nos pediu que *cooperação*, colocando sempre acima de tudo o interesse do Estado e o bem-estar do povo; *as classes produtoras deram a sua colaboração*, efetiva e honesta, e nada mais pediram que um Governo da moralidade que defendesse o patrimônio da comunidade.⁵¹

Ora, a despeito da perseguição política, da violência, das prisões e cassações promovidas pelo governo aos seus opositores tanto após o AI-1 quanto após o AI-2, a reclamação da ACP era de participação no governo, era de ter as suas propostas avaliadas e – por conseguinte – postas em prática. Refletindo sobre as disputas de projetos de país na conjuntura anterior, o presidente da ACP se congratulava em agora as classes produtoras intervirem no governo com as suas perspectivas de futuro. A concepção de democracia ora defendida era aquela da participação por cima, por meio do empresariado em detrimento daquele povo tido como sofredor e iludido. Sob essa concepção, o interesse geral era o interesse das classes produtoras, no discurso dela própria.

Mas, afinal, qual era a concepção de futuro para a Amazônia defendida pelos membros das “classes produtoras” em entidades como a ACP? Isso se observa em outras falas proferidas pelo presidente em eventos realizado no decorrer de 1966. Apesar de ser estabelecida em lei apenas em outubro do corrente ano, a Operação Amazônia e as esperanças suscitadas por ela mobilizaram discursos, ações e eventos desde o início do ano. Cada grupo buscou montar estratégias discursivas (Prost, 2009) de modo a projetar a sua concepção de Amazônia, com falas convergentes e, às vezes, particulares.

Participando da posse dos dirigentes da Associação Comercial de São Paulo, Martins Jr. buscou apoio dos empresários do “grande estado bandeirante” para tomarem iniciativas na Amazônia, valendo-se de benefícios já existentes na legislação como a possibilidade de

⁵¹ *A Província do Pará*. Martins Junior falando pelas classes produtoras: - O Pará conta com Jarbas Passarinho. 20 mar. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

emprego do saldo do imposto de renda na região. Para Martins Jr., era fundamental a cooperação entre os associados do Sul com os do Norte, pois:

A região em que se integra a Associação Comercial que temos [a hon]ra de representar – *a vasta e muito esquecida Amazônia* – não tem, infelizmente, merecido devidas atenções dos empresários dos centros economicamente desenvolvidos, como este do [...] Estado de São Paulo.

No entanto, a Amazônia é [um] vasto *manancial de riquezas naturais*, à espera ainda que o homem, decididamente, se empenhe em torná-la produtivas.

Por essa valorização luta, incansavelmente, há anos, o *homem da Amazônia*, desamparado de favores do Poder Público, tanto em recursos quanto em qualidades, o que, ainda assim, não tem impedido que, unicamente pelo esforço, espírito de sacrifício e abnegação da *iniciativa privada*, se venha processando nítido surto de progresso na medida em que o permitem os parcos cabedais excedentes da economia regional.⁵²

Em sua fala, o empresário retoma a memória discursiva (Orlandi, 2009) da imagem da Amazônia enquanto uma vasta área esquecida pelo Poder Público, carente de investimentos, salvo o feito com sacrifício e abnegação pela iniciativa privada local. Apesar de esquecida, destaca Martins Jr., a região é um vasto manancial de riquezas. O sujeito do discurso – o homem da Amazônia – apenas deseja torná-la produtiva para o capital.

Esse discurso sobre Amazônia vazia, porém cheia de riquezas, evidentemente, não surge com os militares; afinal, todo dito, implica num já-dito, num constructo elaborado anterior àquele que realiza um ato de fala (Orlandi, 2009). Destarte, essa concepção sobre a Amazônia remonta ainda ao período colonial e todas as esperanças dos colonizadores de encontrar alguma espécie de El Dourado. O discurso dos viajantes alternava ora em descrevê-la como um espaço de lendas, ora como um espaço de desenvolvimento (Gondim, 1994). A novidade, portanto, desse momento se encontrará no modo como se propõe o enfrentamento desse suposto vazio. O vazio problema do “inferno verde” é mobilizado como vazio aberto a investimentos do capital. Como destaca Pocock (2013, p. 78), a inovação verbal “pode propor algumas alterações nos signos de valor – um tratamento daquilo que antes era ruim como bom, ou vice-versa”; sendo assim, os signos sob os quais a Amazônia é lida são atualizados dentro do novo contexto.

Conforme Lobato (2021, p. 100), o Governo Militar, ao abandonar o projeto da SPVEA e criar a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) em 1966 – a exemplo da já existente no Nordeste – reorienta a ação estatal da formação de colônias agrícolas e passa a privilegiar a formação de frentes agropecuárias baseadas no latifúndio. Em consonância a essa

⁵² *A Província do Pará*. Martins Júnior ressalta em S. Paulo que Amazônia precisa de investimentos sulistas. 08 abr. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

perspectiva é que se propõe a Operação Amazônia, indo ao encontro dos discursos de sujeitos como Martins Jr.

Os apelos por maiores investimentos foram feitos também pelo deputado federal Gabriel Hermes Filho. Natural de Castanhal (PA), Gabriel Hermes presidia desde 1950 a Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa), além do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) entre 1951 e 1954, ano em que foi eleito deputado federal pelo PTB, sendo o segundo candidato mais votado daquele pleito. Hermes Filho ainda foi diretor da Confederação Nacional da Indústria e benemérito da ACP. Apesar de ter sido vice-líder do PTB, decidiu migrar para a UDN em 1958.⁵³ De acordo com Benevides (1981), a UDN passou por um momento de abertura a pessoas com perfil mais “progressista” a fim de garantir a sua manutenção, talvez isso tenha facilitado o ingresso de um *petebista*.

Somada à atuação política e ao meio industrial, Hermes Filho foi colunista d’*A Província do Pará* e intenso escritor sobre a Amazônia. Em junho de 1966, assinou uma coluna publicada em destaque logo abaixo do editorial da edição sob o título “Fronteiras Invadidas”, na qual o jornalista parlamentar afirmava que:

A tarefa de incorporação da Amazônia ao *sistema produtivo nacional* é da esfera do Governo Federal. E é problema urgente. Urgente e de *dever patriótico*: primeiro, como *medida de segurança*, depois como obrigação moral de assistência que merecem os valentes que alí vivem e guardam nossa soberania. [...] Não se pense que é uma preocupação regional a posse da nossa Amazônia. *A tarefa envolve a defesa de um patrimônio da nacionalidade*.⁵⁴

Hermes Filho traz à baila a questão da Segurança Nacional ao defender a incorporação da Amazônia. Assim, a performance discursiva do deputado se vale do idioma adotado pelos militares ao pensar as regiões de fronteira. Na nota, Hermes Filho cita as cidades limítrofes do território amazônico onde “A luta de morte é comum naquelas lonjuras, entre o índio e o invasor, *entre o nacional e o homem de nações vizinhas* acentuadamente nas terras de castanheira e da seringueira e onde são *explorados minerais como o ouro e o estanho*”.

Hermes Filho se dispôs como um importante interlocutor na construção de sentidos para a Amazônia, chegando a publicar um livro analisando a região do Baixo Amazonas, que faz fronteira com os estados do Amapá e Amazonas, além dos países Suriname e Guiana. O deputado industrial não apenas elogiava as ações do governo, mas buscava se contrapor também, a exemplo de outra nota publicada dias após a anterior na qual afirmava:

⁵³ Verbete HEMES, Gabriel. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-biografico/gabriel-hermes-filho>. Acesso em: 03 nov. 2022.

⁵⁴ FRONTEIRAS INVADIDAS por Gabriel Hermes. *A Província do Pará*, 25 jun. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

A atitude de caráter quase punitiva que os Ministérios da Fazenda e Planejamento tomam contra interesses da Amazônia resultarão, sem sombra de dúvida, em ação desastrosa. Desastrosa para a região e para a própria economia nacional. Processa-se, firmemente, contra os pleitos regionais a medida do congelamento. *A Amazônia não é ouvida, não é atendida, não está sendo ajudada.* Ao contrário, está sendo submetida a um *processo de esvaziamento financeiro*. Podemos usar até a palavra clara – sofre a região uma *descapitalização*. É fácil provar.⁵⁵

Mais uma vez, o sujeito do discurso é aquele que não dispõe de recursos financeiros, de investimento, de capital para a produção. A parcela da Amazônia a quem não se dá ouvidos é a parcela empresarial, segundo a perspectiva de Hermes Filho. Não se trata de denunciar as ações adotadas em desfavor das comunidades tradicionais e dos trabalhadores rurais. A denúncia é no sentido de atrair o Governo para uma abertura de capitais para a Amazônia. Os produtos, como os minérios e borracha, compõem o cenário potencial desenhado por esse discurso.

Sobre a cobiça internacional, destaca-se também as intervenções feitas por Jarbas na troca de sentidos ocorrida durante as diferentes performances discursivas sobre a Amazônia. Entidades como a Grande Loja Maçônica do Pará cediam-lhe espaço em suas comemorações como as da “Semana do Maçom” para que pudesse discursar. Jarbas, além de governador, já era membro e presidente da Academia Paraense de Letras a essa altura, sendo constantemente convidado pelas entidades ilustradas para conferenciar sobre problemas relacionados à Amazônia. Nessa, em particular, ocorrida em agosto de 1966, ele foi acompanhado pelo grã-mestre Ildefonso Guimarães e pelo superintendente dos Diários Associados Milton Trindade.⁵⁶ A maçonaria paraense dera apoio ao golpe, mas se solidarizou com o governador Aurélio do Carmo quando houve sua cassação por se tratar de um maçom. Essa solidariedade, do ponto de vista público, findaria e a entidade se manteria próxima ao governo. Como aliada, a maçonaria reservava um púlpito para o presidente da APL, Jarbas Passarinho, advertir como “os estrangeiros elogiam as nossas belezas e a região em geral e os nacionais de outros Estados nos atacam, inclusive Euclides da Cunha, em seu livro ‘Contraste e Confrontos’”.⁵⁷ A crítica era direcionada aos que tomavam a Amazônia enquanto incivilizável em detrimento dos olhos internacionais desejosos de a possuir.

Ademais, as expectativas de maiores investimentos não se restringiam aos homens públicos da capital, mas eram acompanhadas de publicações de políticos advindos do interior

⁵⁵ A DESCAPITALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA por Gabriel Hermes. *A Província do Pará*, 26 jun. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁵⁶ *A Província do Pará*. Jarbas fala aos maçons sobre problemas da Amazônia. 16 ago. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁵⁷ *Idem*.

do estado; exemplo disso é Abbas dos Santos Arruda. Nascido em São Caetano de Odivelas (PA) em 1907, Abbas Arruda era militar e participou da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Guerra. Ao passar à reserva como general em 1961, decidiu retornar ao Pará, a fim de ser um “fazendeiro modelo na região do Baixo Amazonas”⁵⁸, em Juruti (PA), cidade onde possuía a Fazenda “São Marcos”, e da qual foi prefeito eleito de 1962 até 1966 a convite do Partido Republicano.⁵⁹

Em nota especial para o Diário de Notícias (RJ), o ainda coronel expôs um pedido em 1960: dêem asas à Amazônia.⁶⁰ Na ocasião, Abbas Arruda reclamava a instalação de novas pistas de pouso na mesorregião do Baixo Amazonas, isso porque “o problema da Amazônia não é só de ligações com o Sul. É, sobretudo, uma questão de interiorização e desbravamento que está em jogo a desafiar a audácia e a inteligência de seus filhos”. Ou seja, a conexão apenas por rios dificultava, na visão de Abbas, a interiorização e – presume-se a partir disso – integração desse espaço ao restante do país.

Apesar de publicada anos antes da Ditadura, a nota se insere no mesmo discurso sobre Amazônia mobilizado posteriormente. Assim como Martins Jr. colocava como sujeito do discurso a figura de um homem amazônico desprovido de recursos, Abbas argumenta que “O ribeirinho precisa *se libertar da margem, onde a pecuária é precária e a agricultura quase impossível*”. Ademais, o militar ainda ressalta: “tudo indica que fabulosas riquezas em reservas minerais e vegetais estão ali [sic] a disposição do *homem da Amazônia, pobre pigmeu*, em meio a tanta grandiosidade, sem falar na perspectiva que existe de desenvolvimento da agricultura em terras mais férteis”. A diferença de Abbas Arruda dos futuros militares está no meio de obter isso, ele propõe aviões, a Ditadura proporá rasgar a floresta com rodovias.

A resposta do Governo Militar aos reclamados foi a proposta da Operação Amazônia. No ano de 1966, a presidência de Castelo Branco já enfrentava críticas devido à política econômica de arrocho salarial e piora nas condições de vida. Além disso, a coalização realizada para executar o golpe demonstrava sinais de desgastes, pois o AI-2 ensejou uma nova abertura de cassações e o AI-3 pôs a cadeira presidencial ainda mais distante dos presidenciáveis civis que se preparavam desde 1960, como Adhemar de Barros e Carlos Lacerda (Napolitano, 2021). Com base nisso, parece-me que a Operação é proposta como algo que irá resgatar o prestígio

⁵⁸ A fiel conselheira. [Revista] *Chacaras e Quintaes* (SP), ed. 0697, p.8, jan. 1968. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

⁵⁹ Abbas dos Santos Arruda – 22.11.2008. Site Família Arruda & Genealogia. Disponível em: www.arrudafamilia.blogspot.com/2008/11/abbas-dos-santos-arruda-22112008.html. Acesso em: 29 mar. 2023.

⁶⁰ Dêem asas à Amazônia. *Diário de Notícias* (RJ), 30 out. 1960, p. 4. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

do Governo no campo econômico, assim como reforçará os laços com os grupos políticos do Norte e do Sudeste. Todas as ações governamentais eram acompanhadas pelos grupos locais a exemplo da Associação Rural da Pecuária do Pará que enviou ao Sul o seu presidente dr. Raul Bulhosa a fim de obter recursos para a “marginalizada” “pecuária amazônica”.⁶¹ Sendo assim, as iniciativas do governo foram divulgadas, em julho de 1966, com entusiasmo pelo jornal apoiador do governo *A Província do Pará*:

A HORA E A VEZ DA AMAZÔNIA NOS PLANOS DO NOVO MINISTRO DO INTERIOR

Ao que tudo indica, *a Amazônia vai ter, agora, sua hora e vez*. Ontem, por exemplo, no Rio, o sr. João Gonçalves de Souza, ministro Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, declarava que vem mantendo contatos com as autoridades federais visando à adoção de medidas legislativas que *possibilitem o imediato desenvolvimento da Amazônia*. Segundo ainda o titular do Mecor, tais medidas serão adotadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) Regulamentação dos dispositivos que trouxeram à Amazônia os *incentivos fiscais* dados anteriormente apenas ao Nordeste;
- b) Reestruturação da SPVEA e do Banco de Crédito da Amazônia;
- c) Reformulação da política da borracha.

Acredita o ministro João Gonçalves de Souza que, adotadas essas medidas, *a iniciativa privada virá em massa, do Sul para a Amazônia*, dando novo (e considerável) impulso à economia da região, dentro daquilo que pretende o governo federal.⁶²

Ao aceno positivo do governo, os políticos locais responderam dando legitimidade às ações, visando tanto aos planos do gen. Castelo Branco quanto aos de seu sucessor pré-escolhido gen. Costa e Silva. Hermes Filho minimizou as dúvidas acerca das cassações políticas que ocorriam concomitantemente à execução desses planos e afirmou aos jornais que “o que há muito é boato e intrigas”, voltando a atenção para os planos de Costa e Silva, com quem se previa uma visita ao Pará. De acordo com Hermes Filho, o general teria afirmado “que a Amazônia terá prioridade em benefícios no seu governo”. Por fim, resumiu:

Tivemos impressão na nossa conversa – arrematou o parlamentar – que o Marechal, com seus colaboradores, estuda os problemas amazônico; pois, a nós solicitou trabalhos que estamos elaborando *com a colaboração de economistas da nossa Federação das Indústrias e da Confederação Nacional*.⁶³

Além dos discursos feitos por empresários, políticos, jornalistas e associações, a Operação Amazônia contou com ampla divulgação nos periódicos do Sudeste, dentre os quais

⁶¹ *A Província do Pará*. A RPP DIZ QUE PRECUÁRIA AMAZÔNICA ESTÁ SENDO MARGINALIZADA. 26 jun. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁶² Informe Especial: A HORA E A VEZ DA AMAZÔNIA NOS PLANOS DO NOVO MINISTRO DO INTERIOR. *A Província do Pará*, 10 jul. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

⁶³ GABRIEL HERMES ANUNCIA QUE COSTA E SILVA DÁ PRIORIDADE À AMAZÔNIA. *A Província do Pará*, 13 jul. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

se destaca a reportagem especial realizada pela Revista *Manchete* (RJ) em dezembro de 1966. Assinada pelo jornalista Fernando Luís Cascudo, a matéria se inicia com uma fotografia (Figura 4) em plano aberto na qual se contempla o imenso verde da floresta. Na legenda, lê-se:

Do alto, o que se vê é a floresta equatorial, exuberante e aparentemente *impenetrável*. Mas, até mesmo a selva vai sendo *dominada e vencida pelo esforço do homem*. Um avanço significativo é agora empreendido para abrir *novas clareiras de progresso em meio aos verdes desertos*. A Operação Amazônia tem por cenário uma imensa área de 5 milhões de quilômetros quadrados, ou seja, cerca de 60 por cento do nosso território. Essa região outrora abandonada, torna-se objeto de vivo interesse.⁶⁴

Figura 4 – Capa da reportagem feita por Fernando Luís Cascudo



Fonte: Hemeroteca Digital. Revista Manchete, ed. 764, 1966.

No decorrer da matéria, Cascudo apresenta um pouco das cidades existentes nos estados da região, contando sobre a sua cultura e sobre a dinâmica econômica, dando destaque aos portos, indústrias e à produção agrícola. Além disso, são reproduzidos artigos e comentários de figuras públicas relevantes também, como o do presidente da SUDAM. Porém, – dando continuidade ao argumento construído até aqui, de que políticos locais participaram da propagação sobre um discurso acerca da Amazônia e isso nos auxilia na compreensão da opção partidária – destaco duas propagandas veiculadas junto às matérias. Isso porque elas foram

⁶⁴ OPERAÇÃO AMAZÔNIA. *Manchete* (RJ), ed. 764, p. 44, dez. 1966.

custeadas por um importante grupo político-econômico do Pará, a família Carneiro (Figuras 04 e 05), grupo que se apresenta como um desses aliados “para abrir novas clareiras de progresso em meio aos verdes desertos”.

No primeiro capítulo, citou-se um dos membros da família, a saber, Armando Carneiro, que ingressou na política eleito pelo PSD em 1954, tendo migrado para o PTB em 1962, e foi proprietário do Jornal do Dia. Dessa vez, as propagandas nos trazem os outros dois membros importantes da família que tiveram intensa atuação na política estadual: o irmão, Oziel Rodrigues Carneiro, e o pai, Pedro Carneiro de Moraes e Silva. Migrante do estado do Maranhão, o patriarca da família Carneiro se instalou na região de Marabá por volta da década de 1940 vindo de Goiás, com o intuito de ser um intermediário comercial dos diamantes explorados nas jazidas surgidas naquela década. Com o crescimento das finanças, adquiriu a Casa Comercial Medeiros, importante estabelecimento comprador e exportador de castanha-do-Pará, tornando-se um dos comerciantes de prestígio da região.¹³⁰

A política da região de Marabá era composta por diferentes famílias migrantes que monopolizavam a exploração dos castanhais por meio de concessões efetivadas ao longo dos anos 1940 por Magalhães Barata. A exemplo do grupo Carneiro, existia o grupo Mutran, migrantes libaneses com quem rivalizavam, igualmente formado por um patriarca inserido na política ao lado dos filhos (Emmi, 1998).

No Pará, a primeira experiência eleitoral de Pedro Carneiro foi a sua candidatura a deputado estadual pelo PSD em 1950, obtendo uma suplência, no entanto, Pedro já havia sido vereador municipal de Boa Vista (TO)¹³¹. Em 1953, optou por candidatar-se a prefeito de Marabá pelo mesmo partido, dessa vez logrando sucesso e decidindo lançar o filho Armando Carneiro para deputado estadual na eleição seguinte (1954), na qual o grupo mais uma vez foi vitorioso. A essa altura, Armando já havia concluído os estudos na Faculdade de Engenharia em Belém, assim como o seu irmão Oziel tinha se formado pela Faculdade de Medicina.

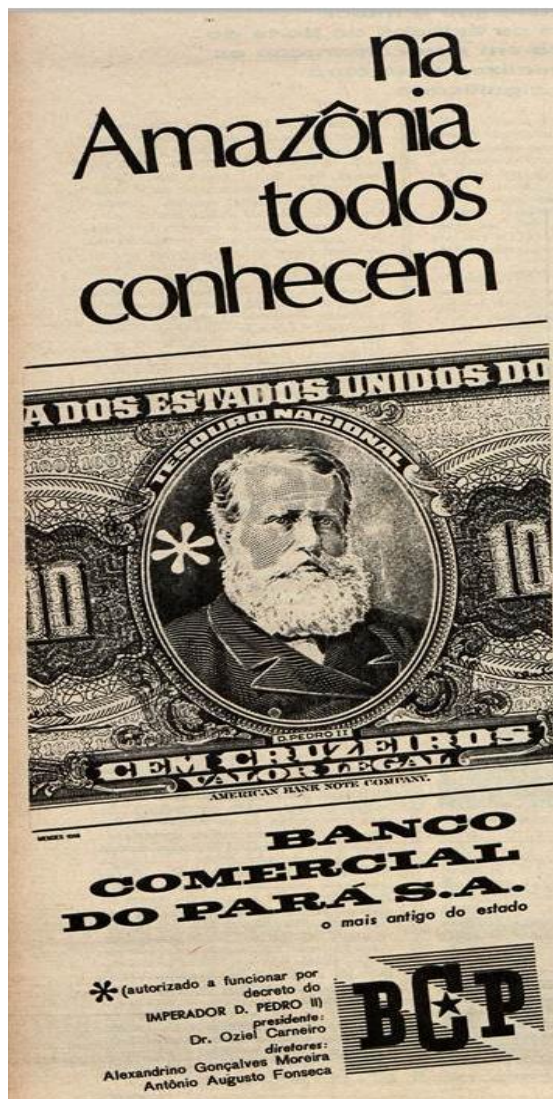
Segundo Oziel Carneiro, o gosto pela política na década de 1950 levou a família ao interesse em investir na constituição de uma indústria de base de cimento na cidade de Capanema (PA), o que lhe levou a se afastar da medicina para administrar os negócios do grupo familiar. Ao passo que Pedro era eleito deputado estadual e Armando deputado federal em 1958; a ascensão da família na economia local lhe possibilitou, após vender a fábrica de

¹³⁰ PAPO NO TUCUPI DOCUMENTO com o empresário OZIEL CARNEIRO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gGd3Q6pFt3Q>. Acesso em: 30 jan. 2023.

¹³¹ À época, o município pertencia ao estado de Goiás, haja vista a criação do Tocantins ser fruto da constituinte de 1988.

cimento, adquirir o Banco Comercial do Pará (Figura 5) em 1960.¹³² Esse capital econômico e político forjado desde a região Sudeste do estado do Pará levou Pedro Carneiro a se tornar suplente do senador Cattete Pinheiro (PTN), eleito em 1962.

Figuras 5 e 6 – Propagandas veiculadas pelo grupo Carneiro



Fonte: Revista Manchete (RJ), ed. 764, p. 59 e 71, dez. 1966.

Ora, perfeitamente integrados na política estadual, a família Carneiro, sendo proprietária de um banco, de empresas e de comércios em Marabá, tinha alto interesse nos rumos políticos da Amazônia. Através do Banco Comercial, a família apoiava grupos aliados a exemplo do jornal *O Liberal*, quando esse passou para o comando de Rômulo Maiorana em 1966¹³³. Durante

¹³² PAPO NO TUCUPI DOCUMENTO com o empresário OZIEL CARNEIRO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gGd3Q6pFt3Q>. Acesso em: 30 jan. 2023.

¹³³ *Idem*.

o período pré-1964, a família esteve inserida nos principais partidos políticos. Primeiramente, no PSD de Magalhães Barata e, depois, em razão da aliança do PSD com a família Mutran; passou ao PTB, ao PST (candidatura de Armando ao governo em 1960) e – por fim – ao PTN (de Cattete Pinheiro). Durante o golpe, o grupo ainda ensaiou um apoio ao presidente João Goulart através do Jornal do Dia, mas – uma vez consumado – logo se aproximou de Jarbas Passarinho, que chegou a indicar Oziel para cargos de confiança. Em 1966, o grupo compôs o coro empresarial do discurso sobre a Amazônia e a Operação Amazônia se apresentando como um dos industriais da região (Figura 6). Na conjuntura pregressa, de acordo com Oziel Carneiro, o grupo apoiou iniciativas voltadas para a implementação de indústrias no Pará, a exemplo da Tecejuta instalada em Santarém. A propaganda, publicada na revista Manchete, destaca como razões para acreditar na Amazônia as indústrias do grupo em Belém e Santarém – além dos vários funcionários – lançando uma pergunta ao interlocutor: *Isto é, ou não é, confiar na Amazônia?*¹³⁴; acompanhada das logomarcas do grupo empresarial Pedro Carneiro S.A. e da Cia. de Fiação e de Tecelagem de Jute de Santarém.

Anunciada em discurso proclamado pelo gen. Castelo Branco em setembro de 1966 na cidade de Macapá (AP), a primeira agenda da Operação foi uma série de reuniões que singraram pelas águas dos rios entre Manaus e Belém – com escala em Parintins (AM), Santarém (PA) e Macapá – do dia 3 a 11 de dezembro a bordo do navio Rosa da Fonseca. A Operação Amazônia – na avaliação feita após a sua realização – foi considerada um fracasso, sendo objeto de crítica dos políticos locais por conta da baixa adesão do empresariado, dos 150 empresários esperados na I Reunião de Incentivo ao Desenvolvimento da Amazônia em 3 de dezembro, apareceram cerca de 20 (Lobato, 2021). Ainda em outubro, o presidente da Associação Comercial do Paraná, Noel Lobo Guimarães, tinha se manifestado contrário ao empreendimento por considerar a região “praticamente inabitada, além de ser hostil à sociedade civilizada”.¹³⁵ O líder do governo na ALEPA, dep. Gerson Peres, chegou a se manifestar publicamente reclamando a oferta de maiores ferramentas para o sucesso das iniciativas.¹³⁶ Mas, apesar das expectativas frustradas nesse momento, considero a concepção e o discurso da Amazônia como um ponto de união desses diferentes grupos civis na ARENA. Todos esses homens públicos tratados no decorrer deste tópico optaram por ingressar nas fileiras da ARENA, chegando a

¹³⁴ Grifo do original. OPERAÇÃO AMAZÔNIA. *Manchete* (RJ), ed. 764, p. 71, dez. 1966. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹³⁵ No original: *because it is practically uninhabited, besides being hostile to civilized society*. "Political Summary - October, 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326585/>

¹³⁶ Operação Amazônia sem ferramentas. *A Província do Pará*. 11 dez. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

serem eleitos enquanto deputados estaduais e federais, ou pelo menos adquirindo uma suplência. Ao tratar da Amazônia, muitas produções da historiografia e da sociologia destacam o modo arbitrário de lógica colonial com o qual o Governo Militar atuou, ignorando as populações tradicionais, indígenas e quilombolas, contudo, a essa ação deve-se somar e destacar a atuação conjunta dos proprietários de terra, empresários, lideranças de associações culturais e sociais dos estados nos quais ocorreram essas intervenções. Muitos dos planos dos militares foram ao encontro de formulações pregressas dos grupos locais privilegiados, de modo que se tornaram legítimas por se enquadrarem dentro do discurso mobilizado por uma comunidade discursiva.

No âmbito regional, muito se observa a ARENA enquanto uma mera dicotomia entre dois líderes (Jarbas e Alacid), mas – conforme pode se observar até o momento – a explicação deve se dar mais na perspectiva das bases políticas e dos conflitos construídos ao longo dos anos do que na perspectiva personalista desses dois sujeitos, sem diminuir a sua influência, claro. Como compreender a duração de uma Ditadura por longos 21 anos? Ora, com o apoio dado ativamente por diferentes grupos sociais privilegiados que viram naquele acontecimento a oportunidade para saciar os seus objetivos particulares. Como um partido como o PSD do Pará minguou na Ditadura se os militares só cassaram algumas lideranças? Porque outros líderes *pessedistas* municipais foram cassados pelas Câmaras com seus edis dando apoio aos militares e, também, com as negociações e acomodações dos políticos locais dentro do novo partido hegemônico, a Arena.

2.3 15 de novembro de 1966: primeiro teste eleitoral dos novos partidos

Para o pleito eleitoral de novembro, a ARENA conseguiu lançar candidaturas em todos os 77 municípios¹³⁷ nos quais ocorreram eleições municipais, sendo (conforme Tabela 3) 75 candidatos na legenda e 39 na sublegenda. Apenas em dois dos 77 municípios a ARENA-1 não teve candidato, a saber, Magalhães Barata e Peixe-Boi. Sendo assim, a ARENA teve correligionários concorrendo entre si em 37 municípios do estado. Exclusivamente entre membros da ARENA, foram registrados 33 municípios. Isso se explica devido às disputas geradas pela reunião de diversas lideranças sob o mesmo manto partidário e foi possibilitado

¹³⁷ Em Belém, a eleição havia ocorrido em 1965, mas, em virtude da promulgação do AI-3, informa-se que o prefeito das capitais passou a ser escolhido pelo governador e chancelado pela Assembleia Legislativa nos termos do Art. 4º do Ato nº 3. Quanto a Tucuruí, Tomé-Açu e Itupiranga, as eleições municipais deveriam ocorrer apenas no ano seguinte, pois o calendário eleitoral não era unificado. Por fim, de acordo com os jornais, os partidos não apresentaram candidatos em Paragominas e Itaituba. Nesse sentido, não fazem parte desses dados seis municípios do estado que, à época, tinha 83 no total.

pelo próprio artifício das sublegendas que foram criadas a fim de que a ARENA não se fragmentasse em um outro partido ou tivesse os seus membros evadidos para o MDB. Houve, ainda, o caso de 8 municípios onde se registrou candidatura única pela ARENA-1. As disputas intrapartidárias são narradas nos jornais constantemente sob as terminologias Arena e Areninha, respectivamente legenda e sublegenda ou Arena-1 e Arena-2.

Em outubro de 1966, o ex-governador Carlos Lacerda buscou formar uma Frente Ampla lançando um manifesto no jornal *Tribuna da Imprensa* (RJ) e reunindo os ex-presidentes Juscelino Kubitschek e João Goulart a fim de pleitear a volta da democracia, reforma partidária e institucional, desenvolvimento econômico e soberania nacional. Apesar de não lograr sucesso em 1966, o movimento teve presença marcante entre 1967 e 1968 (D'Araujo; Joffily, 2019. Kinzo, 1988, p. 110). Outra tática de Lacerda foi tentar formar um terceiro partido político conforme possibilitava a legislação vigente. Caso o Governo Militar não criasse as sublegendas, talvez ideias semelhantes pudessem ter ganhado força e se somado às iniciativas em prol de eleições diretas. Por outro lado, em entrevista privada¹³⁸, quando questionado pelo cônsul americano em Belém Melvyn Levitsky sobre o possível ingresso em um partido formado por Lacerda, Gerson Peres afirmou que teria dito aos antigos amigos *udenistas* do Sul que isso seria como cortar a própria garganta porque – na sua visão – Carlos Lacerda teria ido longe demais em suas críticas, deixando-o completamente isolado. Apesar de ser favorável a um sistema multipartidário, o deputado afirmou acreditar não haver outra escolha a não ser se filiar ao partido do governo e considerava necessário o sistema bipartidário naquele momento. Anteriormente, o deputado já havia declarado ao consulado ser totalmente contrário às propostas de reformas apresentadas pelo governo antes do AI-2¹³⁹. Nos comentários do relatório, ao cônsul não passou despercebida a mudança de tom nas palavras de Gerson que, meses antes, teria criticado o presidente Castelo Branco em uma festa social e propunha pedir o retorno da democracia no Brasil durante a visita presidencial programada para setembro de 1966. O pedido nunca chegou a ocorrer, observou o cônsul.

Dessa forma, apesar do desconforto gerado pela disputa dentro de um só partido, essa foi a opção adotada pela maioria dos políticos locais. Por parte do MDB paraense, o partido conseguiu lançar candidaturas apenas em 35 municípios, concorrendo contra correligionários

¹³⁸ "Conversation with State Deputy Gerson Peres" (1967). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:337224/>

¹³⁹ "Agreement and Discord within the Pará Government" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363597/>

em dois (Castanhal e Juruti). Em nenhum, o partido concorreu sozinho, ou seja, sem adversários *arenistas*. De acordo com a reportagem d'A *Província do Pará* de 15 de novembro, os *emedebistas* não conseguiram lançar candidatos em quase três dezenas dos municípios “notadamente na zona da extinta Estrada de Ferro”.¹⁴⁰ Há de se acrescentar que, em quatro municípios, o MDB-1, por não ter candidato próprio, decidiu dar apoio a membros da Areninha, como em Abaetetuba¹⁴¹, município gerido por um interventor – engenheiro Marinadir José Miranda Santos – escolhido pelo governador e nomeado pelo presidente após a acentuação de conflitos políticos.¹⁴² O único município paraense no qual se identificou a disputa entre todas as legendas da ARENA e do MDB foi em Juruti, partido anteriormente liderado pelo PR, um partido menor.

Tabela 3 – Relação dos municípios paraenses identificando as chapas concorrentes em 1966

Município	Arena 1	Arena 2	MDB 1	MDB 2
Abaetetuba	Sim	Sim		
Acará	Sim	Sim		
Afuá	Sim	Sim	Sim	
Alenquer	Sim		Sim	
Almeirim	Sim	Sim		
Altamira	Sim		Sim	
Anajás	Sim			
Ananindeua	Sim	Sim		
Augusto Correa	Sim	Sim		
Aveiro	Sim			
Bagre	Sim		Sim	
Baião	Sim	Sim		
Barcarena	Sim	Sim	Sim	
Belém	AI-3			
Benevides	Sim	Sim		
Bonito	Sim	Sim		
Bragança	Sim	Sim		
Breves	Sim		Sim	
Bujaru	Sim		Sim	

¹⁴⁰ No Pará: MDB só concorre em 35 municípios e ARENA tem sub-legenda em 38. *A Província do Pará*, 15 nov. 1966.

¹⁴¹ Os demais municípios foram Curuçá, Igarapé-Miri, Marapanim.

¹⁴² Agenda: decretos. *Jornal do Brasil* (RJ), ed. 00119, 24 mai. 1966.

Cachoeira do Arari	Sim			
Cametá	Sim		Sim	
Capanema	Sim	Sim		
Capitão Poço	Sim	Sim		
Castanhal	Sim		Sim	Sim
Chaves	Sim	Sim		
Colares	Sim		Sim	
Conceição do Araguaia	Sim		Sim	
Curralinho	Sim	Sim		
Curuçá	Sim	Sim		
Faro	Sim	Sim		
Gurupá	Sim			
Igarapé-Açu	Sim	Sim		
Igarapé-Miri	Sim	Sim		
Inhangapi	Sim		Sim	
Irituia	Sim		Sim	
Itaituba	Sem candidatos			
Itupiranga	Calendário eleitoral diferente			
Jacundá	Sim			
Juruti	Sim	Sim	Sim	Sim
Limoeiro do Ajuru	Sim		Sim	
Magalhães Barata		Sim	Sim	
Marabá	Sim	Sim		
Maracanã	Sim		Sim	
Marapanim	Sim	Sim		
Melgaço	Sim		Sim	
Mocajuba	Sim	Sim		
Moju	Sim		Sim	
Monte Alegre	Sim		Sim	
Muaná	Sim	Sim		
Nova Timboteua	Sim	Sim		
Óbidos	Sim	Sim		
Oeiras do Pará	Sim		Sim	
Oriximiná	Sim			
Ourém	Sim	Sim		

Paragominas	Sem candidatos			
Peixe-Boi		Sim	Sim	
Ponta de Pedras	Sim	Sim		
Portel	Sim		Sim	
Porto de Moz	Sim			
Prainha	Sim			
Primavera	Sim	Sim		
Salinópolis	Sim	Sim		
Salvaterra	Sim		Sim	
Santa Cruz do Arari	Sim		Sim	
Santa Isabel do Pará	Sim	Sim	Sim	
Santa Maria	Sim		Sim	
Santana do Araguaia	Sim		Sim	
Santarém	Sim		Sim	
Santarém Novo	Sim		Sim	
Santo Antônio do Tauá	Sim		Sim	
São Caetano de Odivelas	Sim		Sim	
São Domingos do Capim	Sim	Sim		
São Félix do Xingu	Sim		Sim	
São Francisco do Pará	Sim		Sim	
São João do Araguaia	Sim	Sim		
São Miguel do Guamá	Sim	Sim		
São Sebastião da Boa Vista	Sim	Sim		
Senador José Porfírio	Sim		Sim	
Soure	Sim	Sim		
Tomé-Açu	Calendário eleitoral diferente			
Tucuruí	Calendário eleitoral diferente			
Vigia	Sim		Sim	
Viseu	Sim	Sim		

Fonte: A Província do Pará, 15 nov. 1966, p. 1 (Capa). Formatação: Flávio Matos

Contudo, se feito o retrospecto desde o início do ano de 1966, a possibilidade de cassar novos mandatos municipais com base no AI-2 via Poder Legislativo (ou seja, sem auxílio dos militares) foi empregada como forma de eliminar adversários políticos antes mesmo do pleito eleitoral. Mais uma vez, políticos aliados do PSD *baratista* que tinham sobrevivido à primeira

onda golpista foram alvo de investigações e acusações por parte de adversários. Somados a eles, uniram-se aqueles que optaram por se opor ao candidato dos militares ao governo do estado em 1965. Dessa forma, os dados das eleições municipais de 1966 possuem um filtro de candidatos aplicado antes das suas realizações. Enquanto os militares cassaram apenas três membros do antigo PSD paraense (Dionísio, Kzan e Ney) em julho do corrente ano, os edis do interior ampliaram esse número, que muitas vezes passam despercebidos nas pesquisas sobre o impacto da ditadura no âmbito dos estados brasileiros.

Novamente, servem-nos como pista os telegramas enviados pelas Câmaras Municipais à Assembleia Legislativa, como a de Óbidos, que comunicava a perda do mandato do prefeito Antônio Sena Santarém em janeiro de 1966.¹⁴³ Antônio Santarém era, na verdade, vice-prefeito, mas assumiu a titularidade devido à renúncia do prefeito Ciro Santos provocada por pressões dos militares.¹⁴⁴ Com a vacância do cargo após a cassação, a Câmara elegeu Antônio Brito de Sousa¹⁴⁵, membro fundador do Diretório Municipal da ARENA. Posteriormente, Santarém conseguiu retornar ao cargo judicialmente, mas não se encontrou registros de que permaneceu na política. No pleito daquele ano, as duas candidaturas para a prefeitura municipal de Óbidos foram lançadas pela ARENA, vencendo o candidato da sublegenda Haroldo Heráclito Tavares da Silva, ex-vereador do município.

Em agosto, o prefeito de Itupiranga, João Brasil Monteiro, – eleito no ano anterior – foi suspenso de suas funções pela Câmara “por motivo de afastamento ilegal”.¹⁴⁶ Contra ele, dois vereadores moviam ações acusando-o de irregularidades na gestão do município, chegando a levar o caso ao Tribunal de Contas do Estado¹⁴⁷. Apesar de no município não haver eleições agendadas para aquele ano, aparentemente os edis locais se valeram da janela aberta pelas outras cassações para obter o cargo. O prefeito, de acordo com informações do SNI, estava integrado ao grupo aliado do gov. Alacid Nunes¹⁴⁸ e possivelmente enfrentava políticos alocados junto ao campo jarbista da ARENA.

¹⁴³ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Extraordinárias. 11ª a 20ª Sessão, jan. 1966.

¹⁴⁴ VIEIRA, Carlos. O PANORAMA POLÍTICO DO MUNICÍPIO DE ÓBIDOS, NO PERÍODO DE 1964 A 1985. Disponível em: <https://www.folhadeobidos.com.br/index.php/o-que-rolou/item/6831-o-panorama-pol%C3%ADtico-do-munic%C3%ADpio-de-%C3%B3bidos-no-per%C3%ADodo-de-1964-a-1985>. Acesso em: 05 jan. 2023.

¹⁴⁵ José Tostes 50 anos. Disponível em: <https://obidense.com.br/conteudo/316/jose-tostes-50-anos>. Acesso em: 05 jan. 2023.

¹⁴⁶ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 28ª a 31ª Sessão, ago. 1966.

¹⁴⁷ Encaminhamento nº 0208/117/ABE/82. Irregularidades praticadas por João Brasil Monteiro, prefeito municipal de Itupiranga/PA, 18 mar. 82. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8.MIC, GNC.KKK.82002124.

¹⁴⁸ Informação nº 0450/115/ABE/82. Situação política no município de Itupiranga/PA, 27 mai 82. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002080_d0001de0001.

Ao analisarmos as diferentes documentações produzidas no período da Ditadura, como jornais, discursos parlamentares e relatórios da comunidade de informações, reiteradas vezes encontramos a probidade administrativa como um meio para pôr à prova a capacidade política dos grupos políticos, haja vista as contínuas e mútuas acusações de corrupção. Vinculada a isso, as acusações vertiam sobre envolvimento com contrabando de mercadorias no estado, crime comum à vida política local, segundo as pesquisas de Tupiassú (1964, 1968). Nos anais da Assembleia, não é difícil encontrarmos discursos aparteados que se seguem de interrupção com os dizeres “HÁ TUMULTO EM PLENÁRIO”, como quando o deputado Arnaldo Morais Filho (MDB) acusou de corrupção o governo Alacid por suspender publicações do Diário Oficial a fim de vetar nomeações.

O Sr. Arnaldo Morais Filho [MDB] – Isto aqui é que é corrupção nobre Deputado. Isto é safadeza. Se tivesse havido realmente uma revolução moralizadora, esse Governo [Alacid] não sobreviveria porque V. Exa. sabe que aqui existem as maiores indecências.

O Sr. Geraldo Palmeira [ARENA] – V. Exa. tem razão. Se esta Revolução houvesse sido moralizadora, V. Exa. estaria na cadeia, porque quando Secretário de Segurança liberou contrabando no navio “Marrequinha”.

- HÁ TUMULTO EM PLENÁRIO.¹⁴⁹

A região do Baixo Amazonas parece ter concentrado muitos dos eventos de conflitos políticos, além de Óbidos, o prefeito de Oriximiná também foi afastado, dando lugar ao sr. Raimundo Muniz de Figueiredo¹⁵⁰, que ocupou o cargo por apenas quatro meses até a posse do eleito Altino Bentes Guimarães, outro político próximo à Alacid Nunes, conforme sugerem os informes disponíveis no SNI. Essa proeminência do Baixo Amazonas sugere que o alinhamento aos militares foi muito tênue, abrindo brechas para uma atuação ativa do MDB, que obteve muitos votos na região em detrimento da região Bragantina onde não conseguiu lançar candidaturas.

Um conflito de onde se tem mais informações é o ocorrido em Castanhal. De acordo com os debates parlamentares, o governador Alacid havia pedido ao prefeito que renunciasse ao cargo, fato denunciado por José Maria Lins Chaves como um ato de perseguição.¹⁵¹ Em resposta, o líder do governo afirmou se tratar apenas do desejo do alcaide em concorrer nas eleições daquele ano, o que demandaria a renúncia sugerida pelo governador. Porém, na mesma sessão, realizada em setembro de 1966, Gerson Peres acrescenta que chegaram ao governador

¹⁴⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 32ª a 40ª Sessão, set. 1966.

¹⁵⁰ *Idem*.

¹⁵¹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 41ª a 50ª Sessão, set. 1966.

graves denúncias, imediatamente encaminhadas à Câmara Municipal e – *por iniciativa dela* – o prefeito Maximino Porpino Filho (MDB) foi afastado do cargo “com o objetivo de apurar denúncias e irregularidades”. Como prova documental, o deputado apresentou o ofício enviado pela Câmara ao governador, datado de 19 de setembro, comunicando a decisão do Legislativo. Assim, assinou o ofício Álvaro Menezes da Silva (ARENA), presidente da Câmara que assumiria a prefeitura na qualidade de interventor.

O pai de Maximino Porpino Filho foi o primeiro prefeito constitucional de Castanhal eleito na década de 1930 via Partido Progressista de oposição a Magalhães Barata. Quanto a Filho, ele foi eleito em 1963. Porpino Filho era filiado à UDN castanhalense e rivalizava com o grupo político de Lourenço Lemos, também *udenista* e seu predecessor no cargo de alcaide. Diferentemente do seu predecessor, Porpino Filho teria se aproximado das pautas nacionalistas como quando houve a realização de campanhas pelo interior do estado do Pará em defesa do petróleo, citadas no capítulo anterior. Nesse ínterim, no momento de formação do bipartidarismo, Maximino Porpino Filho ingressou no MDB, ao passo que Lourenço Lemos se tornava membro da ARENA. Em 1964, o prefeito havia sido afastado do exercício de suas funções pelos vereadores, mas conseguiu retornar ao cargo através de uma vitória judicial. Segundo informações do correspondente do *Correio Braziliense* (DF), o Legislativo de Castanhal ficara “inconformado, principalmente depois que o deputado Lourenço Alves de Lemos [ainda mais inconformado] passou a insuflar os edis”.¹⁵² As notícias sobre a crise política no município eram rebatidas pelo deputado na ALEPA. No contexto de afastamento de Maximino, Lourenço submeteu um requerimento destinado ao governador solicitando a ele que garantisse “o livre funcionamento do Poder Legislativo de Castanhal, ameaçado por um grupo de indivíduos que promoviam desordens no próprio recinto das reuniões”.¹⁵³

Por fim, o deputado Gerson Peres destacou o voto de um vereador do MDB na decisão de afastar o prefeito Maximino em 1966. Quando chegaram as eleições de novembro, Castanhal foi um dos dois municípios paraenses a registrar concorrência entre MDB-1 e MDB-2, ambos contra um candidato pela ARENA-1. Provavelmente, devido à fragmentação das forças *emedebistas* e o afastamento do principal cabo eleitoral, o próprio prefeito, a vitória pela prefeitura acabou nas mãos dos arenistas com candidato apoiado por Álvaro Menezes.

Além de Castanhal, Óbidos, Itupiranga e Oriximiná, identificou-se cassações de mandato em São Miguel do Guamá, onde o prefeito Andrassy Viana de Carvalho foi suspenso e

¹⁵² NOTIFICIÁRIO DOS ESTADOS. *Correio Braziliense*, ed. 01201, 20 ago. 1964.

¹⁵³ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 1ª a 6ª Sessão, jul. 1964.

posteriormente cassado com as contas reprovadas pelo Legislativo¹⁵⁴. Três dias antes do pleito ainda, ou seja, no dia 12 de novembro, foram nomeados interventores para Ananindeua (Themístocles Santana, ex-PSD) e Monte Alegre (Francisco Leão). Nesse período, o Congresso Nacional se encontrava fechado por determinação do presidente.

Entre as dificuldades enfrentadas pelos *emedebistas* para as eleições, uma das mais citadas é a organização de comícios nos interiores. Arnaldo Moraes (MDB), aproveitando o ensejo das denúncias sobre os casos de malária em Muaná (PA), compara o estado de calamidade na saúde com os eventos políticos ocorridos em São Francisco do Pará, município conhecido pelo nome de Anhangá.

O Sr. Arnaldo Moraes – [...] Eu peço licença nesta oportunidade para revelar a opressão que está sofrendo o povo de um município próximo de Belém. Além da opressão desigual da doença, está sofrendo o povo de Anhangá uma opressão policial que vem refletir perfeitamente a situação de desequilíbrio em que se encontra o nosso Estado.

Tenho em minha pasta, um documento cuja leitura vou fazer e que representa uma denúncia que faço, para que a voz de um Deputado desta Assembleia possa chegar ao Governador do Estado que tem demonstrado a sua *imparcialidade no pleito* e possa também, chegar até aos Comandos Militares, porque como o caso de Muaná, este *caso de opressão* é também um caso de calamidade pública.

De acordo com o deputado, o delegado Elias Jorge havia se recusado a autorizar a realização de dez comícios do MDB a serem realizados em diferentes pontos da cidade. Em resposta ao ofício apresentado pelos *emedebistas* Antônio Santos e Raimundo Martins de Lima (respectivamente, presidente e secretário do diretório municipal), o delegado os autorizava a “procurar os seus direitos previstos, com o [seu] superior”, pois, da sua parte, “não permit[ria] nenhuma exibição Política principalmente *contra a correta administração* que se encontra no País”.¹⁵⁵ Saiu em defesa do delegado o já citado deputado Lourenço Lemos (ARENA). Em aparte, o deputado afirmava que:

O Sr. Lourenço Lemos – [...] O Município de Anhangá está sob minha orientação e o Delegado de Polícia de lá, *foi nomeado a meu pedido*. Eu não discordo da história de V. Exa., mas posso lhe garantir que se for verdade, eu serei o primeiro a interferir junto a S. Exa. o Governado e tomarei as providência para que o Delegado de Polícia de Anhangá seja demitido.

Quanto à Aliança Renovadora, as dificuldades eleitorais giravam em torno do processo de escolha dos candidatos, haja vista a fartura de nomes passíveis de concorrer. Cita-se o caso

¹⁵⁴ Câmara cassa o prefeito de Guamá. *A Província do Pará*, 10 jul. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁵⁵ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 51ª a 64ª Sessão, out. 1966.

da ilha do Marajó, arquipélago onde se estabeleceram influentes famílias políticas cujo prestígio estava sedimentado em grandes fazendas outrora propriedade dos jesuítas no período colonial, como os Chermont, os Miranda e os Montenegro (Weistein *apud* Bezerra Neto, 2012, p. 149). De lá, era oriundo o deputado Abel Figueiredo, formado em odontologia e professor catedrático da UFPA, membro fundador do PSP e deputado estadual desde 1947, tendo sido presidente da ALEPA durante a década de 1950, o que lhe proporcionava ocupar interinamente o governo do estado ocasionalmente (Cruz, s/d, p. 95-97). Em março de 1966, aventava-se propor a retomada do sistema do PSD na escolha dos candidatos:

Informe Especial – ARENA: querem reviver a política de Magalhães Barata

O Sr. Abel Figueiredo, tradicional líder político do município de Soure e adjacências, sempre fiel à v[...] Coligação Democrática Paraense de cujos quadros [...] Jceu a Arena, que ele ajudou a fundar em nosso Estado vem sendo o alvo preferido das recriminações de alguns deputados que se queixam das suas *'invasões' aos redutos eleitorais que comandam*. Por ironia ou sorte, o político marajoara é até acusado de *'invadir os próprios municípios onde exerce liderança há dezenas de anos...*

Essa foi a tônica da reunião da bancada governista, provocada pelo sr. Romeu Santos e presidida pelo líder Gerson Peres. Em função disso fortaleceu-se mais a ideia que ganha corpo entre os deputados governistas de exigir da direção da Arena a redistribuição política do Estado, com o compromisso e a obrigação de ninguém atuar dentro da área de ação do outro companheiro de partido.

Essa tese pressupõe a necessidade de uma liderança forte, autocrática, sob pena de fracasso. Recordar-se que *só ao tempo de Magalhães Barata se praticou tal política dentro do P.S.D., onde cada líder respeitava a jurisdição do outro*.¹⁵⁶

Em Bragança, zona mais populosa do estado devido à Estrada de Ferro em cujas margens se assentaram diferentes vilas, os membros do PSD disputavam com os políticos coligados do PSP. Enquanto a formação dos diretórios regionais teve o prazo de março de 1966, os municipais contaram com uma extensão devido às necessárias negociações para a sua composição. Os grupos formados por Lobão Silveira (senador, PSD), Simpliciano Medeiros (deputado estadual, PSP) e Emílio Ramos (PSP) buscavam se cacifar no comando da ARENA bragantina.¹⁵⁷ Ora, negociar é algo natural a qualquer instituição, no entanto – argumenta-se – se o modo com o qual as escolhas foram feitas se pautaram na cultura política construída em cada lugar, por conseguinte, as escolhas eram feitas com base na identidade criada anteriormente. Berstein (2009) observa que há uma pluralidade de culturas partidárias, algumas remanescentes e outras em vias de emergir. “Assim, as culturas políticas, longe de constituírem conjuntos fixos e imutáveis, conhecem evoluções ligadas às constantes modificações da

¹⁵⁶ ARENA: querem reviver a política de Magalhães Barata. *A Província do Pará*, 04 mar. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁵⁷ Os diretórios que faltam. *A Província do Pará*, 17 mai. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

conjuntura histórica” (*Idem*, p. 38). Essa pluralidade – dentro desse raciocínio – possibilita considerarmos que – assim como há elementos comuns a um país ou estado – existem características próprias da micros e mesorregiões também, ora adaptadas em continuidades e rupturas.

Enquanto os relatórios do SNI tratam Jarbas Passarinho como um articulador político, Alacid é descrito enquanto um agente que atua de má vontade de modo que os reais articuladores seriam os políticos a lhe cercar, tais como seu sogro Abel e seu chefe de gabinete Oswaldo Melo. As linhas entre os dois grupos parecem tênues, permitindo a transição de alguns sujeitos, no entanto, parece seguro considerar que os grupos empresariais e mais intelectualizados, como redes externas ao estado, estiveram com Passarinho (como os citados no tópico anterior), enquanto os políticos mais provincianos voltados para as realidades locais se estabeleceram ao lado de Alacid Nunes.

As disputas entre grupos se estenderam para outros municípios do estado tal qual o exemplo da política marajoara. O deputado Victor Paz (ARENA), em sessão na ALEPA, denunciava os conflitos, citando as dificuldades encontradas na cidade de Santa Izabel, cujo prefeito era Raimundo Possidônio de Lacerda, comerciante nascido em Tracuateua (PA). De acordo com o deputado:

O Sr. Victor Paz – [...] Pretende o Prefeito subornar alguns Vereadores, para os mesmos atinarem para sua cartilha, pois os nobres colegas bem sabem que estão próximas as eleições em todo o território paraense, e, S. Exa. dizendo que dirige uma ala da sub-legenda da ARENA em Santa Izabel, quer por esse motivo, por essa maneira, influenciar a ARENA de Belém do Pará, querendo ver se por essa manobra consegue uma votação que lhe dê, pelo menos, uma esperança de continuar na ARENA.

Possidônio, ao ser convocado para prestar depoimento no IPM sobre fatos relacionados à vida política de Benedicto Monteiro em 1964, declarou ao tenente-coronel José Ribamar Goulart de Carvalho ter se mobilizado juntamente ao delegado da cidade para prejudicar a realização de um comício em prol do Monopólio Integral do Petróleo, organizado pelo engenheiro Honório da Silva e Souza. Em 1966, as tentativas do prefeito eram de evitar o ingresso de opositores no seio da ARENA, conforme denúncia de Victor Paz, repercutida nos jornais, na qual ponderava: “Acrescentou [o deputado] que embora pertencendo à ARENA, tem mágoas com a Revolução, pois a mesma tem permitido o ingresso em suas fileiras de elementos oportunistas, como o Prefeito de Santa Izabel do Pará”.¹⁵⁸

¹⁵⁸ Denúncias sobre interior na Assembleia. *A Província do Pará*, 05 out. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Ante às cassações prévias sofridas pelo Diretório do MDB e as provocadas no interior do estado, somada às negociações no processo de filiação dos políticos aos novos partidos e às dificuldades de implementar a campanha; não é de se estranhar a retumbante vitória obtida pela ARENA nas eleições de 1966. Álvaro Kzan, no mês anterior a sua cassação, havia anunciado o número de 76 diretórios municipais registrados em todo o estado pelo MDB¹⁵⁹, porém – como observamos – só 35 resistiram às perseguições políticas empregadas pelos militares e pelos civis ocupantes de cargos eletivos (como vereadores e prefeitos) e lançaram candidatura. O autoproclamado Bloco Parlamentar Revolucionário, formado no interior da ALEPA, chegou ao pleito com força total para consagrar os seus candidatos. O voto na ARENA é constantemente relacionado aos dados objetivos sobre as realidades locais, como baixo nível de escolaridade e população inferior a 30 mil habitantes (Kinzo, 1988. Motta, 2008. Grinberg, 2009); porém, cabe a nós darmos destaque às condições do fazer político proporcionadas por esses dados. Em municípios pequenos, constantemente é utilizado o recurso do *favor* para se obter algo, como vaga no sistema de ensino, emprego, financiamento etc. Sendo assim, a vitória da ARENA não é, necessariamente, apoio à Ditadura; assim como o ingresso na ARENA não é um apoio integral às ações do governo. A questão da representação política, segundo Grinberg (2009), foi um ponto de atrito entre Governo e partido, levando a críticas públicas realizadas pelo presidente da legenda Adauto Lúcio Cardoso quando ocorreram cassações em 1966. Dentro dessa aliança entre civis e militares, argumenta Napolitano (2015), havia um leque de colaboracionismo, de modo que os grupos – apesar de apoiadores da Ditadura Militar – divergiam entre si sobre o *modus operandi* do governo formado.

Ademais, além de relações clientelistas, é fundamental compreendermos que houve quem se identificasse de fato com as bandeiras sustentadas por cada uma das legendas criadas pelo bipartidarismo. Acerca do argumento sobre como os Governos Militares buscaram construir consenso através da concessão de benefícios públicos, Carvalho afirma:

Essa argumentação pode nos ser bastante útil para pensar o emprego de práticas clientelistas como forma de produzir o apoio social à ditadura, fortalecendo as posições dos políticos arenistas – o que, de resto, coloca-se como um elemento tradicional das relações políticas no Brasil. Acreditamos, porém, que ela não é a única a explicar os votos da Arena, pois se concentra exclusivamente numa variável não ideológica. Ao fazer isso, despreza o dado de que, assim como o MDB conquistou votos defendendo ideias sobre liberdade, distribuição de renda, custo de vida e desigualdade social, os candidatos arenistas também apresentaram suas bandeiras, embora sobre elas tenhamos pouco conhecimento. (Carvalho, 2010, p. 240)

¹⁵⁹ Kzan volta anunciando campanha nacional do MDB pelo voto direto. *A Província do Pará*, 25 jun. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Ora, apesar das fontes consultadas para esse trabalho não nos possibilitarem mapear quais discursos foram mobilizados por todos os candidatos da ARENA e do MDB no estado, a propaganda eleitoral publicada em destaque n'A *Província do Pará* nos viabiliza inferir com quais grupos e a partir de quais signos os candidatos dialogavam com os seus interlocutores. Entre outubro e novembro de 1966, o jornal publicou pequenos anúncios dos candidatos e – após a apresentação de um grupo nas edições da semana – realizava uma publicação em página inteira com traçados pontilhados no papel que possibilitavam ao eleitor – supõe-se – recortar a fim de levar consigo no dia das eleições.

Com um expressivo cabeçalho indicando o voto em Passarinho, repetindo seu nome várias vezes, o informe d'A *Província* continha, na maioria dos casos, uma fotografia dos candidatos a deputado e vereadores de Belém com um slogan próprio (Figura 7). Martins Jr. (por exemplo) era anunciado como aquele que “As classes produtoras do Pará levarão [sic] a Câmara Federal”. De Hermes Filho era ressaltado o seu “Trabalho constante pelo desenvolvimento e redenção econômica e social dos paraenses”. As frases remetiam a possíveis memórias do eleitorado sobre as atividades políticas e públicas dos candidatos, como Arnaldo Prado, autodenominado “O médico que restaurou a Saúde Pública no Pará”.

Figura 7 – Propaganda eleitoral dos candidatos da Arena às eleições de 1966



Fonte: A *Província do Pará*, 4 nov. 1966, Cad. 2, p. 4.

Para alguns candidatos, ainda havia outro espaço no jornal no qual se disponibilizava ao leitor uma pequena biografia do candidato, sempre abaixo de uma fixa biografia de Jarbas Passarinho (cujo suplente era Milton Trindade). As biografias davam destaque à atuação no meio empresarial, no serviço público e dentro da própria vida político-partidária, como se observa na Imagem cujo biografado era o advogado Camilo Montenegro Duarte, descendente do governador do Pará Augusto Montenegro. Dele, a matéria destacava o passado de militância junto ao movimento estudantil por meio da União dos Secundaristas e da Juventude Estudantil Católica, assim como a secretaria do Diretório Acadêmico de Direito e a presidência da União Acadêmica Paraense (UAP). Além disso, chama a atenção designação feita pelo governador Cattete Pinheiro para o exercício interino da cadeira de Legislação do Trabalho e Organização da Escola de Engenharia do Pará.

Figura 8 – Biografia de Camilo Montenegro Duarte na coluna especial dos candidatos arenistas em 1966.



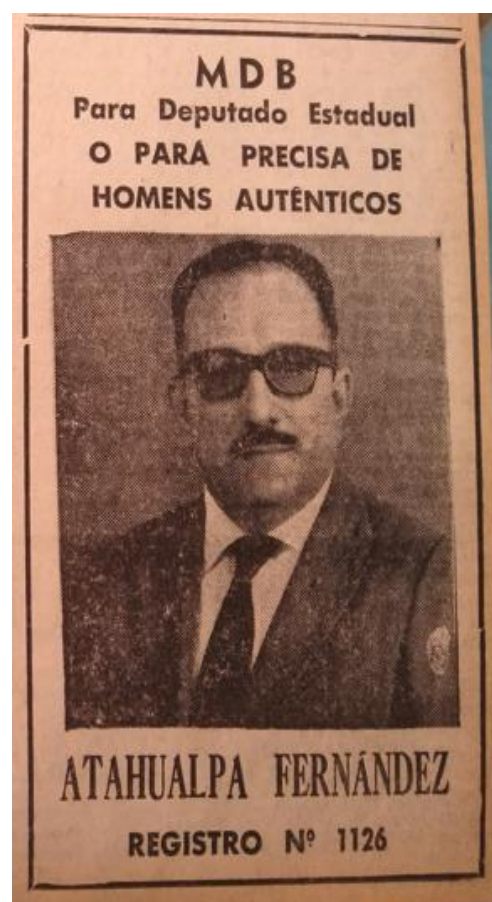
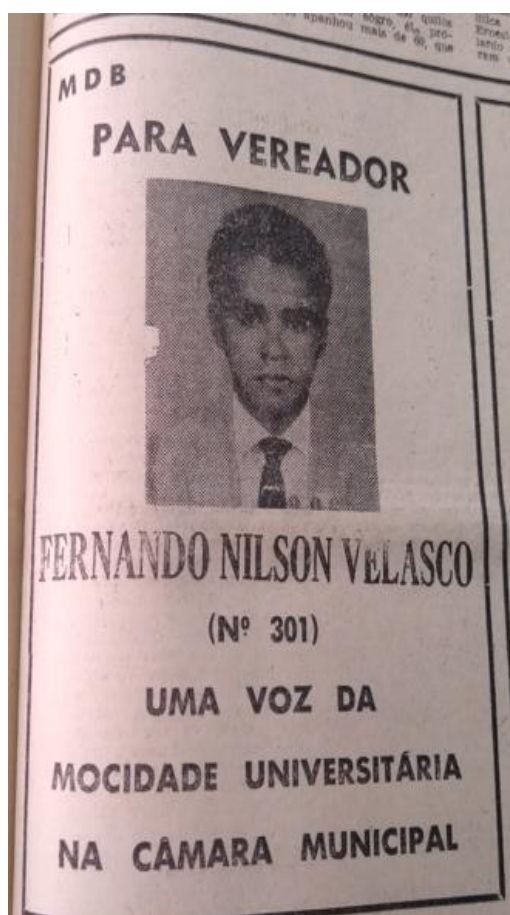
Fonte: *A Província do Pará*, 6 nov. 1966, Cad. 2, p. 3.

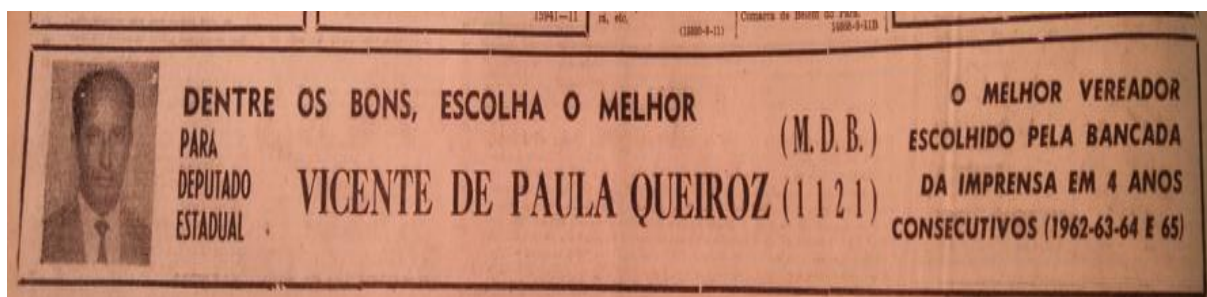
Grinberg (2010), que consultou o acervo de correspondência trocadas pelo Diretório Nacional da ARENA com correligionários do país inteiro, identificou que – muitas vezes – os políticos introduziam as suas missivas com apresentações, relatando o seu passado de atuação política, em certos casos pregressa ao bipartidarismo, como forma de demonstrar o seu capital político e legitimidade. Contrariando a ideia de artificialidade atribuída aos partidos, a documentação consultada por ela indica intensa atuação dos políticos junto as suas bases. Para a autora:

As maneiras de participar da organização, mais ou menos engajadas, [...] não podem ser entendidas senão a partir da perspectiva da participação política. Quer dizer, essas atitudes, que têm sido registradas principalmente como adesismo, expressam alternativas de participação política favorável à ditadura. Seja em pequenos municípios do interior ou nas grandes metrópoles, houve empenho de boa parte da sociedade em organizar a Arena, seus diretórios, suas candidaturas, possibilitando a realização de eleições em todo o país. A manutenção da estrutura para realizar as disputas eleitorais pelo poder local indicam, a nosso ver, um dos pilares do respaldo social que possibilitou uma duração tão longa ao regime autoritário. (Grinberg, 2010, p. 258)

As candidaturas da ARENA, portanto, além dos aspectos clientelistas, dialogavam com os interesses de grupos sociais e mobilizavam um discurso político comum. Como indicado no tópico anterior sobre o discurso político e Amazônia, os slogans das candidaturas são exemplo de como os grupos políticos locais desejaram participar dos partidos e do debate público não como meros colaboradores, mas como sujeitos atuantes, ainda que isso tenha sido limitado pelos reiterados Atos Institucionais e seus complementos.

Figuras 9, 10 e 11 – Propaganda eleitoral dos candidatos do MDB em 1966.





Fonte: *A Província do Pará*, 30 out. 1966, Cad. 1, p.7. *A Província do Pará*, 5 nov. 1966, Cad. 1, p. 5. *A Província do Pará*, 9 nov. 1966, Cad. 2, p. 2.

Com menor espaço, talvez por uma questão orçamentária, haja vista as cobranças pecuniárias feitas publicamente pelo Diretório aos filiados, o MDB contou com pouca publicidade n’*A Província*, não havendo página especial para os seus candidatos, mas apenas o anúncio individual. Dos quatro candidatos pelo MDB encontrados, um optou por dar destaque a uma foto sua (a saber, João Menezes) e os demais se utilizaram de slogans. Fernando Nilson Velasco, único universitário concorrente¹⁶⁰, apresentava-se como “Uma voz da mocidade universitária na Câmara Municipal”, mobilizando um grupo que começava a se rearticular politicamente. Atahualpa Fernandez, ex-PSD, autoproclamava-se “autêntico” e afirmava ser a necessidade do Pará. Não se confunda isso com a campanha dos autênticos do MDB levada a cabo na década de 1970, é mais provável a tentativa de se vincular a uma autenticidade *pessedista*. Por fim, o presidente do Diretório Municipal de Belém, o advogado Vicente de Paula Queiroz dava destaque a sua atuação pregressa enquanto vereador.

Ao todo, foram registradas 167 candidaturas em Belém e aproximadamente 2.000 em todo o estado do Pará¹⁶¹. De acordo com Tupiassu (1968, p. 40), os números representam uma redução de candidatos quando comparado ao pleito anterior (1962), causada – indica o autor – pelo bipartidarismo. Conforme o Quadro, para a Câmara Federal, a maioria dos candidatos pelo MDB vieram do PSD, enquanto os candidatos da ARENA possuíam origem na Coligação Democrática Paraense, especialmente à UDN. Em Informe Especial, *A Província* fez o seguinte balanço sobre a Assembleia Legislativa:

- dos 34 atuais deputados, apenas 26 concorreram à reeleição – 2 tentaram a Câmara Federal (Hélio Gueiros e José Maria Chaves); 2 tentaram prefeituras municipais

¹⁶⁰ Jader Barbalho, filho do deputado Laércio Barbalho, concorreu a sua primeira eleição em 1966, logrando sucesso como eleito para a Câmara Municipal de Belém pelo MDB. Naquele ano, o hoje senador, ainda se encontrava na transição do Ensino Clássico para a Universidade, sendo calouro da Faculdade de Direito somente quando tomou posse do cargo.

¹⁶¹ *A Província do Pará*. Os números do pleito, 13 nov. 1966, Cad. 1, p. 1. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

(Sandoval Bordalo, eleito em Curralinho, e Ubaldo Corrêa, derrotado em Santarém); 4 outros ficaram à margem das disputas (Geraldo Palmeira, Raimundo Noleto, Henrique Corrêa e Célio Lobato).¹⁶²

Quando os dados das urnas foram consolidados, pelo MDB, foram eleitos 2 deputados federais pertencentes ao antigo PSD. Pela ARENA, a maioria veio do PTB e da UDN, cada um com dois representantes (Tupiassu, 1968, p. 46). Assim, os antigos partidos paraenses inseridos na dinâmica bipartidária mantiveram o seu crescimento eleitoral em detrimento da redução das forças *pessedistas*, agravadas – claro – pelas arbitrariedades da Ditadura. Queirós (2021, p. 129), ao analisar comparativamente os dados do Amazonas entre 1962 e 1966, identificou uma proeminência do PSD nas candidaturas da ARENA (37%), enquanto o MDB possuiu uma constituição mais diversificada entre PL (21%), PSB (17%), PTB (17%) e PRT (17%). A continuidade identificada nos partidos assinala que – por parte dos grupos políticos – as agremiações não foram apenas marionetes numa peça armada pelos militares, conforme pesquisas realizadas em diferentes pontos do país a exemplo da Paraíba, Paraná e Amazonas (Sobreira, 2018. Batistella, 2019. Queirós, 2021), houve interesse da classe política em manter as suas bases políticas ativas e operantes, mesmo em meio às dificuldades geradas pelos Atos Institucionais. Sendo assim, a ARENA – sugere Sobreira (2018) – precisa ser entendida para “além do sim, Senhor”, compreensão que estendo ao MDB, o dito partido do “sim”.

Tabela 4 – Vinculação partidária pregressa dos candidatos a deputado federal

VINCULAÇÕES	NA ARENA	NO MDB	NO TOTAL
Ao PSD	2	5	7
À UDN	6	-	6
Ao PSP	1	1	2
Ao PTB	3	-	3
Ao PR	2	-	2
Ao PDC	1	-	1
Ao PL	1	-	1
Sem vinculações definidas	1	1	7 ^a

(a) Provável erro de digitação na publicação original, deveria ser 2.

Fonte: Tupiassu, 1968.

¹⁶² Informe Especial: Algumas observações sobre o resultado das eleições. *A Província do Pará*, 17 dez. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

3. 1968: limites das acomodações e crises das alianças

Neste último capítulo, voltar-nos-emos um pouco melhor para as questões teóricas aplicadas à pesquisa. Tradicionalmente, isto se faz à guisa de introdução, porém, considero o ano de 1968 um ponto chave para compreender os limites da cultura política brasileira ora definida enquanto propícia à conciliação, com base na tríade de Motta (2014): acomodação-adesão-resistência. Ao longo das páginas anteriores, apresentamos as continuidades nas relações políticas dos partidos na abrupta transição do sistema multipartidário para o bipartidarismo criado pelos militares. Ressaltamos como, no Pará, o modo de organização do PSD foi paulatinamente apropriado pelos *arenistas* na construção do novo partido no estado, em contraste com o MDB, que teve início pífio, conseguindo apenas conservar de início o núcleo de lideranças *pessedistas*. Da mesma forma, destacamos como o discurso sobre a Amazônia foi um meio de aglutinar as diferentes lideranças político-empresarias no partido de apoio aos Governos Militares, isso em contraposição às abordagens que tratam os partidos políticos – em especial a ARENA – como elementos decorativos no regime de exceção levado a cabo pelos militares com apoio e participação de setores civis. Resta-nos, portanto, analisar o alcance das negociações/acomodações entre políticos e militares e definir qual era o limite para negociar. As aparentes contradições da Ditadura, entre forças conservadoras e modernizantes, podem ser – corroborando a perspectiva de Motta – compreendidas a partir da cultura política brasileira e – acrescento – das dinâmicas regionais, afinal, recuperando as definições de Bernstein (2009) – a cultura política abriga em si pluralidades que a compõe.

O Ato Institucional nº 5 é recorrentemente entendido enquanto um momento de inflexão nos marcos cronológicos da Ditadura Militar, a exemplo da colocação de Zuenir Ventura para 1968 como “o ano que não terminou” ou das concepções de “golpe dentro do golpe”, que o compreendem a partir de uma vitória de duros sobre moderados das Forças Armadas. Contraditoriamente, o governo Costa e Silva era esperado como um momento de maiores liberdades civis, haja vista o término de vigência das cassações autorizadas pelo Ato Constitucional nº 2 (Fico, 2017). Em 1967, a República passaria a ser conduzida segundo as novas definições constitucionais presentes na Carta Magna promulgada à força pelo presidente Castelo Branco. Essa sensação ilusória de abertura do Governo proporcionou uma retomada da organização pública do movimento estudantil e dos sindicatos de trabalhadores urbanos. Ademais, a impossibilidade de cassar mandatos sem autorização do Poder Legislativo deu novo vigor à atuação dos políticos opositores abrigados no MDB e possibilitou aos parlamentares *arenistas* proferir críticas ao Governo a fim de obter maiores benefícios aos seus estados.

Destarte, a Ditadura implementada supostamente em defesa da democracia se encontrava diante de contradições inegáveis, tais como manter os partidos sob controle, porém sem intervir neles na ausência de Atos vigentes. O *sistema híbrido* ensaiado pelos militares abria brechas para a reorganização das forças opositoras nos canais ainda existentes, o que – até certo ponto – era desejado, no entanto, atraíam outros atores políticos para a disputa como os estudantes. Os planos econômicos, tais como os voltados para a região Amazônia, eram utilizados como escopo das críticas ao Governo, que não tinha meios de censurar explicitamente a repercussão das falas. Políticos tidos como “esquerdistas” ou corruptos pelos agentes da comunidade de informações compunham o bloco de apoio ao Governo nos parlamentos dos diferentes níveis do Estado ou encontravam trânsito livre para dar continuidade a sua atuação política em secções do MDB. Assim, para entendermos essas contradições e as suas implicações na trajetória dos partidos políticos a nível de suas secções paraenses, começemos pelo debate conceitual.

Fico (2017) realizou um extenso balanço acerca dos principais debates historiográficos sobre a Ditadura Militar no Brasil, refletindo desde as acusações de revisionismo feitas à parte da historiografia recente, até ao tabu em torno da sensível memória que tem no movimento estudantil o seu momento emblemático para o período, embargando questionamentos e análises acuradas sobre a sua participação política durante os anos de chumbo para além da categoria de vítimas. Dentre os subtópicos inclusos no revisionismo, Fico enseja o debate sobre as abordagens historiográficas na qual se emprega o conceito de cultura política, taxadas sob o rótulo de culturalismo pelos seus críticos. Apesar de considerar correta a inclusão dessas abordagens dentro do campo do revisionismo, o autor afirma estarem deslocadas a crítica ao conceito. Ao invés de acusar essas abordagens de deterministas – o que anteriormente se fazia ao marxismo sob o viés econômico – Fico considera haver, na verdade, fragilidades imanescentes ao conceito. Isso porque, no seu entender, os debates realizados por autores como Motta e Rollemberg, sustentados a partir de aparentes contradições e consensos dentro da Ditadura (como a não punição ou perseguição de determinados sujeitos por suas capacidades técnicas ou vínculos pessoais), trata-se de seletividades do aparelho repressivo, em nada se contrapondo ou agindo de maneira paradoxal em relação aos objetivos dos planos governamentais. Fico atribui a uma crise teórica datada do final do século XX a fuga para o empirismo e a utilização de conceitos aplicáveis a estudos históricos específicos. Em síntese, para Fico (2017, p. 23-24): “O potencial explicativo da cultura política brasileira decresce bastante diante da afirmação de que a flexibilidade se devia em parte à heterogeneidade da base de apoio do regime militar, entrando a cultura política apenas como dimensão influenciadora”.

Quer dizer, à medida que se acentua nas análises as diferenças entre os grupos componentes do golpe ou os interesses na modernização das universidades (objeto de pesquisa de Motta) ou o emprego de laços pessoais a fim de evitar cassações, o conceito perderia a sua vitalidade, dado que – segundo Fico – a explicação dos acontecimentos residiria mais em causas externas do que na cultura política. A crítica é rígida e parece inevitável. Ora, como não esperar que políticos (nosso objeto aqui) recorressem às suas redes de apoio e alianças a fim de se preservar assim como aos seus quadros partidários? Como não esperar “vista grossa” para alguns setores de um Governo recém-chegado cujo bojo era formado por uma vasta frente ampla golpista? A busca por consensos, indicados por Quadrat e Rollemberg (2010. 2015), não são inerentes a qualquer organização?

Em resposta ao artigo, Motta (2018) publicou outro explicando as possibilidades de utilização do conceito e a aplicação desse aporte à sua pesquisa sobre as universidades durante o regime militar (Motta, 2014). Primeiramente, o autor demarca as bases sob as quais o conceito se assenta. Apesar de sua origem na ciência política estadunidense, os debates sobre a cultura política reacendem a partir da instrumentalização feita pela historiografia francesa no contexto da renovação dos estudos de História Política na década de 1990. Historiadores como René Remond (2003) vinham buscando renovar o campo ainda no início da segunda metade do século XX, entretanto, é se aproximando do final desse século que os diálogos com a antropologia, especialmente, intensificam-se, recusando perspectivas nacionalistas e excessivamente generalistas presentes na concepção estadunidense.

A proposta defendida por autores como Motta e Bernstein tem na cultura política uma baliza para compreensão de fenômenos e dinâmicas políticas a partir de tradições, identidades e representações, não amarras deterministas. Dizer que há elementos comuns a um grupo ou a grupos inseridos num mesmo espaço não significa afirmar escolhas únicas comuns a todos. Apenas se compreende por que algumas escolhas, símbolos, discursos se tornam viáveis em detrimento de outros. Sendo assim, a identificação de muitos casos de negociação e acomodação durante a Ditadura Militar – quando comparado às experiências vividas em outras Ditaduras do Cone Sul – sugerem a marca de uma baliza comum a diferentes sujeitos. Conforme Motta (2018, p. 113), “O argumento é que as escolhas podem sofrer a *influência da cultura política*, que oferece aos agentes alguns padrões de ação já inscritos nas tradições, mais atraentes e viáveis por terem gerado sucesso em ocasiões anteriores”. Portanto, sim, parece lógico o recurso a laços pessoais ou à busca de consenso por parte do Governo, entretanto, o modo expressivo como se torna possível esse recurso denota características próprias e não algo inerente/natural.

A compreensão dos traços de uma cultura política brasileira voltada para a negociação de conflitos, considerada de longa data, segundo Rego (2008), podem complexificar as análises da Ditadura brasileira, saindo dos lugares comuns de análise como o foco nas vítimas emblemáticas, ponto de crítica de Fico (2017) inclusive. Evidentemente, essas opções de negociação presentes na cultura política não eram comuns a todos os setores sociais, define Motta (2018, p. 119-120):

Acomodação permite integrar este sentido [de conciliação como tradição brasileira “pelo alto”] e ampliá-lo, para incluir também arranjos em outros espaços sociais e institucionais, com envolvimento de outros atores, como intelectuais, acadêmicos e produtores culturais, e mesmo setores populares. Nem sempre se trata de acordos explícitos, mas, de arranjos táticos, permitindo acomodar conflitos e tensões, tal como sugere a metáfora geológica que se encontra na raiz da palavra. Aspecto importante da acomodação é que ela envolve dois campos, ou dois lados, em um jogo de concessões mútuas. Para o jogo funcionar há que existir uma via de mão dupla, embora quase sempre se trate de situações de poder assimétricas.

A citação – além de definir a potencialidade conceitual – indica outro motivo de sua vitalidade. As negociações, apesar de assimétricas, não foram de interesse apenas daqueles que buscavam evitar arbitrariedades, foram uma opção ofertada também pelos agentes dos Governos Militares. Saindo um pouco do campo partidário *stricto sensu*, podemos citar como um caso de negociação no Pará, a ajuda ofertada por Jarbas Passarinho a André Avelino Costa Nunes.

Militante do Partido Comunista desde a década de 1950, quando ingressou aos 17 anos, André Nunes, a princípio, participou do movimento estudantil secundarista em Belém, passando à União Acadêmica Paraense (UAP) ao ser aprovado para a Faculdade de Economia. Filho de um seringalista da região do Vale do Xingú (Altamira – PA), Nunes esteve presente nas movimentações políticas do partido junto às bases sociais, especialmente devido ao crescimento do PTB, partido no qual os comunistas conseguiam espaço para concorrer aos pleitos eleitorais. De acordo com suas memórias¹⁶³, um dos principais assessores do deputado *petebista* Benedito Monteiro – a saber, o comunista Sebastião Hoyos – foi apresentado por ele.

Apesar de não ter sido preso, André Nunes alega ter sido convocado a depor várias vezes após o golpe de 1964, ficando “à disposição” para depoimento das 07h00 às 22h00, sem comer e conduzido até os locais de depoimento e para seu domicílio sob escolta militar do Comando

¹⁶³ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com André Avelino da Costa Nunes Netto. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 03min e 22seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1266>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Militar da Amazônia. Não se localizou no banco de dados do Arquivo Nacional documentos diretos, mas seu nome consta em prontuários de outros sujeitos fichados pelo SNI enquanto parte de conexões “esquerdistas”.

Ainda segundo suas memórias, após o golpe, crentes de que a situação de exceção não duraria, Nunes juntamente com outros militantes do PCB montaram uma fábrica de parques infantis chamada Central Parque, inicialmente instalada no Largo de Nazaré (centro da capital paraense) e, posteriormente, atrás do cemitério Santa Isabel. Os militantes postos em liberdade pelos militares (como os sindicalistas), não podendo retornar aos seus antigos empregos, eram orientados por Humberto Lopes a se tornarem trabalhadores da fábrica. O faturamento – segundo Nunes – era dividido entre os militantes como forma de subsistência. O empreendimento faliu, porém, antes disso, Nunes afirma ter recorrido ao apoio de Jarbas Passarinho a fim de manter o estabelecimento. Recorda André Nunes (AN)¹⁶⁴:

Edilza Fontes (EF) – Ela faliu, essa fábrica?

AN – Com certeza, mas tivemos *uma ajuda grande* na hora dos inspetores de dois caras que ajudaram: um foi o coronel Jarbas Passarinho, que era Ministro da Educação, e aí *eu fui lá com ele*, ele estava comprando um mundo de parques infantis para todo o Brasil, aí só tinham duas fábricas que ganhavam tudo no Brasil, enormes, Inespar, no Paraná e tal. Aí eu digo: “-Eu só quero aquele pedacinho lá do Pará e tal.” Aí o Jarbas...

EF – Falou de Brasília com ele?

AN – Brasília não, era no Rio. O Ministério da Educação funcionava no Rio. Aí eu acho que o Jarbas falou lá para os caras e aí eu ganhei a licitação daqui.

EF – Mesmo sabendo que tu eras comunista?

AN – Mas mesmo, mesmo. “-Vou quebrar o galho desse tal.” E eu tinha um vendedor gente boa para burro, *e o vendedor vendeu para o Alacid Nunes um bocado de parques daqui, e aí ganhou uma grana*. E o nome desse vendedor é Edilson Silva, que era presidente da OAB. Aí a gente dizia: “-Pelo menos mais dois meses de bóia está garantido.” E isso a gente tirava mais ou menos na graça, certo? Achava que as coisas estavam melhorando. A gente começou, aí voltou ao Café Central, ao Bar do Parque, aos porres, entendeu?

André Nunes, em seguida, situa a situação como ocorrida antes do AI-5, com isso, é provável que o cargo de Passarinho – na verdade – fosse o de Ministro da Previdência Social, ocupado durante o Governo Costa e Silva. Passarinho foi Ministro da Educação apenas do seu sucessor, general Médici, a partir de 1969. Nesse período também se enquadra o governo de Alacid Nunes (1966 – 1970), citado por Nunes como um dos compradores dos serviços do parque. Mas, a informação relevante é a de que – uma fábrica utilizada como forma de manutenção das condições de vida dos militantes do PCB – contou com apoio do principal

¹⁶⁴ *Idem*.

articulador do golpe no Pará e ministro do governo, assim como do seu sucessor no cargo de governador. Não parece verossímil a possibilidade de Jarbas Passarinho desconhecer a trajetória de André Nunes junto ao PCB, especialmente devido ao militante ressaltar certa “camaradagem”¹⁶⁵ ao solicitar pelo menos um “pedacinho lá no Pará”. Bem verdade, o Partido se encontrava desmobilizado pelas forças repressivas e com pouca capacidade de articulação das antigas bases, no entanto, esse caso representa um entre outros possíveis de citar em que se optou por negociar a fim de acomodar os ânimos.

Nos capítulos anteriores, destacou-se as negociações partidárias feitas por Passarinho, que era acusado de aliança com “esquerdistas” pelos agentes da comunidade de informações. O caso de André Nunes – relacionado a essas outras negociações – sugerem o emprego recorrente não apenas com a finalidade de formar base política, mas como algo possível também para acomodar opositores. Para André Nunes, a sua prisão não ocorreu talvez devido ao seu cunhado capitão da Polícia Militar Iran Loureiro ser o promotor da repressão ao movimento estudantil, como quando da invasão ao Seminário Latino-Americano de Reforma e Democratização do Ensino Superior (SLARDES) realizado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e a UAP em 30 de março de 1964. Porém, o irmão de Iran – o estudante João de Jesus Paes Loureiro – foi preso no Quartel da 5ª Companhia e o próprio Iran foi afastado de suas funções.

Sob esse viés, o caso de André demonstra a existência de vias de mão dupla para negociação, assim como elenca elementos para a sua viabilidade. André Nunes era um universitário próximo a pessoas bem relacionadas como um ex-deputado e o próprio cunhado, o que lhe permitia ter acesso a pessoas como o então ministro Jarbas Passarinho. As análises de cultura política, portanto, implicam a existência de grupos privilegiados e – também por isso – não significam uma generalização dos casos. Apesar de Motta estudar um grupo diferente – a comunidade acadêmica – sua proposta se faz válida para essa pesquisa porque os grupos políticos também constituem uma parcela privilegiada, por isso, ressalta-se:

É importante ressaltar que está em foco um segmento de elite da sociedade brasileira, a comunidade acadêmica, cujos membros com frequência haviam estudados nas mesmas escolas que as lideranças políticas e militares, ou mantinham com elas relações de parentesco. Situação bastante diferente seria encontrada se o objeto de análise fosse o movimento sindical, por exemplo, cujos líderes provinham dos estratos sociais mais baixos, com pouco acesso aos lugares de sociabilidade da elite e das classes médias (Motta, 2014, p. 311).

¹⁶⁵ No sentido de negociação próxima de relações cordiais, alheias aos ditames do Estado.

Outro militante do PCB que – possivelmente – foi acomodado é Ruy Paranatinga Barata, advogado, jornalista e poeta natural de Santarém. Ex-deputado estadual pelo PSB paraense de Cléo Bernardo Macambira Braga, Ruy Barata era professor da Faculdade de Filosofia da UFPA e escrivão vitalício do Cartório do 4º Ofício do Cível e Comércio da Comarca de Belém (conhecido como Cartório Ruy Barata), cargo concedido a ele pelo governador Zacharias de Assumpção, de quem era amigo particular, em 1951 (Oliveira, 2010, p. 425). Além dos predicados particulares, Ruy Barata era filho do advogado do PSD Alarico Barata, que advogou sua defesa durante os processos movidos pelos militares. Após o golpe, no dia 1º de abril, Ruy Barata foi preso na casa de uma tia de sua esposa e foi conduzido para o corpo de guardas do Palácio do Governo. Ao seu lado, outros companheiros do partido foram presos no Batalhão de Infantaria da PM (para onde foi transferido), como Cléo Bernardo, Humberto Lopes, Benedito Serra e Sá Pereira.

No contexto dos expurgos promovidos pelos militares, Ruy Barata foi aposentado compulsoriamente da Universidade, teve seus direitos políticos cassados e foi exonerado do cargo vitalício em seu cartório. No entanto, mesmo com todas as violências sofridas, ainda lhe foi possível manter o cartório indiretamente por meio da indicação de sua filha Maria Diva Barata – que era militante da Ação Popular – para escrivã.¹⁶⁶ Não há evidências de favorecimento por decisão de algum militar, mas o contexto sugere – dada a sua vinculação pessoal com um ex-governador e a sua posição de professor universitário e ex-deputado – que a manutenção do cartório com um membro da família foi devido a sua inserção social privilegiada. Outros militantes do PCB – e mesmo fora do partido – não encontraram tamanha assistência.

Destarte, seguindo a proposta de Motta em contraposição à crítica de Fico, a cultura política nos serve como forma de compreender as relações políticas, assim, não a tendo como determinante das ações adotadas pelos sujeitos. Como afirma Motta (2018), as negociações não eram só contradições do Regime ou só propiciadas pela cultura política, eram as duas coisas, denotando o necessário aumento da complexidade das análises sobre esse passado recente.

A seguir, serão abordados três momentos da crise política vivida em 1968 como forma de se observar a atuação das secções paraenses da ARENA e do MDB; as formas de negociação entre políticos, militares e movimentos civis; as construções de consenso e o discurso sobre a

¹⁶⁶ Encaminhamento nº 248/DSI/MJ. Assunto: Processo MJ/5.699/68. 26 jun. 1968. Prontuário de Rui Guilherme Paranatinga Barata. Fonte: Arquivo Nacional. Fundo: SNI. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_68013019_d0001de0001.

Amazônia enquanto ponto chave para compreender as cassações e as opções abertas ou não pela cultura política brasileira conciliatória.

3.1 O movimento estudantil em Belém: vozes dissonantes no debate parlamentar

Em setembro de 1965, o Consulado Americano em Belém produziu o *Airgram* nº A-9 dedicado a analisar o movimento estudantil no Norte do Brasil.¹⁶⁷ De acordo com as informações feitas pelo vice-cônsul Adolph H. Eisner – que assina o documento – e enviadas à Embaixada no Rio de Janeiro e Brasília; o golpe provocou uma retração nas atividades das organizações estudantis, gerando maior cautela na relação com os governadores locais e uma completa aversão ao governo federal. Centrado nas capitais do Pará, Amazonas e Maranhão¹⁶⁸; o movimento estudantil era considerado mais forte pelo vice-cônsul em Belém, onde a Ação Popular exercia ativa influência e mantinha articulação com o movimento estudantil nacional. Comparando as atuações em cada estado, Eisner definia as ações no Amazonas e no Maranhão como de nível paroquial e facilmente moldadas pelas autoridades. Ao definir o corpo estudantil paraense, Eisner destacou a Universidade Federal do Pará (UFPA) enquanto epicentro da organização, dando destaque a três faculdades de onde provieram muitas lideranças: Filosofia, Direito e Serviço Social. Outras seis faculdades e cinco escolas associadas ainda compunham a UFPA, porém – de acordo com as suas observações – as lideranças advindas dessas eram pontuais quando comparada a essas três, especialmente a Faculdade de Filosofia.

De acordo com a cronologia feita por Eisner do golpe à redação do *Airgram* nº A-9, o movimento estudantil na UFPA se manteve “pacificado” apenas por alguns meses após abril de 1964, reacendendo especialmente no momento das eleições para os Diretórios Estudantis e em prol do reconhecimento da UAP enquanto verdadeira representação da categoria, uma vez que fora declarada ilegal pelos militares. No documento, cita-se novembro de 1964, quando o universitário Inocêncio Mártires Coelho foi preso após a publicação de uma declaração do Diretório Estudantil da Faculdade de Direito na sua Semana Acadêmica contra o governo e a tentativa do Ministro da Educação de suspender as eleições estudantis da Faculdade de Engenharia. No manifesto, lia-se:

[...]

¹⁶⁷ "Student Movement in the North" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346174/>

¹⁶⁸ Apesar de o Maranhão ser atualmente considerado um estado da região NE, ele é constantemente vinculado aos relatórios do Norte/Amazônia.

O povo brasileiro foi e está sendo violentado naquilo que jamais gozou em plenitude, mas que tinha significação, na medida em que se podia pensar numa possibilidade de *libertação*. O país sofre a ausência terrível das liberdades democráticas. E são as liberdades democráticas, atualmente, a bandeira de luta do povo brasileiro. Cabe-nos desfraldá-la novamente, nós que a empunhamos durante a ditadura getulista e depois dela. *Liberdades democráticas, não um mero “slogan”, mas a consciência de uma tarefa*, cuja execução, não sendo fácil, nem isenta de sacrifícios, a nós se impõe como condição de sobrevivência do homem, na sua dignidade de sujeito da História. E dentro dessa tarefa de ordem geral, há outra que nos incumbe, especificamente: *a luta pela liberdade de associação, pela liberdade de reunião e pelo direito de opinar politicamente, elementares ao conceito de democracia*. Esse direito nós o ganhamos, durante, nas lutas pela redemocratização do país. E, agora, quando julgamos um dever a [sic] festação de nosso pensamento, não abriremos mão dessa conquista.¹⁶⁹

Ironicamente, a prisão de Inocêncio foi ordenada pelo coronel José Lopes de Oliveira (alinhado Peixe-Agulha) de quem – antes do golpe – os estudantes contavam com o apoio que fora assegurado pelo general Madeira – comandante do Grupamento de Fronteiras do Exército – em um encontro com integrantes da UAP realizado em Manaus.¹⁷⁰ A prisão de estudantes não foi debatida na Assembleia Legislativa nem no dia do ocorrido, nem nos seguintes. O debate parlamentar se centrava nas movimentações políticas ocorridas no interior do estado em vista de depor ou não prefeitos como o de Bragança. Tão pouco recebeu destaque dos jornais de grande circulação na capital, mas de acordo com o *Airgram*, a prisão atraiu os olhos da opinião pública para o manifesto que passara despercebido aos agentes públicos e provocou a publicação de uma declaração de solidariedade por parte da Faculdade de Medicina e um segundo manifesto do diretório da Faculdade de Direito. Nesse último, lia-se:

DIRETÓRIO ACADÊMICO DE DIREITO

Belém, 12 de novembro de 1964

Colegas:

ESTÁ PRESO O PRESIDENTE DO NOSSO DIRETÓRIO

Quais os motivos de sua prisão? Nenhuma palavra foi dita a respeito, oficialmente. Mas o motivo é por demais evidente: *Inocêncio Coelho teve a coragem de usar um direito político cassado ao homem brasileiro pelo golpe de 1 de abril: a livre manifestação do pensamento*. O Manifesto de 7 de novembro, que *representa o primeiro protesto contra a ditadura*, em Belém, eis a causa de sua prisão.¹⁷¹

¹⁶⁹ "Anti-Government Student Agitation" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346074/>

¹⁷⁰ *O Estado do Pará*. Documento: A história da UAP. 03 e 04 jun. 1979. Cad. Esp., p. 1.

¹⁷¹ ¹⁷¹ "Anti-Government Student Agitation" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346074/>

A tentativa de censurar as críticas do Diretório da Faculdade de Direito foi, como diz o ditado, uma emenda pior que a encomenda. Após 13 dias no cárcere, Inocêncio foi solto pelo coronel e o IPM arquivado. Segundo o relatório de Hyman Bloom feito à época da prisão, a situação se resolveu com o apoio de Jarbas Passarinho, que o considerava um amigo e o apoiara para a eleição do diretório, preferindo-o a outras lideranças tidas como radicais. Negociar primeiro parece ter sido a tática de Passarinho para lidar com os conflitos, visando não perder o apoio político e social.

Após as férias de fim de ano de 1964, continua o informe do cônsul Eisner¹⁷², os militares autorizaram a realização de eleições para a UAP em março de 1965, além dos Diretórios Acadêmicos, como forma de desmobilizar os ânimos estudantis, retirando-lhes uma de suas pautas. Eisner descreve as eleições como “atipicamente calmas”¹⁷³ e atribui a não intervenção militar nelas por confiança dos militares no julgamento do reitor José da Silveira Netto que optara por não se envolver diretamente nas disputas estudantis. Silveira Netto era reitor da UFPA desde 1961 e, após o golpe, manteve-se em harmonia com os Governos Militares, inclusive colaborando com a perseguição aos “subversivos” e se empenhando na efetivação da Reforma Universitária proposta em 1968 (Soares, 2019). Essa opção pode ser compreendida a partir das palavras de Eisner que relativiza a divisão entre “moderados” e “radicais” feita com relação às lideranças estudantis, ressaltando o alívio sentido pelas autoridades universitárias com o grau de “razoabilidade” dos eleitos. A despeito da realização do pleito, a UAP seguiu como uma entidade não reconhecida pelas autoridades ministeriais e pela reitoria de Silveira Netto. Quando o Ministério da Educação anunciou eleições em todas as universidades brasileiras em agosto de 1965, o pleito de março daquele ano foi reconhecido como válido, descartando a necessidade de um novo. A exceção foi a eleição da UAP, para a qual havia sido eleito Antônio Roberto Guimarães, estudante de engenharia envolvido nos conflitos de novembro de 1964.

Eisner conclui a sua cronologia ressaltando as possíveis conexões construídas pelo movimento estudantil em Belém a partir da UAP – sob comando da Ação Popular – com um conjunto de professores universitários (como Orlando Costa e Amílcar Tupiassú) e políticos locais, a exemplo do deputado federal cassado Ferro Costa (UDN); além da própria UNE, ora funcionando na ilegalidade, cujos membros se organizavam para realizar um congresso em São

¹⁷² "Student Movement in the North" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346174/>

¹⁷³ Tradução livre. No original: *unusually calm*.

Paulo. Fora a ótica particular dos membros do consulado, destaca-se que muitos dos informes foram produzidos em colaboração com informantes militares, do clero e políticos governistas, razão pela qual a sua perspectiva é tomada do alto dos espaços de poder e traz consigo a concepção de “perigo vermelho” do governo. Em decorrência disso, o alcance das articulações estudantis pode ser relativizado, entretanto, parece factível a permanente articulação estudantil à medida que se afastavam do momento do golpe. Napolitano (2021) observa que houve, por parte do Governo Militar, certa tolerância com as manifestações artísticas de esquerda no período entre 1964 e 1968, isso se não fosse realizada no sentido de articulação política. Paralelamente a isso, podemos pressupor a existência de igual ou semelhante tolerância para os núcleos estudantis. Ao rememorar a atuação do PCB nos anos imediatamente após o golpe, recorda André Nunes¹⁷⁴, aos poucos se retomaram os encontros, “voltou[-se] ao Café Central, ao Bar do Parque, aos porres”.

No entanto, essa margem para tolerância, negociação e conciliação se estreitou à medida que os grupos sindicais e estudantis retomaram e cresceram no nível de organização. Se em 1964 a prisão de um estudante não reverberou nas tribunas do parlamento a despeito da denúncia de uma ditadura feita no manifesto do Diretório Estudantil, em 1968, os estudantes universitários ganharam um mártir em torno do qual canalizaram as suas forças posta nas ruas desde o ano anterior e arrastaram os políticos e a imprensa a uma tomada de posição, trata-se de Édson Luís Lima Souto. O estudante secundarista foi assassinado durante a repressão ao movimento estudantil que lutava em prol da conclusão das obras do Restaurante Central dos Estudantes construído em 1967, conhecido pelo nome Calabouço, no Rio de Janeiro. No dia 28 de março de 1968, no intuito de impedir a realização de uma passeata planejada para o dia seguinte, a polícia da Guanabara invadiu as instalações do restaurante ocupado pelos estudantes, abriu fogo e vitimou Édson, que morreu às 18h30 daquele dia (Fico, 2020). As imagens do corpo de Édson Luís velado pelos estudantes na Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara são amplamente conhecidas e se consolidaram na memória social quando se aborda a temática da repressão, no entanto, além da simbologia nacional, o jovem mártir se tornou símbolo particular no estado do Pará, isso porque Édson Luís nasceu em Belém em 1950 em uma família que migrara do interior do estado (Acará) para a capital.

¹⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com André Avelino da Costa Nunes Netto. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 03min e 22seg). Disponível em: < <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1266>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

Segundo o Relatório de IPM produzido pelo major Helder Macêdo Gaudie Ley¹⁷⁵ para a 2ª Seção da 8ª Região Militar do Exército, logo no dia 29 de março “diversos Diretórios Acadêmicos de todas as Faculdades e, diretamente orientados pela UNIÃO ACADÊMICA PARAENSE” realizaram uma reunião – tendo se destacado a Faculdade de Medicina e o ex-presidente da UAP (1966-1967) Fernando Augusto Fiuza de Mello – a fim de organizar uma passeata de desagravo à morte de Edson Luís para o dia 30. Na manhã daquele dia, os estudantes organizados pela UAP realizaram um cortejo e enterro simbólico do jovem mártir na Praça Dom Pedro II, localizada em frente ao então Palácio do Governo. O ato foi acompanhado de discursos feitos pelos estudantes que de imediato relacionavam a repressão policial com o “Governo Revolucionário”. Deixado a frente do Palácio juntamente com cartazes de protesto, o caixão foi recolhido pelo DOPS por volta das 13:00 horas, observou o major.

Concomitantemente a isso, na noite do dia 29, realizava-se uma reunião no Colégio Nazareth – tradicional instituição de ensino da Congregação Marista – contando com a participação do diretor da Casa da Juventude (CAJU), Pe. Raul Tavares, e do arcebispo de Belém. Conforme o relatório, a reunião devia tratar de questões relativas à igreja, porém, o advogado Pedro Galvão (ex-presidente da UAP) sugeriu a realização de uma missa em sufrágio da alma de Édson Luís, sugestão acolhida sob aplausos. Posteriormente, no dia 31, a sugestão seria retomada em outra reunião. Contudo, devido às implicações políticas do ato, estudantes e arcebispo acabaram divergindo sobre o local e horário da missa, os primeiros visando uma participação política maior e o segundo querendo restringir à liturgia.

Se no âmbito das organizações estudantis a resposta ao assassinato ocorreu ligeira, no Legislativo as vozes dissonantes estudantis demoraram a ecoar no discurso mobilizado no alto. Apesar de terem ocorrido sessões ordinárias nos dias 29 de março e 1º de abril, da tribuna da ALEPA nada se disse a respeito da morte do conterrâneo, as críticas ao governo e disputas narrativas entre situação e oposição eram tecidas a partir de outras matrizes, como os planos econômicos na área da agricultura em desenvolvimento pelos militares. A primeira ação adveio da Câmara Municipal de Belém, onde cinco vereadores apresentaram requerimentos em protesto ao assassinato na sessão do dia 1º, dos quais o relator do IPM destacou a ação dos edis Fernando Velasco e Jader Barbalho, ambos pertencentes ao MDB e estudantes universitários integrantes da Faculdade de Direito da UFPA¹⁷⁶.

¹⁷⁵ Informação Nº 127/QG-4. 18 Set. 68. Assunto: Movimento Estudantil. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008775_d0001de0001.

¹⁷⁶ Velasco se graduou em 1967, ano em que Jader ingressou na faculdade. Apesar de graduado, quando de sua eleição, Velasco era anunciado enquanto representante dos estudantes, por isso omitiu-se o “ex-estudante”.

No dia 2 de abril, os Diretórios decidiram pela deflagração de uma greve, enquanto o reitor decidiu pelo fechamento dos prédios das faculdades. Então, os estudantes se fizeram presentes na sessão ordinária realizada na ALEPA. A 12ª sessão era presidida pelo deputado Abel Figueiredo (ARENA), eleito vice-presidente da casa em 1967 com apoio do MDB que estrategicamente optara por dar apoio ao governador Alacid Nunes visando diminuir a figura de Jarbas Passarinho no cenário local. Durante o primeiro expediente, quando se é facultado o uso da palavra aos oradores inscritos, Laércio Barbalho (MDB, pai do vereador Jader) é quem sobe à tribuna da casa para denunciar “o trucidamento do estudante paraense, Edson de Lima Souto”¹⁷⁷. Em seu jogo discursivo, o deputado orienta sua fala à “Nação, que sempre foi ordeira, que sempre foi alegre, *que sempre foi democrata*” e enfatiza como:

muitos já morreram depois do Edson, uma bala já varou o coração de um estudante em Goiânia, outro assassinou um terceiro da Guanabara, o nosso conterrâneo fotógrafo Luís Pinto está hospitalizado baleado; os jornais anunciam que um soldado também já morreu, que um sargento está ferido gravemente, e por que tudo isso? Porque os dirigentes da Nação não admitem contra-dita, não admitem o protesto, acho que a Nação tem que se transferir num carneirado que lhe apontem a violência.

[...]

Eu apelo daqui desta tribuna, para o bom senso, notadamente das Forças Armadas, cujos homens têm consciência cívica, da qual não podemos duvidar, que se afastam das minorias que se aproveitam da Revolução e, há quatro anos faz promessas mas nos acarreteira e enclausura. Cassam tudo!¹⁷⁸

Apesar de enfatizar a violência, o deputado não nega às Forças Armadas uma consciência cívica. É dessa forma que se fará a disputa na tribuna nesse primeiro momento, enquanto os estudantes alardeiam a ditadura, o parlamento põe em panos quentes remetendo a uma questão de desvios feitos por quem “se aproveita da Revolução”. À secretaria da Assembleia, foram apresentados três requerimentos de solidariedade, o primeiro – datado do dia 29 – era de autoria do deputado Arnaldo Prado (ARENA), “profligando os atos de selvageria praticados pela Polícia da Guanabara”, manifestação apoiada pelo líder do governo, deputado Gerson Peres (ARENA). Os outros dois eram assinados pelo deputado Laércio Barbalho e por Álvaro Freitas (MDB), sendo o último apresentado na própria sessão do dia 2, conforme sugerem os discursos.

A votação era acompanhada por “uma plêiade de estudantes” que ocupava as galerias da casa desde a abertura da 1ª ordem do dia. Conforme registram os anais da ALEPA, os estudantes se manifestavam a cada declaração dos deputados sobre os acontecimentos em torno de Édson,

¹⁷⁷ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 7ª a 12ª sessões ordinárias. Março e Abril de 1968.

¹⁷⁸ *Idem*.

o desconhecido jovem de Belém, agora mártir de todos. Os deputados da ARENA tomaram a dianteira, porém, recusando a pecha de ditadura, destacou o deputado Arnaldo Prado:

Eu sou um deputado da ARENA, fui eu o autor do requerimento repudiando a violência da Polícia na Guanabara. Então, não quero reivindicar para mim nem para a ARENA a autoria do requerimento, mas, também, não é possível que se jogue terra na ARENA quando foi um Deputado desta tribuna que, em primeiro lugar, se levantou para protestar contra esta inominável violência *da Polícia da Guanabara*. Se quisermos levar um pouco mais adiante esta questão partidária onde eu não queria chegar mas fui obrigado a entrar eu quero dizer, e todos devem saber, que *a violência partiu de um Governo do MDB*.

A disputa pela autoria do requerimento a ser aprovado ensejou diferentes performances discursivas, especialmente devido aos deputados se verem pressionados diante dos estudantes. À época, a Assembleia Legislativa funcionava no Palácio Antônio Lemos, também sede da Prefeitura Municipal, em um auditório no qual a separação entre deputados e ouvintes era feita apenas por um guarda-corpo em madeira. De acordo com Soares (2019), havia divergências entre as lideranças estudantis com relação às táticas a serem adotadas, havendo membros de faculdades, como a Odontologia, que optavam por posturas conservadoras, recusando ocupações de prédios, no entanto, a figura de Édson levou a uma união que – complemento – dificilmente seria contornada pelos deputados. O resultado de tanto fervor e vigor nos discursos foi o esgotamento do tempo regimental para a sessão, levando a votação do requerimento para a próxima sessão a ser realizada somente no dia seguinte. As movimentações estudantis foram intensas na capital durante esse período, mas ao nosso interesse cabe destacar o posicionamento dos grupos políticos ante essas agitações que ocorriam juntamente a outros processos como os planos para a Amazônia apresentados desde 1966 e as disputas políticas como a apresentada no tópico seguinte.

As notas e observações sobre os membros do MDB não seriam inesperadas em um informe elaborado pela 2ª Seção, mas – além das acusações de corrupção imputadas a Laércio Barbalho e subversão a Jader – o major Helder destacou as ações do líder do governo, a exemplo do discurso feito após a aprovação do requerimento de solidariedade aos estudantes. Na sessão do dia 3, – quando finalmente se aprovou – o deputado discursou da seguinte forma:

Ontem, este Poder foi grande demais, demonstrou a este País, e a este Estado que a *Democracia se exerce assim*; respeitando o direito dos outros como fizemos ontem nós quarenta e um homens desarmados, livres, pais de família pais de estudantes, que aqui *permanecemos sem beleguins, sem metralhadoras* e, recebemos aplausos e apupos, vais e permanecemos com humildade, de pé para podermos ser exaltados perante a *História da Democracia Brasileira* e todos os estudantes saindo, protestando contra nós, saíram com o nosso abraço e a nossa solidariedade porque, *este Poder que*

*é civil terá de manter-se sempre acima porque só ele é o sustentáculo da verdadeira Democracia, porque só por ele é que passam todas as mazelas do povo, todas as desgraças, uma vez que é ele o timão, é a vitalidade da Democracia, e aí de nós sem o Poder Legislativo na Democracia. É a ele que eu homenageio hoje, após as manifestações de ontem, quando fomos vaiados e humilhados, ofendidos até nos apupos, mas para nós tudo isso foi elogio, glória e felicidade, porque nós contribuimos verdadeiramente para a implantação do regime democrático no nosso País.*¹⁷⁹

Poder civil, sustentáculo da verdadeira Democracia. Ao analisar os atritos dos líderes *arenistas* com o Governo, Grinberg (2009) identificou como ponto de tensão a representação política. Quer dizer, os políticos exaltavam o seu papel e buscavam ser – como é próprio das agremiações partidárias – representantes dos anseios de seus eleitores, que os partidos fossem verdadeiros canais de ação política. Entretanto, não era do agrado dos setores duros do governo a existência dos Parlamentos nem aos ditos moderados uma atuação mais incisiva. À luz desse panorama, compreende-se os motivos do IPM registrar o discurso do deputado e as futuras acusações que a comunidade de informações mobilizará em vista da cassação dos seus direitos políticos. O discurso do *arenista* é comparado ao dos *emedebistas*:

embora fazendo uma defesa da Revolução de 31 de março de 1964 e seus postulados sem se engajar a fundo, ensejando a virulência de LAÉRCIO BARBALHO [...] saudosista do período anárquico e corrupto no governo deposto em 1964, ao qual fez coro ARNALDO MORAES FILHO.¹⁸⁰

A seguir, as conclusões do relatório são depreciativas da imagem dos deputados, tomados como oportunistas. De fato, a reação à morte ocorre a reboque da atuação de agentes externos ao Parlamento, por isso as manifestações dos estudantes são tomadas como vozes dissonantes, que fogem ao discurso elaborado até então pela oposição e situação ao Governo. Em 1968, ARENA e MDB ainda centravam os discursos em torno dos planos econômicos de modo que a crítica é ao modo de governar e não à forma de governo em si, ademais, a atenção é voltada para o âmbito Federal ao invés de se observar os ditames do Estadual com relação, por exemplo, ao caso de Santarém. O relatório se conclui dessa forma:

– O comportamento do meio político durante os acontecimentos registrados no movimento estudantil foi de especulação e no sentido de tirar proveito pessoal a custa do ataque ao Governo e a Revolução.
Tal conduta já era esperada e não causou espécie o ressurgimento das eternas “vedetes” da auto-promoção, os descontentes, enfim pessoas mentalmente enfermas e que se pode considerar inadequadamente socializadas.

¹⁷⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 7ª a 12ª sessões ordinárias. Março e Abril de 1968.

¹⁸⁰ Informação Nº 127/QG-4. 18 Set. 68. Assunto: Movimento Estudantil. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008775_d0001de0001.

Procuraram, esses políticos, de todas as maneiras cortejar as lideranças estudantis, infiltrar-se no seu movimento e desviá-lo de seus verdadeiros propósitos.

Para a consecução de tais objetivos, [...]ptaram falsos líderes nesses movimento (SÉRGIO ALBERTO FRAZÃO DO COUTO, entre outros) para promover a intriga, e inocular o ódio, quando não, pessoalmente), davam evasão as suas frustrações (LAÉRCIO BARBALHO, JADER BARBALHO, FRANCISCO VELASCO, ARNALDO MORAES FILHO, ARNALDO PRADO, VICENTE QUEIROZ e JULIO VIVEIROS).

Mas os fatos apurados não chegaram a constituir crime militar nem comum e sim, simples especulação política-religiosa, que procurou de todas as maneiras envolver e comprometer o movimento estudantil que se iniciou ordeiro e terminou ordeiro.

Interessante como os fatos não constituíam crime aos olhos do agente. Dessas conclusões do IPM se depreendem as não intervenções dos militares nas ações estudantis em Belém nesse primeiro momento, nem uma ação voltada aos partidos. Contudo, todos esses atos seriam agregados aos sistemáticos prontuários elaborados pelas redes de informações.

No segundo semestre de 1968, dando continuidade a uma agenda de visitas e “instalações do Governo Revolucionário” nas capitais, o presidente Costa e Silva veio a Belém. A agenda era composta de reuniões com os grupos políticos e empresariais da região. Sobre a visita, a Revista *O Cruzeiro* publicou uma reportagem especial dedicada ao momento, pois “Belém foi a Capital do Brasil entre 6 e 14 de agosto, quando o Presidente Costa e Silva e seu ministério instalaram o *Governo Federal na Amazônia*”¹⁸¹. A matéria deu destaque às ações propostas pelo governo para a região, acompanhadas de publicidade das empresas locais. As fotografias inseridas na matéria da floresta rasgada por rodovias apresentavam a vitória sobre o “inferno verde” – um contraste com a matéria de 1966 apresentada no capítulo anterior – e exaltavam o investimento público no desenvolvimento da região sob a ótica militar. O Poder Legislativo mereceu um tópico no qual se apresentava a “Maquete do moderno edifício para a Assembleia Legislativa”.¹⁸²

A visita transcorreria em absoluta normalidade, isso se os estudantes não deflagrassem um novo movimento de ocupação das faculdades. Localizadas em ponto centrais da cidade de Belém, o movimento não foi ignorado pela imprensa, tendo sido noticiado juntamente com fotografias dos estudantes em frente aos prédios (Soares, 2019). Novamente, os funcionários do consulado americano produziram informações para as demais unidades em Recife, Brasília e São Paulo. Segundo o *Airgram A-20*¹⁸³, a presença do presidente provocou tensão entre militares e policiais de modo a estarem preparados para agir contra os estudantes, porém – antes

¹⁸¹ Revista *O Cruzeiro* (RJ), ed. 38, set. 1968, p. 69. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁸² Revista *O Cruzeiro* (RJ), ed. 38, set. 1968, p. 78. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁸³ “Students Occupy University of Pará” (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:324845/>

de tomarem alguma atitude – o gov. Alacid Nunes buscava mediar os ânimos. Em setembro, durante uma passeata em meio ao desfile militar, outra vez o governo agiria para barrar a repressão (Soares, 2019). No entanto, como se poderá comparar no tópico seguinte, essas negociações e conciliações eram adotadas em meio a outras crises e – levando em conta os dados presentes no IPM do major Gaudie Ley – os estudantes não eram tidos como grande preocupação, apesar da constante mobilização. Não obstante, o *Airgram* reiterava o envolvimento de figuras políticas locais com os atos estudantis, seja na incorporação do discurso, como no caso de membros do MDB, seja no apoio “paternalista”, como no caso da ARENA. As ações estudantis levariam a um encontro com o Ministro da Educação Tarso Dutra televisionado em 11 de agosto pela TV Marajoara, mesmo veículo utilizado pelo deputado federal Hélio Gueiros (MDB) para criticar o governo.

Entre os dois semestres, o movimento estudantil em Belém passou de uma defesa da memória de Édson Luís para uma luta contra a Reforma Universitária proposta pelo reitor Silveira Netto em consonância com os ditames do Governo Militar através do seu ministro Tarso Dutra. Diferentemente das primeiras ações em março, os novos atos estudantis do segundo semestre ganharam imediato espaço nos debates da ALEPA, recebendo moções de apoio dos deputados estaduais em sessões, momento nos quais se fizeram presentes outra vez (Figura 12). Em tópico destacado, o jornal *O Liberal* sintetizou a demonstração da “**ARENA SOLIDÁRIA**” informando como o deputado Gerson Peres “declarou apoio integral de sua bancada aos trabalhos dos srs. Arnaldo Prado e Laércio”.¹⁸⁴

Figura 12 – Estudantes nas galerias da ALEPA durante sessão ordinária.



Fonte: Deputados apoiam estudantes pela reforma. *O Liberal*, 21 ago. 1968, p. 2.

¹⁸⁴ Deputados apoiam estudantes pela reforma. *O Liberal*, 21 ago. 1968, p. 2.

Em síntese, mais que uma cronologia dos atos estudantis em diálogo com os parlamentares, esses fatos aqui reunidos nos indicam uma mudança na postura dos parlamentares entre o primeiro e o segundo semestre motivadas por esses agentes externos aos partidos políticos. Quando os estudantes estiveram presentes em outra sessão da ALEPA, a partir de agosto, os requerimentos de apoio não tardaram em ser aprovados (Soares, 2019). Os políticos buscaram ser canal legítimo dessas manifestações e – em decorrência disso – seriam alvo de inquéritos. Apesar dos IPM's, a princípio, não indicarem ato criminoso por parte dos deputados e demais políticos, as suas ações seriam tomadas como traição ao Governo e comporiam um conjunto de informações avaliadas pelo Conselho de Segurança Nacional. Ao final do capítulo, observaremos como esses informes para alguns serão levados adiante, culminando em cassações, e para outros serão tomados como mal menor, a despeito das repetidas acusações feitas pela caserna. Antes, porém, vejamos o conflito em Santarém.

3.2 “Então vamos ajudar”¹⁸⁵: a cassação do prefeito Elias Pinto e a Amazônia

Em 1966, quando foram abertas as urnas eleitorais do Pará, a contagem dos votos indicava uma vitória retumbante dos *arenistas* que – como se apresentou no capítulo anterior – conseguiram formar diretórios em todos os municípios do estado e contavam com ativo apoio do governador Alacid Nunes, além de terem sido cassados os mandatos e direitos políticos de figuras proeminentes do MDB do Pará. Entretanto, um município da região estadual do Baixo Amazonas se tornou uma pesada nuvem de chuva no céu ensolarado da ARENA paraense: Santarém. A pérola do Tapajós era à época o segundo maior colégio eleitoral do estado e a cidade mais importante da região onde se localizavam 11,5% dos eleitores (Tupiassú, 1968, p. 27-28). Elias Ribeiro Pinto – filiado ao MDB – derrotou, por uma segura margem de votos, o candidato da Arena dep. Est. Ubaldo Campos Correa (ex-prefeito, UDN 1959 – 1962), que tinha como certa a sua vitória, afinal, como destacou *A Província do Pará*, ainda em abril de 1966, o então prefeito Everaldo Martins anunciara a sua filiação à ARENA, levando o governo a considerar desestruturada qualquer oposição.¹⁸⁶ Apesar dos motivos para comemorar, o MDB santareno logo se deparou com uma dificuldade, a saber, a Câmara Municipal ficara com maioria de *arenistas*, restando ao prefeito eleito apenas três apoiadores entre os edis; assim, desde o início, formou-se uma relação conflituosa entre Executivo e Legislativo, revivendo disputas da década de 1950.

¹⁸⁵ Expressão retirada de uma sessão do Conselho de Segurança Nacional na qual se cassou o mandato do prefeito.

¹⁸⁶ Informe Especial: prefeito de Santarém na Arena. *A Província do Pará*, 20 abr. 1966; Governo sem oposição em Santarém. *A Província do Pará*, 21 abr. 1964. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

Elias Ribeiro Pinto era natural da cidade do Acará (PA), nascido em 1925, fruto de uma família de migrantes cearenses, alcunhados “arigós” na região amazônica, que encontraram em Santarém um lugar para criar raízes. Nessa cidade, Elias Pinto desempenhou diferentes profissões, tendo se destacado como redator-secretário n’*O Jornal de Santarém* e no jornal *Baixo Amazonas*, o qual fundou em 1952, após quatro anos de experiência n’*O Jornal de Santarém*. O editor do seu periódico era o advogado Silvério Sirotheau Correa (irmão do ex-prefeito Santino Sirotheau Correa, tabelião do 2º ofício da Comarca) e o gerente era Ambrósio Caetano Correa.¹⁸⁷ Além do jornal, Elias Pinto foi fundador do PTB santareno e participou das mobilizações em prol da campanha presidencial de Vargas em 1950, quando era secretário municipal de Aderbal Caetano Correa, um herdeiro do Barão do Tapajós. Durante a campanha, o presidente visitou o município e, naquela ocasião, prometeu a instalação da Cia. de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém, a Tecejuta, sob influência do jornalista, afirma Ademar Amaral.¹⁸⁸ A promessa foi cumprida no ano seguinte e Elias Pinto então se tornou presidente da Cooperativa de Juticultores do Pará, representando a entidade em reuniões com o Ministro da Agricultura de Vargas.¹⁸⁹

No período pós-Segunda Guerra, passado os esforços da “Batalha da Borracha”, o Pará vivia um decréscimo no número de fábricas. Sendo assim, a iniciativa da instalação da Tecejuta – que beneficiava a produção de juta da região introduzida por colonos japoneses, como os primeiros presidentes da companhia Kotaro e Kohei Tuji¹⁹⁰ – marcava o início de intervenções na Amazônia com o fim de afastar a ameaça de sua internacionalização (Mourão, 2012), além de ir ao encontro dos anseios das lideranças políticas locais. No mesmo período, ganhou relevância a produção de cimento com a Fábrica de Cimento de Capanema (citada no capítulo anterior, cuja propriedade era da família Carneiro, outrora membros do PTB) e da pimenta-do-reino em Tomé-Açu, igualmente influenciada pela colonização japonesa no município, que se tornou independente em 1959 e tinha como segundo prefeito Gilberto Sawada (1963 – 1967), outro *petebista* visado pelos órgãos de informação.

¹⁸⁷ PINTO, Lúcio Flávio. Elias Pinto, 96 anos. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2021/07/31/elias-pinto-96-anos/>. Acesso em: 20 abr. 2023.; PINTO, Lúcio Flávio. Elias Pinto, jornalista. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2023/07/01/elias-pinto-jornalista/>. Acesso em: 20 abr. 2023.; PINTO, Lúcio Flávio. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2020/06/22/santarem-do-meu-amor/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹⁸⁸ PINTO, Lúcio Flávio. Memória de Santarém: primeira visita de Getúlio Vargas a Santarém. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/21843/memoria-de-santarem-primeira-visita-de-getulio-vargas-a-santarem/MEM%C3%93RIA%20DE%20SANTAR%C3%89M>. Acesso em: 20 abr. 2023.

¹⁸⁹ INDUSTRIALIZAÇÃO DA JUTA NO BAIXO AMAZONAS. Correio da Manhã (RJ). 25 set. 1951, ed. 17950, p. 4. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹⁰ PINTO, Lúcio Flávio. Memória de Santarém – Tecejuta. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/18593/memoria-de-santarem-tecejuta/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

A primeira candidatura de Elias Pinto foi em 1950 enquanto deputado estadual pelo PTB, eleição na qual obteve uma suplência. Em 1954, concorrendo novamente ao mesmo cargo, foi eleito com a terceira maior votação do estado, o quantitativo representava mais que a soma dos outros três deputados eleitos pelo partido (Pará, 2008). Nessa legislatura (1955-1959), presidida inicialmente pelo deputado Cattete Pinheiro (PSP), Elias Pinto se tornou líder do PTB na Assembleia Legislativa. Após uma breve licença, momento no qual o deputado legou a liderança a Américo Silva e a vaga a Gerson Peres, o deputado retornou à Assembleia em 1956 e foi eleito para a 2ª Vice-Presidência com 31 dos 36 votos totais da chapa, tendo permanecido no mesmo cargo na chapa eleita para o período legislativo seguinte cuja presidência foi de Max Parijós (PSD/PTB). Entre as licenças de Parijós, Elias presidia a ALEPA enquanto a oposição ao governo intentava investidas contra Magalhães Barata, mas sem lograr êxito (Cruz, s/d, p. 143-196).

A posição de destaque rendeu a Elias Pinto a presidência do PTB em 1956¹⁹¹, provavelmente em concomitância às licenças tiradas da ALEPA, e à indicação do seu nome para a vice-governança¹⁹², cargo criado em 1959 durante a licença médica de Magalhães Barata; algo não concretizado, tendo sido eleito Moura Carvalho (PSD). No momento dessa indicação, Elias Pinto não ocupava mais o cargo de deputado, pois obtivera apenas uma suplência nas eleições de 1958, mas atuava junto à SPVEA por indicação política. Novamente, em 1962, o deputado obteve apenas uma suplência, dessa vez para deputado federal. Entretanto, assim como encontrou elogios aos seus predicados entre o grupo político vinculado ao trabalhismo, Elias Pinto foi mantido sob vigilância da 2ª Seção da 8ª Região Militar do Exército, a mesma que acompanhava o *petebista* Benedicto Monteiro, oriundo do município vizinho a Santarém. Em 1957, ele foi acusado de organizar um plano comunista de investida de integrantes de uma colônia agrícola contra o prefeito santareno, a ser realizada em Belém durante a Quinta Conferência Rural Brasileira.¹⁹³ Outra acusação vinculada pelo jornal *Folha Vespertina* foi a de incitar colonos a prenderem o governador Magalhães Barata quando houve sua visita ao município de Santarém, revelada falsa.¹⁹⁴

Destarte, até a eleição vitoriosa para o Palacete João Fona (antiga sede da municipalidade), Elias Pinto concorreu três vezes para prefeito, logrando sucesso apenas na

¹⁹¹ Pará. *O Acre* (AC), 10 jun. 1956, ed. 1255, p.4. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹² BARATA VAI À EUROPA, MAS QUER ELEGER, ANTES, O VICE-GOVERNADOR. *Ultima Hora* (RJ), 15 maio 1959, ed. 02721, p. 3. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹³ Executivo acusa deputado do PTB: comunismo na rebelião de colonos de Santarém. *Tribuna da Imprensa* (RJ), 29 nov. 1957, ed. 02403, p. 5. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

¹⁹⁴ PINTO, Lúcio Flávio. Memória de Santarém: a revolta dos colonos. Disponível em: <https://www.oestadonet.com.br/noticia/23285/memoria-de-santarem-a-revolta-dos-colonos/>. 20 abr. 2023.

última. A vitória sob o bipartidarismo se deu em um contexto, por um lado, de intensas disputas na ARENA – que tivera dificuldades em formar o seu diretório municipal, o qual era disputado pelos seguidores do finado deputado José Macedo (PTB) e Ubaldo Correa, vencendo o grupo do último.¹⁹⁵ Todavia, a despeito dessa unidade forjada, o candidato a deputado federal pela ARENA, major aviador Haroldo Veloso (líder da revolta de Jacareacanga contra a posse de JK em 1956) decidiu dar apoio a Elias Pinto, contrapondo-se ao gov. Alacid Nunes e ao grupo do dep. Ubaldo. Por outro lado, o momento era de articulação do MDB na região do Baixo Amazonas, cuja batuta coube ao ex-prefeito Santino Sirotheau, liderança do antigo PSD *baratista*.¹⁹⁶ Às vésperas do pleito de novembro, Moura Palha (ex-governador) realizou uma agenda de campanha em toda a região do Baixo Amazonas, gerando dividendos positivos, afinal – apesar do quantitativo pouco significativo de votos – o MDB conseguiu a maioria absoluta para as candidaturas federais em algumas urnas como em Óbidos e Gurupá.¹⁹⁷

Passados nove meses da posse em janeiro de 1967, o primeiro revés político: a Câmara Municipal – de maioria *arenista* – decide pela apresentação de uma denúncia ao Tribunal de Contas do Estado (TCE-PA), acusando o prefeito de irregularidades administrativas. Em resposta à denúncia, o TCE-PA envia uma comissão de inspeção *in loco* que emite relatório corroborando a denúncia. No ínterim dessas investigações, o prefeito enviou um telegrama à Assembleia, lido pelo deputado Santino Sirotheau (MDB) na sessão do dia 21 de setembro por meio do qual se defendia das calúnias proferidas por “nossos desleais adversários”. O momento era de tensão por parte dos políticos do MDB paraense, pois – enquanto parte da direção local seguia dando “apoio administrativo” à Alacid – o senador Moura Palha (MDB) utilizava a tribuna do Congresso para criticar o governador. Ademais, o município de Tomé-Açu se encontrava sob ameaça de intervenção do governador, tendo sido afastado mediante decreto o prefeito Gilberto Sawada (PTB/ARENA), ato referendado pela ALEPA em 16 de outubro de 1967.¹⁹⁸ Os deputados *emedebistas* ainda buscavam trazer a votação do decreto governamental

¹⁹⁵ Política de Santarém. *A Província do Pará*, 28 maio 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁹⁶ O MDB em Santarém. *A Província do Pará*, 19 maio 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁹⁷ Informe Especial: MP intensificando campanha política. *A Província do Pará*, 2 nov. 1966; MDB é mais votado em Óbidos para deputados, mas JP vence para Senador. *A Província do Pará*, 19 nov. 1966; Só MDB federal em Gurupá. *A Província do Pará*, 24 nov. 1966.; J. Menezes mais votado em Óbidos e Juruti. *A Província do Pará*, 30 nov. 1966. Fonte: Biblioteca Arthur Vianna – Hemeroteca.

¹⁹⁸ Não foi localizado no arquivo da ALEPA o livro com a sessão que aprovou a intervenção, a data é de um informe do SNI. Cf. Informação Nº 183/SANI/ARJ. 29 Fev. 68. Assunto: Mun de TOMÉ-AÇU/PA. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_68094201_d0001de0001.

para o plenário – sob o argumento de que a não apresentação de justificativa da decisão atrapalhava o processo democrático – quando se iniciaram os conflitos em Santarém.¹⁹⁹

Tanto a nível municipal quanto a nível legislativo estadual, a discussão ganha contornos morais, sempre retomando os pressupostos da “Revolução de 31 de março”. Assim como ocorreu após o golpe e a edição do AI-2, aplica-se o expediente de cuidado com as contas públicas e combate à corrupção a fim de perseguir opositores políticos, isso se torna mais evidente ao constatarmos que o prefeito Elias é cobrado pela prestação de contas referentes à 1966, quando ainda nem havia tomado posse. A sua proximidade com as colônias agrícolas da região do Tapajós é tomada como espécime de arregimentação popular/subversiva e – notemos – em um discurso mobilizado pelos civis, não apenas pelos agentes da repressão. Na sessão de 11 outubro de 1967, chegam à Assembleia notícias sobre mobilizações populares em defesa do mandato do prefeito, levadas ao conhecimento de todos pelo santareno Santino Sirotheau:

O SR. SANTINO CORRÊA – Sr. Presidente, Srs. Deputados, dizíamos que nenhuma ofensa física sofreram os Vereadores de Santarém na sessão da Câmara a qual compareceu grande número de pessoas, porque propalou-se desde cedo que a Câmara Municipal iria cassar o mandato do Prefeito.

O Sr. Antônio Teixeira [ARENA] – V. Exa. permite um aparte (Assentimento do orador) – Segundo as notícias chegadas até aqui é de que *colonos teriam sido convocados*, através do serviço de alto falante, para virem em socorro do Prefeito que estavam com o mandato ameaçado. Esta foi a notícia estampada nos jornais de nossa cidade.²⁰⁰

Os conflitos políticos em Santarém ganharam projeção nos periódicos do eixo Sudeste nacional, repercutindo no Rio de Janeiro através do *Jornal do Brasil*²⁰¹, ora crítico do Governo Militar (Vasconcelos, 2004). O ponto de atenção era o envolvimento pessoal do deputado federal Haroldo Veloso (ARENA) na ávida defesa de Elias Pinto. Segundo carta de 12 de novembro de 1966 enviada por Haroldo a Jarbas Passarinho²⁰², o major optou por apoiar o *emedebista* devido a uma proposta de “mapismo” por parte do dep. Ubaldo Corrêa. Tupiassu (1964) explica o “mapismo” como uma prática comum nas eleições por meio da qual se dividiam os votos do mapa eleitoral entre os candidatos do partido da situação, assim como se

¹⁹⁹ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 34ª a 39ª sessões ordinárias. Setembro de 1967.; PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 40ª a 45ª sessões ordinárias. Setembro de 1967.

²⁰⁰ PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 58ª a 61ª sessões ordinárias. Outubro de 1967.

²⁰¹ Crise de Santarém gera atrito. *Jornal do Brasil* (RJ). 14 nov 1967. 1º Cad. p. 3. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²⁰² O documento se encontra com o jornalista Lúcio Flávio Pinto. Cf. PINTO, Lucio Flávio. O “mapismo” na eleição de 1966 em Santarém. Disponível em: <https://lucioflaviopinto.wordpress.com/2023/07/23/o-mapismo-na-eleicao-de-1966-em-santarem/>. Acesso em: 20 abr. 2023.

retiravam votos dos adversários, no momento da contagem, afinal, antes da reforma eleitoral de 1965, cabia aos partidos emitirem as cédulas de votação e distribuírem aos eleitores. Assim, o major exigia de Passarinho maior rigor na fiscalização das eleições. Após o resultado, o deputado federal eleito passa a acusar o grupo de Ubaldo Correa e Alacid Nunes de perseguição política. A crescente no conflito demonstra como os militares não podem ser entendidos enquanto um bloco monolítico ou ainda sob o binômio duros-moderados, havia uma “união na desunião” entre pelo menos quatro grupos formados até o momento do afastamento dos civis das esferas decisórias, como já se consolidava em 1968 (Martins Filho, 2020). As concepções defendidas por Haroldo eram oriundas do Aeronáutica, no qual – conforme sugerem os relatórios de informação – parecia haver maior “ardor revolucionário” enquanto Alacid integrava o Exército, grupo cujo diálogo com a classe política era presente antes do golpe.

Entre setembro de 1967 e setembro de 1968, ocorre uma paulatina escalada na crise, chegando até as vias de fato. Após ser afastado pela Câmara, em novembro, o prefeito Elias Pinto enfrentou a ameaça de uma prisão preventiva decretada pelo juiz de Óbidos. Ao tempo disso, repercutiu o *Jornal do Brasil*, havia sido destituída a presidência de Ronan Liberal (MDB) da Câmara Municipal e o vereador João Meneses foi expulso da ARENA acusado de traição.²⁰³ Em 1968, enquanto o país era sensibilizado pelas manifestações estudantis em todo o Brasil, que denunciavam as arbitrariedades da Ditadura, o prefeito Elias Pinto conseguiu uma decisão judicial em seu favor para retornar ao João Fona em 13 de setembro e, logo, no dia 18, encaminhou à Câmara para sua leitura no plenário. Houve uma tentativa de realizar sua posse no mesmo dia, porém o vereador Elinaldo Barbosa (ARENA) – prefeito interino – alegou precisar estar no aeroporto para recepcionar o governador, adiando, dessa forma, a posse. Em decorrência disso, Elias Pinto se utilizou das rádios²⁰⁴ para convocar apoiadores a acompanhá-lo à Prefeitura no dia 20 do corrente mês, visando tomar posse da municipalidade com o mandado de segurança em mãos. Nesse dia, Elias Pinto se dirigiu ao local, ladeado pelos deputados Santino Sirotheau e Haroldo Veloso e por populares apoiadores, no entanto, o governador se adiantara e enviara ao município um destacamento da Polícia Militar que cercou o prédio. “Havido excesso por parte dos soldados no cumprimento de seus deveres”²⁰⁵, a

²⁰³ Juiz de Óbidos decreta prisão. *Jornal do Brasil* (RJ). 16 dez 1967. 1º Cad. p. 4. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²⁰⁴ Nos termos dos Autos de Inquérito: “A cidade agitou-se com proclamações sediciosos pelo rádio através da voz do Sr. Elias Pinto”. Cf. Pedido de Busca Nº 160703/ABE/74. 18 Jul 1974. Assunto: Alacid da Silva Nunes. Fundo: SNI. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_83003608_d0001de0001.

²⁰⁵ Idem.

tentativa de posse resultou no assassinato de duas pessoas pelas mãos da PM e no ferimento de outras quatro, entre esses últimos o deputado Haroldo Veloso.²⁰⁶

O tiro dado em Haroldo Veloso acabou ricocheteando em direção à Câmara Federal, afinal, o militar era um parlamentar e – somado a isso – da ARENA. Logo, por decisão do presidente da Câmara dos Deputados dep. José Bonifácio (ARENA), foi enviado ao município de Santarém o dep. Dnar Mendes (ARENA) – membro da Comissão de Justiça – a fim de averiguar os acontecimentos e indicar os culpados. O resultado das investigações do deputado foi a culpabilização do governador Alacid Nunes que havia se oposto à presença de Haroldo Veloso na política desde 1966. Jarbas Passarinho (1996, p. 228-230) relata ter havido movimentos dentro da caserna também, pois Haroldo era tido como “uma joia da Revolução” pelo pres. Costa e Silva. Caso o general Jayme Portella não notificasse o presidente a tempo – relata Passarinho – colegas de farda de Haroldo empenhariam uma missão em represália ao ataque, objetivando depor Alacid Nunes. Apesar de toda a movimentação político-militar, Passarinho conclui seu relato acerca da “Chacina de Santarém” de forma lacônica: “Quanto ao resultado prático do relatório do deputado Dnar Mendes, *só o esquecimento*”.

O desfecho da crise ocorreu em julho de 1969, sob a égide do AI-5. Em reunião do Conselho de Segurança Nacional, o caso de Elias Pinto foi posto para apreciação. Como de praxe, iniciou-se com a leitura do prontuário fornecido pelos órgãos de informação no qual se constam todas as denúncias coletadas, ainda que sem comprovações, seguindo a cronologia dos fatos registrados. Concluída a exposição, facultou-se a palavra a quem desejasse e o presidente emitiu o seu parecer. A sessão concluía-se assim:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA [Costa e Silva] – Este homem está afastado da Prefeitura de Santarém e é um elemento perturbador. Eu até com respeito a Santarém estou inclinado a transformá-lo em município de Segurança Nacional. Lá o contrabando do ouro é muito sério. Não há maneira de ser evitado. Só fazendo uma intervenção federal. Subornam todo o mundo. Agora o interventor que está, é um Capitão que parece moralizou um pouco. *Além disso vai ter a Hidrelétrica lá perto...*

MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL [Jarbas Passarinho] – (interrompendo) Eu tenho dúvida quanto ao “ex-prefeito”. Ele é Prefeito e Sub-judice. Ainda não perdeu o mandato. Foi afastado pela Câmara e recorreu deste ato.

PRESIDENTE DA REPÚBLICA – (continuando) *...Então vamos ajudar a Câmara.* O Presidente da República resolve suspender os direitos políticos por dez anos do Senhor ELIAS RIBEIRO PINTO.²⁰⁷

²⁰⁶ Tiroteio em Santarém faz dois mortos e 4 feridos. *Jornal do Brasil* (RJ). 21 set 1968. 1º Cad. p 3. Fonte: Hemeroteca Digital – Biblioteca Nacional.

²⁰⁷ Ata da 49ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 1º jul. 1969. Fundo: CSN. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

As considerações de Costa e Silva são acrescidas de um “Além disso”, como se outro fato – talvez mais importante – devesse ser acrescido aos indicados pela comunidade de informações: vai ter a Hidrelétrica! No caso, tratava-se da Usina Hidrelétrica de Curuá-Una, cujos primeiros estudos haviam sido realizados em 1952 e adequados em 1966. Durante os 21 anos de Ditadura, intensificaram-se os projetos de intervenção na Amazônia, como a abertura de estradas e a instalação de usinas a fim de dar sustentação aos Grandes Projetos das fábricas de extração de matérias-primas. Esse me parece um ponto chave para a compreensão das tolerâncias ou não por parte dos militares no trato com os políticos locais. As visões, os planos e projetos, assim com os discursos mobilizados sobre a Amazônia, parecem estabelecer os limites às possibilidades abertas pela cultura política brasileira. Elias Pinto não era o único a ser alvo de acusações por parte dos agentes de informação, tão pouco era o único a se envolver em querelas políticas com os seus pares. A diferença dele e casos afins com outros – da parte do Governo Federal – é se atrapalhará ou não os planos econômicos. Em caso afirmativo, a possibilidade de cassação do mandato cresce, avalio. Mesquita (2018), que estudou os relatórios da Questão Agrária no SNI, observa como diferentes casos de grilagem de terra com utilização das prefeituras eram do conhecimento dos órgãos, no entanto, os políticos não eram cassados, ante mantidos em seus postos a fim de combater as “ameaças subversivas” como a luta dos posseiros. No próximo tópico, aprofundaremos esse argumento para melhor compreensão dos limites das negociações e acomodações dentro da Ditadura Militar no Pará.

3.3 Fechamento da ALEPA e novas cassações: nova dinâmica partidária no Pará

Aproveitando-se da edição do AI-5, oficiais da Aeronáutica, ainda inconformados com a impunidade do atentado de Santarém e ligados ao ministro da Justiça, dr. Gama e Silva, dele obtiveram a colocação em recesso da Assembleia [Legislativa]. Em carta ao ministro da Justiça, protestei, uma vez que a alegação de corrupção e de liberalidade nos gastos não era verdadeira, como inverídica era a acusação de sessões extraordinárias em excesso. Enquanto o governador [Alacid Nunes] silenciava – como de costume – eu lavrara o meu protesto escrito para o ministro (Passarinho, 1996, 232).

Em 27 de fevereiro de 1969, o presidente decretou o recesso das Assembleias Legislativas do Pará e de Goiás a pedido do ministro da justiça. No Ato Complementar nº 49 (AC-49), alegava-se a necessidade não apenas de “combater a subversão e a corrupção, mas, também, a impôr normas legais e morais” (Brasil, 1969). As alegações de sessões onerosas aos cofres públicos eram destinadas a duas Assembleias nas quais o Governo encontrava resistências aos seus ditames por parte dos parlamentares da oposição e do próprio partido, o que levou à

cassação de seis deputados estaduais em Goiás²⁰⁸ e dois deputados estaduais no Pará pelo Conselho de Segurança Nacional (CSN), tendo por base o AI-5. Além dos estaduais, foram ainda cassados os mandatos de quatro deputados federais e dois prefeitos paraenses pelo CSN.

Para Jarbas Passarinho, – vide citação acima – a ALEPA foi fechada em decorrência da crise política gerada em Santarém entre dois militares (Haroldo e Alacid) no processo eleitoral de 1966 que instigou os ânimos de membros da Aeronáutica, desejosos da deposição do governador após o ataque ao deputado aviador. De fato, o AI-5 – de modo geral – não foi resultado do célebre discurso de Moreira Alves e o seu processo de cassação, mas apenas serviu como pivô para um ato delineado ainda em junho de 1968 (Fico, 2020). Militares inconformados com a insuficiência – em sua concepção, claro – de cassações em 1964 e 1965, desejavam uma nova oportunidade para realizar a sua “Operação Limpeza”. Martins Filho (2020) insere Passarinho dentro do chamado “grupo palaciano”, o qual desejava a manutenção dos cargos próximos ao presidente, contrapondo-se à linha dura e ao grupo do gen. Albuquerque Lima, esses desejosos de uma radicalização do Regime. De acordo com o novo cônsul americano em Belém Louis P. Goelz, a reação dos políticos locais ao AC-49 presidencial foi de choque, surpresa e dor.²⁰⁹ A razão era clara, o ministro Jarbas Passarinho não havia sido consultado previamente sobre o ato e – não obstante – havia assegurado aos seus correligionários que a Assembleia Legislativa do Pará não seria tocada, enquanto outras já haviam sido postas em recesso na Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. A exclusão da consulta, desse modo, atribui-se a sua posição distante da linha dura – ainda que igualmente defensora da Ditadura.

Acerca das cassações de mandatos, essas eram esperadas e foram alertadas por Passarinho ainda em dezembro de 1968, segundo telegrama confidencial do Departamento de Estado do Estados Unidos.²¹⁰ Nesse documento, Goelz informa a Embaixada no Rio de Janeiro que o ministro confidenciara a Gerson Peres não ser a favor do AI-5, mas o apoiou devido ao sentimento popular e *dos generais* de serem necessárias punições das “difamações” imputadas aos militares. Pelo teor do telegrama, o informante do cônsul deve ser o próprio Gerson Peres, pois é dito que ele confirma a cassação de deputados *arenistas* como Armando Correa, Camilo

²⁰⁸ GOIÁS. Assembleia Legislativa de Goiás. Memorial – A Constituição Estadual no período da Ditadura. Disponível em: <https://publicacoes.al.go.leg.br/memorial/-constituicao30anos>. Acesso em: 1 jul. 2023.

²⁰⁹ No original: *The reaction in Para was one of shock, surprise and hurt*. Cf. “Pará Legislative Assembly Recessed by Presidential Decree” (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:367509/>.

²¹⁰ “Peres on Signing of IA-5” (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:336526/>.

Montenegro Duarte e Juvêncio Dias. Ademais, a pedido do ministro, Gerson teria advertido o diretor do jornal *O Liberal* Rômulo Maiorana – acusado repetidas vezes de contrabando – sobre as investigações em curso contra ele, o que o levou a “sair de férias”. Por fim, o documento reporta a atitude do governador Alacid em recomendar a punição pública ou deportação de um padre irlandês por ter celebrado a missa na cidade de Santarém utilizando vestes litúrgicas pretas, sinal de luto, deixando os oficiais regionais enfurecidos.

Nesse último tópico, analisaremos as atas do CSN no processo de cassação (ou não) dos deputados federais, estaduais e prefeitos no Pará. No anterior, acompanhamos o caso do prefeito Elias Pinto e a “ajuda” dada pelo CSN à Câmara Municipal para a sua cassação em benefício de uma Hidrelétrica a ser instalada no Baixo Amazonas. Resta-nos, então, ampliar essa perspectiva e vincular isso ao fechamento da Assembleia Legislativa que – como explicado – não era esperado pelos políticos paraenses dada a proeminência da ARENA na região. Corroborando Motta (2018), interpreta-se a aplicação do AI-5 e atos complementares enquanto um momento de enquadrar os aliados dissidentes, especialmente os arenistas, pois – observa Bahiense (2022) – o partido passava por um processo de disciplinarização pelos militares. O critério para essa aplicação dos atos, defendendo, é a perspectiva de ações para a Amazônia que se viram ameaçadas em decorrência das ações dos políticos insufladas pelas mobilizações estudantis, apresentadas logo de início no capítulo. As conciliações políticas eram uma via possibilitada pela cultura política brasileira, no entanto, não era – reitero – determinante das ações dos sujeitos. As formas como ARENA e MDB se articularam no Pará mantinham parte do constructo anterior ao golpe e se adaptava à nova conjuntura, construindo consensos sociais em apoio ao novo regime, mas a custo de atritos internos e externos nos grupos políticos do estado.

Apenas um dos três nomes indicados por Gerson Peres ao consulado como alvo de cassação do mandato se concretizou: Camilo Montenegro Duarte. Quanto aos outros dois (Armando e Juvêncio), não se encontrou apreciação do mérito pelo Conselho, ainda que tenham sido organizadas documentações pelo Gen. Jayme Portella de Mello a fim de serem apresentadas ao presidente. Ademais, outros nomes devem ser acrescentados à lista de Peres, incluso o seu próprio, enquanto alvo para cassação. A explicação de Jarbas Passarinho (1996) para esses alvos (concretizados ou não) é sempre o desejo da “linha dura” da Aeronáutica em depurar os partidos. Entre 7 de fevereiro e 16 de outubro de 1969, o Conselho se reuniu e cassou os mandatos e direitos políticos de: deputado federal Camilo Montenegro Duarte (ARENA), dep. Fed. Epílogo Campos (ARENA), dep. Fed. Hélio Gueiros (MDB), dep. Fed. Gilberto Campello (ARENA), dep. Est. Laércio Barbalho (MDB), dep. Est. Maravalho Narciso Belo

(MDB), do prefeito de Santarém Elias Pinto (MDB) e do prefeito de Cametá Manoel Constantino Veiga (ARENA).

Além dos deputados federais Armando Corrêa e Juvêncio Dias (ARENA), ficaram fora dessa lista o dep. Fed. Gabriel Hermes Filho (ARENA) e os deputados estaduais Abel Nunes Figueiredo (ARENA), Gerson Peres (ARENA), Ubaldo Corrêa (ARENA) e Geraldo Manso Palmeira (ARENA). Afirmam-se estarem de fora porque – assim como os cassados – foram produzidos materiais visando à cassação deles, no entanto, o seu processo não foi adiante. Esses materiais continham informações reunidas pela comunidade de informações acerca de atos políticos tidos como subversivos ou de envolvimento com atos ilícitos em eleições ou no âmbito do comércio. Como não houve apreciação pelo CSN, não é possível precisar o momento de elaboração desses materiais, porém seguramente o foram entre fevereiro e outubro de 1969, a exemplo dos cassados.

Dito isso, analisemos a apreciação dos cassados. O primeiro deles foi o deputado federal Camilo Montenegro Duarte. Familiar distante do ex-governador do estado Augusto Montenegro (1901 – 1909), ele era advogado, professor universitário e ex-integrante da UAP. Concorreu pela primeira vez em 1966 e foi eleito como o mais votado pela ARENA, mas – ainda no período democrático – havia sido membro e presidente municipal do Partido Democrata Cristão (PDC), uma legenda pequena no estado. Quando foi eleito, era diretor e advogado do Banco de Crédito da Amazônia (BCA) a convite de Armando Dias Mendes, professor e ex-deputado estadual pelo PSP, indicado ao cargo de presidente do BCA por Humberto Castelo Branco. Em depoimento ao projeto A UFPA e os Anos de Chumbo, o deputado explica a sua participação na ARENA da seguinte forma:

CMD – [...] fui convidado para entrar na ARENA, e na ARENA, numa ala praticamente de discordância do coronel Jarbas Passarinho, nós tínhamos um grupo, nós éramos amigos, o coronel e eu, mas nós tínhamos uma linha de ação própria, talvez não tanto militar, mais independente, menos militarizada, vamos dizer assim.

EF: – Assim, de crítica já há algumas ações do regime?

CMD: – Já com críticas algumas ações do regime. O presidente Castelo Branco era mais tolerante nesse ponto, o general Gustavo Moraes Rego, que era chefe da casa militar era também mais aberto, e nós tínhamos, portanto, uma linha própria; nessa altura eu fui convidado a ser candidato a deputado federal, e os meus inimigos, naquela altura, pediram a abertura de um inquérito policial militar contra mim, e eu respondendo sozinho por causa da invasão do quartel general durante o trote.²¹¹

²¹¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (57min e 17seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1309>>. Acesso em: 2019.

Uma linha independente na ARENA, discordante de Jarbas e – presume-se – de Alacid também, afinal o deputado a define enquanto menos militarizada. Esse posicionamento deve ter motivado a circulação de um boato de que o seu nome seria vetado por Jarbas Passarinho nas eleições de 1966. Na ata do CSN, a sua eleição é atribuída a três fatores, dos quais destaco a de ter sido “–Influenciado politicamente pelo líder esquerdista Senador EDWARD CATETE PINHEIRO, comunista fichado no DOPS. – Ligado a grupos econômicos da esquerda, com mais destaque o Grupo Carneiro, um dos detentores do poder econômico do Pará”.²¹² Ora, a ótica dos agentes da repressão é evidente, entretanto, a despeito da visão pejorativa, os informes delineiam conexões políticas do deputado com outros políticos bem articulados no estado que – assim como ele próprio – eram descritos como independentes à tradicional dicotomia jarbistas-alacidistas. A própria bagagem pessoal de Montenegro o habilitava a concorrer aos pleitos eleitorais com chances de vitória, haja vista a sua atuação no BCA, na UFPA e no Conselho de Planejamento da SPVEA. Assim, atuação comunista, grupos esquerdistas e subversivos são um vocabulário da comunidade de informações que podem ser interpretados como atuação junto aos grupos sociais organizados no campo, organizações estudantis e diálogo com pessoas militantes ou então próximas de pautas nacionalistas (Joffily, 2013).

Prosseguindo, durante a apreciação, o presidente Costa e Silva – assim como no caso de Elias Pinto – evidencia qual aspecto do material de informações apresentados lhe chama a atenção:

PRESIDENTE DA REPÚBLICA – (continuando) Bem, o que está aqui no processo, não repousa apenas, nas informações de uma, duas pessoas ou de um Estado-Maior, é um conjunto de informações, englobando, *inclusive, a atuação, as palavras e os atos do Deputado, dentro da própria Câmara dos Deputados.*

MINISTRO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL – (interrompendo) Ele votou sempre contra nós, sistematicamente contra nós.

A atuação do deputado contrária ao governo “*inclusive*” era algo grave, fato ressaltado por Jarbas Passarinho, que minutos antes era opositor da acusação de comunismo imputada ao deputado. Aliás, no prontuário de Armando Carneiro²¹³ – citado como uma das ligações de Montenegro – consta igualmente a acusação de se encontrar estreitamente ligado a inimigos do Regime Militar como os deputados cassados Américo Silva (PTB), Ferro Costa (UDN) e Gilberto Mestrinho (PTB). Contudo, diferentemente de Montenegro Duarte, quando ocorreu a

²¹² Ata da 40ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 7 fev. 1969. Fundo: CSN. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

²¹³ Prontuários. Encaminhamento nº 87/A2. 08 out. 1969. Fundo: CISA. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_vaz_0_0_34714_d0001de0001.

votação do caso Moreira Alves e outros projetos oriundos do Executivo, Armando Carneiro votou em apoio ao Governo Militar, fato destacado nos relatórios produzidos após a votação de 12 de dezembro de 1968. Ademais, outro acusado ausente nos debates no CSN, Gabriel Hermes Filho esteve à frente do BCA durante o período João Goulart, chegando a acompanhá-lo na visita à China Popular, porém – novamente se ressalta – nunca votou contrário ao governo, apesar de (como se observou no capítulo anterior) não ser figura política passiva antes os planos econômicos advindos de Brasília.

Na mesma sessão na qual se cassou o mandato e direitos políticos de Montenegro Duarte, o CSN apreciou o caso de outro *arenista*, Epílogo Gonçalves de Campos, médico e professor. Ele igualmente enfrentou dificuldades para ingressar no partido do governo, obtendo o seu assento apenas por ser deputado federal quando o governo buscava consolidar a sua base na Câmara Federal. Antes mesmo do AI-5, o deputado foi aposentado do Ministério da Educação e exonerado do Conselho Superior de Educação (CSE) em setembro de 1968. Como o seu mandato era de suplente, não votou o caso Moreira Alves. Entre as acusações elencadas se encontra a de que “– Deu emprego a esquerdistas, visando a obter o apoio dos comunistas à sua futura candidatura ao Governo do Pará”. As informações era de que o deputado mantinha contato com estudantes universitários, entretanto, não foi possível avaliar a existência e o grau desse contato, porém, a sua cassação sob tais argumentos pressupõe a percepção negativa do Governo a respeito do movimento estudantil organizado em Belém e a sua vinculação com os políticos que alteraram seus discursos em resposta aos protestos. O afastamento do MEC ocorre concomitantemente aos eventos ocorridos em Belém e em Santarém, considerando-se a cassação do mandato e direitos políticos o desfecho de algo iniciado ainda em 1968.

Se no caso de Epílogo Campos, o envolvimento com os estudantes foi acusado pelo seu prontuário, no caso dos deputados *emedebistas* Laércio Barbalho e Maravalho Belo, julgados pelo CSN na sessão de 3 de março, a presença deles nos atos estudantis sequer foi apresentada, isso, pois, enquanto integrantes da ala do MDB paraense crítica ao governo, os deputados deram material suficiente aos órgãos de informação. Sobre Laércio, registrava-se a denúncia feita pelo parlamentar na tribuna da Assembleia quanto à entrega de atas das sessões ao Serviço Secreto do Exército. Somava-se a isso a sua defesa da Frente Ampla surgida em 1966, assim como a da imagem do ex-presidente Juscelino Kubitscheck, com quem afirmavam ter vínculos. Algo provavelmente apenas partidário e exagerado pelos agentes como algum conluio. A respeito de Maravalho Belo indicou-se a sua filiação ao PTB e ao PSD, algo fruto possivelmente dos antigos acordos ocorridos na década de 1960, vide o primeiro capítulo.

Essas são as únicas cassações de membros à nível estadual do MDB no Pará, para além de Elias Pinto. Essa peculiaridade pode ser compreendida a partir da diferenciação indicada por Grinberg (2009) entre as cassações ocorridas em 1964 e 1965 e as provocadas pelo AI-5. Se nas duas iniciais havia um claro interesse dos membros dos partidos políticos em eliminar os adversários – algo que podemos relacionar às cassações movidas pelas Câmaras Municipais e a favoráveis aos opositores do PSD no Pará – a última foi tomada por iniciativa exclusiva dos militares. Nesse sentido, destaca-se a onipresença de *arenistas* na lista não-oficial de alvos de cassação apresentadas nesse tópico formulada a partir dos prontuários encaminhados ao CSN. Ao invés de um partido de “Sim, senhor” – como destaca Sobreira (2018) para a Paraíba – no Pará, a ARENA buscava canalizar a vontade social e ser representante de um leque de apoiadores, não apenas subserviente aos militares. Esse ponto nos exige complexificar as análises dos partidos vencendo memórias consolidadas, cita-se o exemplo da concepção do MDB como grande defensor da democracia, atitude adotada mais nos anos 1970 (Kinzo, 1988), sendo algo menor ao se observar o do Pará neste primeiro momento que ora se aproximava do governo em sua maioria.

No plano federal, a bancada paraense do MDB possuía apenas dois representantes, João Menezes e Hélio Gueiros. O primeiro disputou a liderança estadual do partido, mas acabou perdendo para o grupo com quem Gueiros possuía bom trânsito. Em abril de 1969, o CSN apreciou as acusações contra Hélio Gueiros que – comparado aos outros paraenses acusados – possuía o maior prontuário. Enquanto jornalista, Hélio Gueiros – informa o prontuário – propagava críticas aos militares através do jornal *O Liberal* – criado a fim de dar apoio ao PSD – e da TV Marajoara, canal que veiculou o debate dos estudantes com o ministro Tarso Dutra e onde possuía um programa chamado *Em primeira mão*. Conforme a ata do CSN, “– As campanhas que move contra o governo pela TV MARAJOARA, têm produzido impacto na opinião pública”.²¹⁴

As informações destacam toda a articulação do deputado e a sua ativa oposição presente desde golpe, momento no qual foi mantido preso e incomunicável por uma semana devido ao editorial “As tiranias passam”. Enquanto figuras proeminentes do PSD paraenses foram cassadas, assim como do recém fundado MDB, Hélio Gueiros foi mantido dentro do jogo político, podendo-se considerá-lo um dos herdeiros do *baratismo* dominante na política local. O momento de fundação do diretório *emedebista* apresentado no capítulo anterior, recorda-se, foi viabilizado pela mediação do deputado.

²¹⁴ Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 09 abr. 1969. Fundo: CSN. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

Por fim, o último paraense cassado do Poder Legislativo foi o deputado federal Gilberto Ronaldo Campello de Azevedo em 30 de setembro de 1969, dia do seu aniversário. Paraibano, era membro da Câmara Federal desde 1962 quando foi eleito pelo PTB e servidor público do Banco do Brasil, aposentado compulsoriamente após ser removido pelos militares do Congresso. Apesar de ser olvidado do registro historiográfico sobre os paraenses cassados, Gilberto Azevedo – registra o seu prontuário²¹⁵ – teve ativa atuação na política brasileira, dois quais se observa: oficial do gabinete ministerial de Tancredo Neves (PSD) entre março de julho de 1962, no qual os *petebistas* possuíam três assentos e – depois – sendo expulso do PTB por decidir integrar o “Bloco Revolucionário” no Congresso em 1965.

Com o segundo prontuário mais extenso encontrado, os agentes destacaram a vice-liderança exercida por Gilberto Azevedo tanto ao tempo do PTB quanto na ARENA, assim como o seu voto no caso Moreira Alves, a sua proximidade com João Goulart e Leonel Brizola (lideranças *petebistas*) e a sua proximidade com “elementos lacerdistas”. Essas alegações de corrupção e venialidade podem se tratar de habilidade em firmar acordos e se posicionar dentro dos debates de âmbito nacional no parlamento.

As cassações dos mandatos desses políticos nos possibilitam compreender tanto a capilaridade da ARENA no estado quanto o núcleo *pessedista* no MDB do Pará. A força golpista vinda de fora dos partidos e da ALEPA – rememorando a descrição do golpe no Pará pelo consulado – foi decisiva para desarticular o PSD no Pará e provocar uma migração das bases políticas para a ARENA. Ademais, a apropriação de modos de se fazer política pelos militares Jarbas Passarinho e Alacid Nunes também possibilitou essa migração. O consenso social em prol da Ditadura Militar, interpreto, deve-se às continuidades da cultura política local, assentada – sim – em esquemas clientelistas, mas, para além disso, na continuidade das mobilizações dos políticos experientes na nova configuração partidária. A negociação e conciliação foi algo buscado pelos partidos políticos, assim como ofertado pelos militares.

Como destaca Napolitano (2021), o governo Castelo Branco – erroneamente tido como moderado – foi o momento de estruturação dos mecanismos de repressão da Ditadura Militar, de modo que – corrobora Fico (2020) – o AI-5 não se tratou de um golpe, mas da evolução da repressão existente desde 1965. Os políticos cassados – alguns poupados das listas de 1964 e 1965) – não eram mais necessários ao Regime, que se encontrava dotado de consenso social a esse tempo, principalmente devido aos seus contantes votos contrários às pautas do Governo Federal. Considero essencial destacar esse aspecto do alinhamento aos planos dos militares,

²¹⁵ Processo de Gilberto Ronaldo Campello de Azevedo. Fundo: CSN. Fonte: Arquivo Nacional. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0713_d0001de0001.

isso porque outros políticos – como os sete *arenistas* citados acima – foram igualmente acusados de corrupção, subversão e, até mesmo, de atos imorais, no entanto, nunca se encontraram entre cassados. Enquanto mobilizassem um idioma comum acerca do discurso sobre Amazônia, por exemplo, esses políticos se mantiveram na política e dentro do partido do governo.

Os prontuários alegaram corrupção de Geraldo Manso Palmeira e Martins Jr. nas eleições de 1966, com compra de votos para esse último. A respeito de Gerson Peres, foram indicadas às suas manifestações em apoio aos estudantes, assim como a sua atuação – juntamente a de Hermes Filho – na eleição do prefeito cassado Manoel Constantino Veiga em Cametá. A família Carneiro, incluso Armando Carneiro, não gozava de bom prestígio entre a comunidade de informações, considerada um grupo político independente, mesmo de Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. Abel Figueiredo – político experiente e sogro do governador odiado pela Aeronáutica – era acusado de manipular as eleições no Marajó e obter favores indevidos. Enfim, a lista de acusações é vasta. Sobre elas, não são apresentadas provas alguma, apenas informações. Para esses, as acusações não foram consideradas suficientes, sorte não lograda pelos cassados. Assim, argumento, a conciliação e negociação política era ofertada pelos militares aos políticos essenciais para a manutenção do consenso social no estado. Ainda em 1969, o Governo Militar apresentou a “Operação Tapajós”, uma nova tentativa de lançar projetos econômicos para a região a fim de agregar o empresariado e tomar a Amazônia enquanto uma vitrine do sucesso do governo; para tal, necessitaria da capilaridade dos partidos políticos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Ditadura Militar pôs fim aos partidos políticos construídos nacionalmente há 20 anos em 1965, uma última pá de cal na democracia enterrada após a deposição do presidente João Goulart. Estudantes, militares nacionalistas, jornalistas, políticos e trabalhadores foram presos e mantidos incomunicáveis. Outros torturados e muitos desaparecidos, deixando aos seus familiares apenas a dor da ausência sobre onde residem os seus restos mortais. Esse tempo foi de censura e repressão às manifestações livres de pensamento. Como pôde durar tanto tempo? Por que 21 anos de Ditadura Militar? Ora, com esse trabalho, espera-se estar claro e evidente o consenso social produzido por agentes cientes de suas ações, tais como os membros de partidos políticos e representantes de instituições sociais. A Ditadura Militar se tornou possível porque, infelizmente, foi quista por setores da sociedade brasileira e foi defendida, tragédia ainda vista por nós em atos políticos atuais.

Esse consenso não foi feito sem atritos, houve disputas pelo encaminhamento a ser dado ao país após o golpe pelos golpistas. Políticos, militares e agentes externos possuíam entre os seus pares e os grupos alheios diferentes concepções de Brasil. E não se observe essa constatação enquanto uma defesa dos apoiadores, mas enquanto exercício necessário de compreensão para a pesquisa acadêmica, evitando-se os reducionismos da visão maniqueísta presente em dicotomias como duros e moderados, *jarbistas* e *alacidistas* ou oposição e resistência. Nesse sentido, a análise da trajetória da formação da ARENA e do MDB no Pará deve nos encaminhar a um desejo de complexificar ainda mais nossas pesquisas sobre a Ditadura Militar. Diferentemente das pechas negativas conferidas aos partidos, tais como a de elementos decorativos, observamos uma atuação constante dos políticos, ainda que limitados pelos Atos Institucionais e Complementares dos militares.

Ao analisar a forma como a Ditadura impactou a política paraense, evidencia-se as continuidades da cultura política local inclusive pelos militares alçados à política partidária pelo golpe (Jarbas Passarinho e Alacid Nunes) que – entretanto – já se faziam presentes tangencialmente nesse meio pelo menos desde o início da década de 1960. Esse impacto ensejou também a articulação de um novo discurso sobre a região Amazônica dentro dos jogos de linguagem política como forma de galvanizar os diferentes grupos, especialmente dentro da ARENA, partido dos ditos “revolucionários” de primeira e segunda hora. Essas negociações possibilitadas em ambos os campos (políticos e militares) nos auxiliam a compreender as sucessivas vitórias da ARENA nos pleitos estaduais de 1966 (estudados aqui) até 1982, quando

um político do MDB ascendeu ao governo do estado, mas com o apoio de uma dissidência *arenista*.

Porém, o destaque às continuidades nos modos de se fazer política podem dar a falsa impressão de ausência de trauma. Assim, ressalta-se como sujeitos políticos surgidos ao longo da Democracia Liberal foram excluídos dos processos de negociação seja por sua origem de classe seja por aquilo que de político carregavam em seus discursos, notadamente os membros do movimento estudantil e os membros dos sindicatos rurais do Pará. Apesar de não ter ocorrido a cassação por iniciativa dos militares de políticos paraenses com origem social pobre, a exemplo do ocorrido em outros estados como Minas Gerais e Goiás, a sua vinculação – ainda que por puro cálculo político – a esses grupos historicamente marginalizados, negligenciados e/ou infantilizados se deve à perda de direitos políticos desses integrantes do parlamento estadual e federal.

Em vista dessa trajetória, cabe a nós – pesquisadores – ser voz dissonante ante o discurso silenciador através do nosso ofício exercido com ética e rigor acadêmico. Ditaduras não ocorrem sem um ditador e outros pequenos ditadores a lhe apoiar e servir, como ensina Étienne de La Boétie (2018). A Ditadura Militar representou sim um momento de redução da capacidade de atuação política na Amazônia (Petit, 2003), mas não a todos os grupos políticos e sujeitos sociais, tão pouco o foi de maneira passiva, sem colaboração ou oposição.

Essa dissertação é um primeiro esforço em busca de compreender as dinâmicas políticas a partir dos próprios partidos políticos, tomados como objeto central da pesquisa. Apresenta-se como contribuição à historiografia sobre o impacto da Ditadura no âmbito regional e sobre as seções paraenses dos partidos políticos, assim como busca lançar luz sobre outras cidades do estado do Pará, para além da capital Belém, tão privilegiada nos estudos de maior repercussão, especialmente no que tange aos primeiros anos do Regime. Espera-se ter aberto um caminho ao qual não voltaremos, ao contrário, manteremos o curso em busca de novas veredas, fazendo emergir as dinâmicas presentes no âmbito dos mais de 144 municípios que compõem atualmente o estado do Pará.

FONTES

- Arquivo Nacional (SIAN):

Investigação sumária, libelo e conclusões finais do relatório sobre corrupção no estado do Pará. Cod. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002171_d0001de0001.

Relação completa de civis e militares cassados em 1964. Cod. Ref.: br_rjanrio_tt_0_mcp_avu_0053_d001.

Informação nº 18/A2. Assunto: Ligação com esquerdistas. 27 out. 65. Código de ref.: br_dfanbsb_vaz_0_0_15460_d0001de0001.

Encaminhamento nº 248/DSI/MJ. Assunto: Processo MJ/5.699/68. 26 jun. 1968. Prontuário de Rui Guilherme Paranatinga Barata. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ccc_68013019_d0001de0001.

Informação Nº 127/QG-4. 18 Set. 68. Assunto: Movimento Estudantil. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_81008775_d0001de0001.

Encaminhamento Nº 024/SNI/NABE. Investigação Sumária, Libelo e Conclusões Finais do Relatório (Remete Cópia). 24 fev. 1969. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002171_d0001de0001.

Informação Nº 183/SANI/ARJ. 29 Fev. 68. Assunto: Mun de TOMÉ-AÇU/PA. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_AAA_68094201_d0001de0001.

Processo de Gilberto Ronaldo Campello de Azevedo. Fundo: CSN. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_pro_css_0713_d0001de0001.

Ata da 40ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 7 fev. 1969. Fundo: CSN. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

Ata da 48ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 09 abr. 1969. Fundo: CSN. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

Ata da 49ª Sessão do Conselho de Segurança Nacional, 1º jul. 1969. Fundo: CSN. Cód. Ref.: br_dfanbsb_n8_0_ata_0005_d0001de0001.

Prontuários. Encaminhamento nº 87/A2. 08 out. 1969. Fundo: CISA. Cód. Ref.: br_dfanbsb_vaz_0_0_34714_d0001de0001.

Informação nº 027/SNI/NABE. Assunto: Antecedentes de Pessoas. 24 fev. 71. Código de ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_82002334_d0001de0001.

Pedido de busca nº 160703/ABE/74. Assunto: Alacid da Silva Nunes, 18 Jul. 74. Cód. Ref.: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_kkk_83003608_d0001de0001.

Encaminhamento nº 0208/117/ABE/82. Irregularidades praticadas por João Brasil Monteiro, prefeito municipal de Itupiranga/PA, 18 mar. 82. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8.MIC, GNC.KKK.82002124.

Informação nº 0450/115/ABE/82. Situação política no município de Itupiranga/PA, 27 mai 82. Cód. Ref.: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_KKK_82002080_d0001de0001.

- Assembleia Legislativa do Estado do Pará:

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Ata Sessões extraordinárias 1963 –1967. 1ª sessão extraordinária. 11 jun. 1964.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 1ª a 6ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 7ª a 12ª sessões ordinárias. Julho de 1964.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 13ª a 20ª sessões ordinárias. Agosto de 1964.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Extraordinárias. 11ª a 20ª Sessão. Janeiro de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 1ª a 10ª Sessão. Julho de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 28ª a 31ª Sessão. Agosto de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 32ª a 40ª Sessão. Setembro de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 41ª a 50ª Sessão. Setembro de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões Ordinárias. 51ª a 64ª Sessão. Outubro de 1966.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 34ª a 39ª sessões ordinárias. Setembro de 1967.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 40ª a 45ª sessões ordinárias. Setembro de 1967.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 58ª a 61ª sessões ordinárias. Outubro de 1967.

PARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Pará. Livro de Sessões, 7ª a 12ª sessões ordinárias. Março e Abril de 1968.

- Biblioteca Nacional – Hemeroteca Digital:

INDUSTRIALIZAÇÃO DA JUTA NO BAIXO AMAZONAS. *Correio da Manhã* (RJ). 25 set. 1951, ed. 17950, p. 4.

Levadas ao Rio as conclusões da Conferência do Pará. *Terra Livre* (SP), ed. 0073, p. 4, 1956. Pará. *O Acre* (AC), 10 jun. 1956, ed. 1255, p.4.

Executivo acusa deputado do PTB: comunismo na rebelião de colonos de Santarém. *Tribuna da Imprensa* (RJ), 29 nov. 1957, ed. 02403, p. 5.

BARATA VAI À EUROPA, MAS QUER ELEGER, ANTES, O VICE-GOVERNADOR. *Última Hora* (RJ), 15 maio 1959, ed. 02721, p. 3.

Dêem asas à Amazônia. *Diário de Notícias* (RJ), 30 out. 1960, p. 4.

NOTIFICIÁRIO DOS ESTADOS. *Correio Braziliense*, ed. 01201, 20 ago. 1964.

PANORAMA POLÍTICO: Estaduanas. *O Jornal* (RJ). 22 ago. 1964, Cad. 1, p. 6.

PANORAMA POLÍTICO: Cassações – II. *O Jornal* (RJ). 18 nov. 1965, Cad. 1, p. 6.

Em confiança. *O Cruzeiro* (RJ), ed. 0019, p. 40, 12 fev. 1966.

Agenda: decretos. *Jornal do Brasil* (RJ), ed. 00119, 24 mai. 1966.

OPERAÇÃO AMAZÔNIA. *Manchete* (RJ), ed. 764, p. 44, dez. 1966.

Crise de Santarém gera atrito. *Jornal do Brasil* (RJ). 14 nov 1967. 1º Cad. p. 3.

Juiz de Óbidos decreta prisão. *Jornal do Brasil* (RJ). 16 dez 1967. 1º Cad. p. 4.

A fiel conselheira. [Revista] *Chacaras e Quintaes* (SP), ed. 0697, p.8, jan. 1968.

O Cruzeiro (RJ), ed. 38, set. 1968.

Tiroteio em Santarém faz dois mortos e 4 feridos. *Jornal do Brasil* (RJ). 21 set 1968. 1º Cad. p. 3.

- Fundação Cultural do Pará (Centur) – Biblioteca Arthur Vianna, Hemeroteca:

PRT vai dar apoio total ao PSD em 65. *A Província do Pará*, 1º mar. 1964.

Notícias & opinião por Rubens Silva: [...] na CDP gira em torno de nomes para vice e senador. *A Província do Pará*, 1º mar. 1964.

ADESÃO AO PSD. *A Província do Pará*, 10 mar. 1964.

SUCESSÃO ESTADUAL. *A Província do Pará*, 15 mar. 1964.

A CONVENÇÃO DO PSD RIO. *A Província do Pará*, 17 mar. 1964.

BASE SOLIDIFICADA. *A Província do Pará*, 20 mar. 1964.

ARMANDO CARNEIRO, CANDIDATO. *A Província do Pará*, 20 mar. 1964.

UDN regional enviará grande comitiva a São Paulo para a convenção que indicará CL. *A Província do Pará*, 29 mar. 1964.

Completar a revolução. *A Província do Pará*, 05 abr. 1964.

“Lista vermelha” pronta para ser enviada ao Congresso. *A Província do Pará*, 10 abr. 1964.

Unanimidade de trinta e quatro votos decretou a cassação do mandato de Benedito Monteiro. *A Província do Pará*, 15 abril 1964.

No momento: Assembleia mostra-se firme ao lado da Revolução para a moralização da Democracia. *A Província do Pará*, 15 abr. 1964.

Governo sem oposição em Santarém. *A Província do Pará*, 21 abr. 1964.

Reforma eleitoral prevê extinção dos partidos. *A Província do Pará*. 1º maio 1964.

Cassações de mandatos em Ananindeua. *A Província do Pará*, 06 maio 1964.

Política agitada de Alenquer causa a morte de um vereador. *A Província do Pará*, 14 maio 1964.

A Certidão do Zé. *O Liberal*, 21 maio 1964.

Dez paraenses na lista de ontem de cassação de mandatos e direitos. *A Província do Pará*, 10 jun. 1964.

Assunção discorda da Revolução no Pará e defende o Poder Civil. *A Província do Pará*, 10 jun. 1964.

Associação Comercial do Pará: NOTA OFICIAL. *A Província do Pará*, 10 jun. 1964.

REFORMA DOS PARTIDOS. *A Província do Pará*, 28 jul. 1964.

Partido da Oposição, por Austregésilo de Athayde. *A Província do Pará*, 1º dez. 1965.

ARENA: conflitos regionais são o principal problema. *A Província do Pará*, 8 dez. 1965.

AC-6 prorroga prazo para os partidos. *A Província do Pará*, 04 jan. 1966.

Olhando de longe: 65 de Castanhal aplaudem JP no Senador. *A Província do Pará*, 04 jan. 1966.

Olhando de longe: JP vai a Curuçá. *A Província do Pará*, 13 jan. 1966.

Olhando de longe: JP: cidadão de Maracanã. *A Província do Pará*, 27 de jan. 1966.

CONFIANÇA. *A Província do Pará*, 30 jan. 1966.

Olhando de longe: ARENA pode ser reaberta para Assumpção. *A Província do Pará*, 06 fev. 1966.

Informe Especial: As eleições na Associação Comercial. *A Província do Pará*, 10 fev. 1966.

Informe especial: Lobão está na Arena. *A Província do Pará*, 11 fev. 1966.

MDB regional ameaçado de intervenção. *A Província do Pará*, 16 fev. 1966.

Uma ala do ex-PTB no Modebrás. *A Província do Pará*, 16 fev. 1966.

Informe especial: o lápis vermelho do presidente. *A Província do Pará*, 17 fev. 1966.

ARENA: querem reviver a política de Magalhães Barata. *A Província do Pará*, 04 mar. 1966.

Amapá sem oposição. *A Província do Pará*, 09 mar. 1966.

Homenagem das classes produtoras a Jarbas. *A Província do Pará*, 17 mar. 1966.

Prefeito adere. *A Província do Pará*, 17 mar. 1966.

Martins Junior falando pelas classes produtoras: - O Pará conta com Jarbas Passarinho. *A Província do Pará*, 20 mar. 1966.

Informe Especial: diretoria do ex-PSD na Arena. *A Província do Pará*, 30 mar. 1966.

Informe Especial: JP adiou viagem a Bragança. *A Província do Pará*, 1º abr. 1966.

Kzan eleito no MODEBRA por um voto e com um ausente. *A Província do Pará*, 05 abr. 1966.

A interferência estranha. *A Província do Pará*, 05 abr. 1966.

Martins Júnior ressalta em S. Paulo que Amazônia precisa de investimentos sulistas. *A Província do Pará*, 08 abr. 1966.

Informe Especial: prefeito de Santarém na Arena. *A Província do Pará*, 20 abr. 1966.

Os diretórios que faltam. *A Província do Pará*, 17 mai. 1966.

O MDB em Santarém. *A Província do Pará*, 19 maio 1966.

Política de Santarém. *A Província do Pará*, 28 maio 1966.

FRONTEIRAS INVADIDAS por Gabriel Hermes. *A Província do Pará*, 25 jun. 1966.

Kzan volta anunciando campanha nacional do MDB pelo voto direto. *A Província do Pará*, 25 jun. 1966.

A DESCAPITALIZAÇÃO DA AMAZÔNIA por Gabriel Hermes. *A Província do Pará*, 26 jun. 1966.

A RPP DIZ QUE PRECUÁRIA AMAZÔNICA ESTÁ SENDO MARGINALIZADA. *A Província do Pará*, 26 jun. 1966.

Informe Especial: A HORA E A VEZ DA AMAZÔNIA NOS PLANOS DO NOVO MINISTRO DO INTERIOR. *A Província do Pará*, 10 jul. 1966.

Câmara cassa o prefeito de Guamá. *A Província do Pará*, 10 jul. 1966.

GABRIEL HERMES ANUNCIA QUE COSTA E SILVA DÁ PRIORIDADE À AMAZÔNIA. *A Província do Pará*, 13 jul. 1966.

Jarbas fala aos maçons sobre problemas da Amazônia. *A Província do Pará*, 16 ago. 1966.

Denúncias sobre interior na Assembleia. *A Província do Pará*, 05 out. 1966.

Informe Especial: MP intensificando campanha política. *A Província do Pará*, 2 nov. 1966.

Os números do pleito. *A Província do Pará*, 13 nov. 1966, Cad. 1, p. 1.

No Pará: MDB só concorre em 35 municípios e ARENA tem sub-legendas em 38. *A Província do Pará*, 15 nov. 1966.

MDB é mais votado em Óbidos para deputados, mas JP vence para Senador. *A Província do Pará*, 19 nov. 1966.

Só MDB federal em Gurupá. *A Província do Pará*, 24 nov. 1966.

J. Menezes mais votado em Óbidos e Juruti. *A Província do Pará*, 30 nov. 1966.

Operação Amazônia sem ferramentas. *A Província do Pará*, 11 dez. 1966.

Informe Especial: Algumas observações sobre o resultado das eleições. *A Província do Pará*, 17 dez. 1966.

Deputados apoiam estudantes pela reforma. *O Liberal*, 21 ago. 1968, p. 2.

Emancipar o homem: princípio a que a doutrina trabalhista sempre se manteve fiel. *O Estado do Pará*, 1º abr. 1979, Cad. 1, p. 5.

A REVOLUÇÃO NO PARÁ: um conspirador que quer anistia para Brizola. *O Estado do Pará*, 8 abr. 1979, Cad. 2, p. 2.

Documento: A história da UAP. *O Estado do Pará*, 03 e 04 jun. 1979. Cad. Esp., p. 1.

- Instituto Histórico e Geográfico do Pará:

Nota oficial do Partido Republicano Secção do Pará de 20 de maio de 1963. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02.

Carta enviada pelo Sr. Presidente do Diretório Regional do Partido Republicano – Secção Pará ao Sr. Professor Gilberto Mestrinho em 25 jun. 1963. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02.

Ofício 17/64 do Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará ao Sr. Comandante Militar da Amazônia de 13 de abril de 1964. Fundo: Partido Republicano. Cx. 02.

Carta enviada ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 2 nov. 1964. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01.

Carta enviada por Alcy Demillecamps ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 14 jun. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01.

Carta enviada ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 19 jul. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01.

Carta enviada por Raymundo [...] ao Sr. Presidente do Partido Republicano – Secção do Pará em 31 jul. 1965. Fundo: Partido Republicano. Cx. 01.

- Opening the Archives:

"Cancellation of Mandates and Political Rights of Pará Politicans; An obituary for the PSD" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:343397>

"Monthly Summary -May 1964" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:345491/>

"Anti-Government Student Agitation" (1964). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346074/>

"Agreement and Discord within the Pará Government" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:363597/>

"Student Movement in the North" (1965). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:346174/>

"Monthly Political Summary, January, 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:327193/>

"Monthly Political Summary - April 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326037/>

Levitsky, M., and United States. Consulate (Belém, Brazil), "Cassation of Mandates in Amazônia" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:679641/>

"Political Summary - October, 1966" (1966). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:326585/>

"Conversation with State Deputy Gerson Peres" (1967). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:337224/>

"Students Occupy University of Pará" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:324845/>

"Peres on Signing of IA-5" (1968). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:336526/>

"Pará Legislative Assembly Recessed by Presidential Decree" (1969). Opening the Archives: Documenting U.S.-Brazil Relations, 1960s-80s. Brown Digital Repository. Brown University Library. <https://repository.library.brown.edu/studio/item/bdr:367509/>

- Projeto A UFPA e os Anos de Chumbo:

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com André Avelino da Costa Nunes Netto. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (1h 03min e 22seg). Disponível em: <<http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1266>>. Acesso em: 10 jun. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Camillo Silva Montenegro Duarte. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (57min e 17seg).

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Assessoria de Educação a Distância. Faculdade de História. A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Edson Raymundo Pinheiro de Souza Franco. Belém: UFPA, 2014. 1 vídeo. (54min e 79seg).

- Projeto Brasil Nunca Mais:

Brasil Nunca Mais – Processo 161, Arquivo 1 de 2. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564.

Brasil Nunca Mais – Processo 161, Arquivo 2 de 2. Ministério Público Federal, Ação Penal 6/69, Apelação STM 40.564.

- Tribunal Regional Eleitoral do Pará:

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. Movimento Democrático Brasileiro. Livro de Inscrição de Filiação Partidária. 1º jul. 1969.

REFERÊNCIAS

- BAHIA, Linomar. **Aurélio do Carmo, lembranças que valem a pena lembrar: uma contribuição à História do Pará.** Belém, 2008.
- BAHIENSE, Daniel de Albuquerque. As convenções nacionais da Arena e o processo de disciplinarização do partido. *In*: PICCOLO, M.; SILVA, F. H. M. (Orgs.). **Agentes, agências e imprensa na construção e dinâmica dos Regimes Ditatoriais contemporâneos.** São Luís: EDUEMA, 2022, p. 31-50.
- BATISTELLA, Alessandro. **A Ditadura Militar e o bipartidarismo: gênese e trajetória da Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) no Paraná (1965-1982).** Curitiba: Editora CRV, 2019.
- BAUER, Caroline Silveira. GERTZ, René E. Fontes sensíveis da história recente. *In*: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs.). **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2021, p. 173-193.
- BENEVIDES, Maria Victoria de Maria. **A UND e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- BERSTEIN, Serge. Os partidos. *In*: RÉMOND, René. (Org.). **Por uma história política.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, pp. 57-98.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O ofício do historiador.** 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 [1949].
- BOÉTIE, Étienne de La. **Discurso da servidão voluntária.** São Paulo: Martin Claret, 2018.
- CARNEIRO, José Queiroz. **O pessedimos e o baratismo no Pará.** 1991. 212 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1991.
- CARVALHO, Alessandra. As atividades político-partidárias e a produção de consentimento durante o regime militar brasileiro. *In*: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina, v. II.** Trad. Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 219-250.
- CARVALHO, Alessandra. **Elites políticas durante o Regime Militar: um estudo sobre os parlamentares da Arena e do MDB.** 2008. 239 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2008.
- COSTA, João Lucio Mazzini da. **Dando nome aos bois.** Belém: Cromos, 2014.
- CRUZ, Ernesto. **História do Poder Legislativo do Pará: 1935 a 1967.** v. 2. Belém: Edufpa, s./d.
- CRUZ, Ernesto. **História da Associação Comercial do Pará.** 2. ed. Belém: Editora Universitária. UFPA, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **PTB: do Getulismo ao Reformismo (1945-1964)**. 2. ed. São Paulo: LTr, 2011.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 9. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 127-154.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

EMMI, Marília Ferreira. **A Oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais**. 2. ed. rev. e ampl. Belém: UFPA, Núcleo de altos Estudos Amazônicos, 1999.

FERREIRA, Paulo Roberto. **A censura no Pará: a mordaza a partir de 1964**. Belém: Pakatatu, 2015.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart: uma biografia**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)**. 9. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo do Regime Autoritário: Ditadura Militar e Redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta República (1985-2016)**. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

FERREIRA, Marieta. Demandas sociais e história do tempo presente. In: VARELLA, Flávio Florentino. (Org). **Tempo presente & usos do passado**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2012. pp. 102-124.

FICO, Carlos. **Ditadura Militar: prefácios, palestras & posts**. [Kindle], 2020.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do regime autoritário: ditadura militar e redemocratização: Quarta República (1964-1985)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019, p. 135-178.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo: da morte de Vargas aos dias atuais**. 2a. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Lucas. **Lugar nenhum**: militares e civis na ocultação dos documentos da Ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará. *In*: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. (Orgs.). **Trajetórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 227-248.

FONTES, Edilza Joana. A Reforma Agrária em projeto: o uso do espaço legal para garantir o acesso a terra no Pará (1960-1962). **Antíteses**, v. 8, n. 15esp., p. 366-392, nov. 2015.

FONTES, Edilza. O Golpe Civil-Militar de 1964 no Pará: imprensa e memórias. **OPSIS**, Catalão (GO), v. 14, n. 1, pp. 340-360, jan./jun. 2014.

FONTES, Edilza Joana Oliveira. ALVES, Davison Hugo Rocha. A UFPA e os Anos de Chumbo: a administração do reitor Silveira Neto em tempo de ditadura (1960-1969). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n. 10, jul./dez. 2013, p. 258-294.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GOMES, Ângela de Castro. Segunda República (1946-64): República Liberal-Democrática. *In*: SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. (Orgs.). **Dicionário da República**: 51 textos Críticos. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

GRINBERG, Lucia. “Saudações arenistas”: a correspondência entre partidários da Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1966-1979. *In*: ROLLEMBERG, D.; QUADRAT, S. (Orgs.). **A construção social dos regimes autoritários**: Brasil e América Latina, v. II. Trad. Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 251-278.

GRINBERG, Lucia. **Partido Político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GROPPO, Bruno. O mito da sociedade como vítima: as sociedades pós-ditatoriais em face de seu passado na Europa e na América Latina. *In*: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denive. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 39-56.

HIPPOLITO, Lucia. **De raposas e reformistas**: o PSD e a experiência democrática (1945- 64). 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. São Paulo: Edusp, 2013.

LEGOFF, Jacques. Documento/Monumento. *In*: LEGOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 535-549.

LOBATO, Sidney. Os empresários e a Amazônia: planejamento regional e protagonismo empresarial no início da Ditadura Militar (1964-1966). In: REIS, T. S. *et al.* (Orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**. V. 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

LUCA, Tânia Regina de. Histórias dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011, p. 111-153.

KINZO, Maria D'Alva Gil. **Oposição e Autoritarismo**: gênese e trajetória do MDB 1966/1979. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1988.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política, 1945-1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964). 9. Ed. Rev. e Atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020, p. 97-125.

MARTINS FILHO, João Roberto. **O palácio e a caserna**: a dinâmica militar das crises políticas na Ditadura (1964-1969). São Paulo: Alameda, 2020.

MATOS, Flávio William Brito. A Ditadura nos discursos e na atuação dos deputados estaduais paraenses (1964 – 1969). **Cantareira** (UFF), v. 32, p. 101-120, 2020.

MESQUITA, Thiago Broni de. **“Uma estrada revela o mundo”**: o SNI e os conflitos pela posse da terra no Pará. 2018. 334 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

MONTEIRO, Benedicto. **Transtempo**. Belém: CEJUP, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As Universidades e o Regime Militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2. ed. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate teórico e historiográfico. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, pp. 109-137, jan./mar. 2018a.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, pp. 195-216, 2018b.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, L. A.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.). **Autoritarismo e cultura política**. Porto Alegre: FGV/Edipurcs: 2013, p. 9-33.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. 2. ed. Belo Horizonte: EDUFMG, 2008.

MOURÃO, Leila. **Memória da Indústria do Pará**. Belém: FIEPA, SESI, 2012. Disponível em: <https://issuu.com/revistapzz/docs/memoriadaindustria>. Acesso em: 2015.

MOURÃO, Leila. Memórias da indústria Paraense. **XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**. Niterói, 2017. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/uploads/ABPHE%202017/10%20Mem%C3%B3rias%20da%20ind%C3%BAstria%20Paraense.pdf>. Acesso em: 2021.

MULLER, Angélica. IEGELSKI, Francine. Entrevista com Henry Rousso. **Tempo**, Niterói, V. 24, n. 2, p. 389-393, Maio/Ago. 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do Regime Militar brasileiro**. 1. ed. 9. reimp. São Paulo: Contexto, 2021 [2014].

NAPOLITANO, Marcos. Os historiadores na “batalha da memória”: resistência e transição democrática no Brasil. In: QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denive. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015, p. 96-106.

NEVES, Eduardo Góes. **Sob os tempos do equinócio: oito mil anos de história na Amazônia central**. São Paulo: Ubu Editora/ Editora da Universidade de São Paulo, 2022.

NEVES, Lucilia de Almeida. Elitismo, intolerância e discriminação: cassação de deputados operários de Minas Gerais (1964). **Perspectivas**, São Paulo, v. 34, p. 15-36, jul./dez. 2008.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso: princípios & procedimentos**. 8ª ed. Campinas: Pontes, 2009.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Análise de discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy. **Discurso e textualidade**. 3. Ed. Campinas: Pontes Editora, 2015, p. 13-35.

ORLANDI, Eni Puccinelli. Texto e Discurso. **Organon**, Revista do Instituto de Letras da UFRGS, v. 9, n. 23, p. 111-118, 1995.

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral (PA). **Eleições Gerais: Resultado**. Belém: TRE-PA, 2008.

PASSARINHO, Jarbas. **Um híbrido fértil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1996.

PASSARINHO, Jarbas. **Na planície**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1991.

PERES, Gerson. **A Vitória de todos nós**. Belém: Grafisa, 1977.

PETIT, Pere. Aurélio do Carmo: governador do Pará. In: UGARTE, A. S.; QUEIRÓS, C. A. B. (Orgs.). **Trajetórias políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 195-226.

PETIT, Pere. Partidos e eleições no Pará nos tempos da Ditadura Militar. In: NUNES, P. G. A.; PETIT, P.; LOHN, R. L. (Orgs.). **Utopia e Repressão: 1968 no Brasil**. Sagga Editora, 2018.

PETIT, Pere. O golpe civil-militar e o partido dos militares (ARENA) no estado do Pará. **Historiae**, Rio Grande, 5 (2), p. 179-226, 2014.

PETIT, Pere. VELARDE, Jaime Cuéllar. Memórias da resistência, repressão e consolidação da ditadura civil-militar no Pará: 1964-1970s. In: **XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social**. 2013, Natal (RN). Anais de Evento. Natal: ANPUH, p. 1-13.

PETIT, Pere. **Chão de promessas: elite políticas e transformações econômicas no Estado do Pará pós-1964**. Belém: Paka-Tatu, 2003.

PINHEIRO, Senador Cattete. **Ação Parlamentar: memórias**. Brasília, 1978.

POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. 1. Ed. 1. reimp. São Paulo: Edusp, 2013.

PROST, Antoine. As Palavras. In: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 295-330.

QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). **A construção social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**. Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

QUADRAT, Samantha Viz. ROLLEMBERG, Denise. (Orgs.). **História e memória das ditaduras do século XX**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. “Vão-se os partidos, mas fica a Arena”: disputas políticas e a implementação do bipartidarismo no estado do Amazonas (1964-1966). In: QUEIRÓS, C. A. B.; LEAL, D. A.; MOURA, A. V. (Orgs.). **Amazônia Republicana: estudos sobre poder, política e trabalho**. Curitiba: CRV, 2021.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. O compadre e o professor: o movimento Jan-Jan e as disputas em torno da sucessão presidencial de 1960 no Amazonas. In: REIS, T. S. *et al.* (Orgs.). **Coleção História do Tempo Presente**. V. 2. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

QUEIRÓS, César Augusto Bubolz. Plínio Ramos Coelho: o Ganso do Capitólio. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). **Trajetórias Políticas na Amazônia Republicana**. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 81-119.

REGO, Antonio Carlos Pojo do. **O Congresso brasileiro e o Regime Militar (1964-1985)**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RÉMOND, René. As eleições. In: RÉMOND, R. (Org.) **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 37-55.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata: o homem, a lenda, o político**. v. 2. Belém: SECULT, 2006.

ROCQUE, Carlos. **Depoimentos para a história política do Pará**. Belém: Mitograph, s/d.

SANTOS, Dorival da Costa dos. **O Regime Ditatorial Militar no Amapá: terror, resistência e subordinação - 1964/1974**. 2001. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

OLIVEIRA, Alfredo. **Cabanos & Camaradas**. Belém: Alfredo Oliveira, 2010.

TUPIASSÚ, Amílcar Alves. As Eleições Paraenses de 1962. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 16, p. 21-54, jan. 1964.

TUPIASSÚ, Amílcar Alves. As eleições paraenses de 1966. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 23/24, p. 23-64, jul. 1967/jan. 1968.

TUPIASSÚ, Amílcar Alves. As Eleições Paraenses de 1974. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 43, p. 17-37, jul. 1976.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia história**, v. 29, n. 49, p. 333-358, 2013.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. **A Preservação do Legislativo pelo Regime Militar Brasileiro: ficção legalista ou necessidade de legitimação? (1964-1968)**. 2004. 334 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2004.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira – 1964-1985: a democracia golpeada à esquerda e à direita**. São Paulo: LeYa, 2014.

VEIGA, Edir. **Competição política no Pará, 1930-2014: atores, partidos e eleições**. Belém: Edufpa, 2018.